

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O JORNAL *COMBATE* E AS LUTAS SOCIAIS
AUTONOMISTAS EM PORTUGAL DURANTE A
REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1974 – 1978)**

Danúbia Mendes Abadia

Orientador: João Alberto da Costa Pinto

Goiânia

Maio de 2010

DANÚBIA MENDES ABADIA

**O JORNAL *COMBATE* E AS LUTAS SOCIAIS
AUTONOMISTAS EM PORTUGAL DURANTE A
REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1974 – 1978)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Sertões, Regionalidades e Projetos de Integração.

Orientação: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto

Goiânia

Mai de 2010

Danúbia Mendes Abadia

**O JORNAL *COMBATE* E AS LUTAS SOCIAIS
AUTONOMISTAS EM PORTUGAL DURANTE A
REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1974 – 1978)**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do Título de Mestre em História, aprovada em _____ / _____ / 2010, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto - FH/UFG (presidente)

Profª. Dra. Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno – FE/USP (membro titular)

Prof. Dr. David Maciel - FH/UFG (membro titular)

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa - FH/UFG (membro suplente)

Goiânia

Mai de 2010

*“O saber quando não humaniza deprava.
Refina o crime e torna mais degradante a covardia”.*

Mikhail Bakunin (1814 – 1876)

*A todos os homens e mulheres que necessitam criar a mudança a partir de
tudo o que lhes é negado.*

A todos que produzindo suas próprias vidas, reproduzem a resistência.

Aos meus pais, principalmente, por me ensinarem a amar.

Agradecimentos

Agradeço a João Alberto da Costa Pinto, pela gentileza, pela paciência, e por acreditar nesta pesquisa. Agradeço-o principalmente por não esperar de mim nem respostas, nem resultados, mas uma reflexão em diálogo com as fontes, com a História. Foi com esse sentido que esta pesquisa caminhou.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pela bolsa de estudos, base material para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos ex-colaboradores do COMBATE, João Bernardo e Phil Mailer, pelas entrevistas concedidas para esta pesquisa em janeiro deste ano.

Aos amigos e amigas por terem me acompanhado quando eu não os acompanhava; além de agradecer, dedico essa pesquisa a Juliana, Lua Ísis, Marília, Tatiana, Iara, Adriana, Amanda, Natália, Letícia, Narrira, Carol, Késya, Eronilde, Elisa, Celina, e a todas as mulheres lutadoras que conheço e também às que não conheço. Aos amigos, pela solidariedade e pela força que me deram, André, Michel, Léo, Elckison e Davi.

A Bruno Kalss, pelo amor, companheirismo e simplicidade que compartilhou comigo neste processo.

À Mônica e Fernando, pelas conversas, pelo carinho e pelo acolhimento precioso quando o que eu mais precisava eram de algumas horas de silêncio.

À Bárbara e Márcio pelo acolhimento em Belo Horizonte e pelo interesse que demonstraram pela minha pesquisa.

À Dona Marília e Seu Paulo, pelo exemplo vivo de esperança.

Sem essas pessoas esta pesquisa não teria sido possível.

Sumário

RESUMO	p.8
ABSTRAT	p.9
INTRODUÇÃO	p.10
CAPÍTULO 1. PORTUGAL: DO IMPÉRIO COLONIAL AO FASCISMO NEOCOLONIALISTA	p.16
1.1. Lampejos do liberalismo e republicanismo em Portugal.....	p.18
1.2. O fascismo: “a revolta dentro da ordem”.....	p.23
1.3. O Salazarismo – “Deus, pátria, autoridade, família e trabalho”.....	p.26
1.4. “ <i>A África estava no coração do nacionalismo corporativo do Estado Novo</i> ”.....	p.30
1.5. Marcelo Caetano: O <i>salazarismo</i> sem Salazar.....	p.35
1.6. <i>Portugal e o futuro</i> : a revolução em Portugal tem início em África.....	p.39
CAPÍTULO 2. A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES: O JORNAL COMBATE E O DESENVOLVIMENTO DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS, 25 DE ABRIL DE 1974	p.46
2.1. O contexto das esquerdas portuguesas.....	p.46
2.2. Movimento Popular antes do 25 de Abril: a autonomia no horizonte.....	p.52
2.3. O 25 de Abril: como se processou o “ <i>golpe</i> ”.....	p.57
2.4. O COMBATE nasce das criações autônomas da classe trabalhadora.....	p.58
2.5. O COMBATE de um lado e a <i>revolução</i> do outro.....	p.67
2.6. Autogestão entra em cena – os processos autogestionários que marcaram o ciclo de lutas nas décadas de 1960 e 1970.....	p.78
2.7. O desenvolvimento da luta autônoma no pós-25 de Abril.....	p.83
CAPÍTULO 3. PRODUZIR PRA VIVER E NÃO VIVER PRA PRODUZIR: O COMBATE E O PROCESSO AUTOGESTIONÁRIO NAS EMPRESAS, NOS BAIROS E NO CAMPO	p.90
3.1. Lutas sociais nas empresas – as comissões de trabalhadores.....	p.90
3.2. Lutas sociais nos bairros – as comissão de moradores.....	p.101
3.3. <i>Poder trabalhar à vontade</i> : as lutas autônomas no campo.....	p.116
CAPÍTULO 4. O FIM DO COMBATE (1978): AS ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO DAS LUTAS AUTÔNOMAS PELO ESTADO	p.135
4.1. Por que perdemos?.....	p.149
CONCLUSÃO	p.160
BIBLIOGRAFIA	p.162

Resumo

O golpe realizado pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974 marcou o fim de 48 anos do regime fascista em Portugal. No entanto, logo após o 25 de Abril, a reorganização das novas estruturas de poder e a retomada do processo de acumulação do capital no país era desestabilizada por um vasto processo de auto-organização dos/as trabalhadores/as. O desenvolvimento da prática autogestionária das lutas nas empresas, nos bairros, nos campos e nas colônias portuguesas foram acompanhadas pelo coletivo que organizou o jornal COMBATE, entre junho de 1974 e fevereiro de 1978; foi a partir do acompanhamento das lutas autonomistas que tomavam lugar no processo da revolução que o COMBATE pode diagnosticar, *in loco*, a processualidade no modo de desenvolvimento do capital, assim como as diversas formas de organização autônoma da classe trabalhadora.

Palavras-chave: autogestão, Portugal, lutas sociais, jornal *Combate*, autonomia operária.

Abstract

The coup realised by the Movement of the Army Forces in 25th april 1974 marked the end of 48 years of fascist regime in Portugal. However, immediatly after april 25th, the reorganization of the new power structures and the resumption of the process of acumulation of capital in the country were unstable because of a big process of self-organization of the workers. The development of the differents struggles in the enterprises, in the neighborhoods and in the portuguese colonies, were followed by the collective that was organising the newspaper COMBATE at that time; from the process of following the autonomists struggles which were taking the place in the revolution process that the COMBATE can dignose, in loco, the processuality mode of the capital development, and so on the many ways of organization of the autonomy worker class.

Keywords: self-organization, Portugal, social struggles, *Combate* newspaper, workers' autonomy.

Introdução

*“A luta do homem contra o poder é a luta
da memória contra o esquecimento”*

Milan Kundera

A autonomia operária tem raízes profundas na tradição das lutas anticapitalistas da classe trabalhadora¹. Nos diversos processos em que a classe trabalhadora auto-organizada rompeu com a cisão entre o político e o econômico e pôs-se aos encargos da autogestão, ameaçou as bases hierárquicas que sustentam o sistema capitalista: puseram-se a gerenciar o processo produtivo, assim como tomaram nas suas próprias mãos a gestão política das lutas, recusando-se em delegar o seu poder aos sindicatos e partidos, profissionais da política.

Porém, na história das lutas operárias, a quase totalidade dos pesquisadores identifica ou identificaram nos partidos políticos da esquerda os principais sujeitos de atuação política. Na verdade, afirma João Bernardo, *“todas as correntes acadêmicas confundiram a história das revoluções com a história dos partidos, e a história das greves com a dos sindicatos”*². Isso se confirma pelas poucas obras encontradas a respeito das lutas autogestionárias, e em específico, dos processos que se desenvolveram nas décadas de 1960 e 1970.

Uma das motivações dessa pesquisa é a reflexão em torno do porque do silêncio a respeito do processo revolucionário português. Nos meus quatro anos de graduação em História, em nenhum momento ou disciplina a Revolução dos Cravos foi sequer citada. Na realidade, há pouquíssimas pesquisas sobre este tema publicadas no Brasil. Segundo afirmou João Bernardo (entrevista de 06/01/10), mesmo em Portugal, *“deixou-se de falar da 'revolução' muito pouco tempo depois”*. Entendemos como indica a epígrafe acima, que é preciso travar uma luta em torno da memória histórica das lutas

1 A Comuna de Paris (1871) marca a primeira grande experiência revolucionária do proletariado moderno. Para Nildo VIANA, “a ação espontânea das massas promoveu a destruição do poder do estado. Para Marx, a Comuna significou a luta da classe operária contra o poder centralizado, aparato da classe dominante, sendo também um ‘autogoverno dos produtores’, marcando a forma de emancipação proletária. Segundo Bakunin, ‘o socialismo revolucionário acaba de esboçar uma primeira manifestação brilhante e prática na Comuna de Paris’. Marx, por sua vez, diria que ela era ‘a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho’, In. VIANA, Nildo. *A Comuna de Paris Segundo Marx e Bakunin*. <http://www.scribd.com/doc/18928385/A-Comuna-de-Paris-Segundo-Marx-e-Bakunin-Nildo-Viana>. Acessado em 18/04/10.

2 João BERNARDO, entrevista em 06 de janeiro de 2010.

sociais autônomas.

Na historiografia da revolução portuguesa, pelo menos na que tive acesso para realizar essa pesquisa, é praticamente inexistente a abordagem das lutas autônomas portuguesas. Na maioria dos livros sobre esse período, abordam-se os processos institucionais da revolução, suas causas e o seu desenrolar “oficial”; os detalhes da organização do MFA, as posições do PCP e de outros partidos; e, raras vezes, as lutas dos/as trabalhadores/as, porém, quase sempre de maneira superficial. Isso com certeza dificultou a realização desta pesquisa, não deixando, porém de a incentivar.

O **objeto** desta investigação foram as lutas organizadas pelos/as trabalhadores/as portugueses/as logo a seguir a queda do fascismo em 25 de Abril de 1974. Enquanto **fonte** principal temos o Jornal COMBATE, que participou da revolução de forma orgânica; nas palavras de Júlio Henriques, que também colaborou com o Jornal,

O Jornal *Combate* tornou-se assim, desde o início e espontaneamente, porta-voz do movimento autonómico, não com qualquer pretensões de dirigir esse movimento proletário, mas no sentido de que dava uma expressão sistemática e mais alargada aos comunicados, análises e formulações emanados das comissões de trabalhadores e de moradores (...) a experiência deste colectivo, que nunca quis ser uma organização, está hoje soterrada, tanto quando o está a experiência do movimento autonómico dos trabalhadores, cujas realizações práticas e teóricas tiveram lugar entre Abril de 74 e Novembro de 75³.

Apresentando uma perspectiva autonomista, no COMBATE os relatos das lutas eram sempre feitos diretamente pelos participantes e o jornal estabelecia o diálogo direto com os/as trabalhadores/as através das entrevistas, mesas-redondas com operários/as de empresas diferentes, dossiês que historicizavam alguns processos em curso, textos escritos pelos trabalhadores, assim como seus boletins, manifestos, jornais, comunicados de greve, etc. Pudemos perceber que não foi o COMBATE que impôs a sua perspectiva ideológica aos trabalhadores, mas o movimento autônomo dos/as trabalhadores/as que determinou a própria configuração organizatória do jornal.

Além do COMBATE, nos baseamos principalmente na dissertação de Mestrado em Ciências Sociais de Lúcia Bruno de Barros Monteiro, defendida em 1983 na PUC-SP, com o título: *Portugal: O “COMBATE” Pela Autonomia Operária*, único trabalho até então a utilizar o *Jornal* como fonte. Sob orientação do Professor Maurício Tragtenberg, Lúcia Bruno fez uma tese de apresentação do Jornal COMBATE e das

3 *Um jornal diferente*, depoimento de Júlio Henriques, In. O Futuro era Agora! O movimento popular do 25 de Abril. Lisboa: Edições Dinossauro (1994: 52).

idéias autonomistas que conduziram os seus editoriais; mostrou como o COMBATE se posicionou diante a instauração da “democracia” e como acompanhou o processo de destruição da autonomia pela burocratização das comissões e pela intervenção das estruturas partidárias e sindicais no interior das lutas. Na terceira e última parte de seu texto, denominada “Delineando Contornos” (p.176-214), a autora apresentou uma discussão teórica sobre: O Capitalismo de Estado, A Constituição da Classe Tecnocrática, Os Partidos Políticos e Os Sindicatos. Além disso, a autora realizou ao longo do texto o debate sobre as perspectivas autonomistas, sempre tendo referência no COMBATE.

Em Portugal, até o presente momento não há nenhum trabalho publicado sobre o COMBATE. A dissertação de Lúcia Bruno foi fundamental para esta pesquisa, desenvolvida quase ao fim da ditadura no Brasil, só agora, 27 anos depois, é que outra pesquisa volta a ter como tema o COMBATE e as lutas autonomistas em Portugal. A principal distinção entre o trabalho de Lúcia Bruno e a nossa perspectiva nesta dissertação, é que aqui preferimos encontrar nas falas dos/as trabalhadores/as todo o conteúdo que baseou as discussões presentes nos editoriais do COMBATE. Ou seja, a prioridade foi ir direto ao relato dos acontecimentos, e ver como os/as trabalhadores se relacionaram com o Estado e com as instituições político-partidárias, muitas vezes contraditoriamente; e identificamos que as práticas autonomistas tiveram seus limites também no desânimo e comodismo, e que a apatia dos/as trabalhadores/as deu brechas para os partidos políticos e os sindicatos controlarem antigas organizações operárias.

Outro trabalho de fundamental importância foi o livro de Phil Mailer, *A Revolução Impossível?* publicado em 1978. Mailer foi colaborador do COMBATE e no seu livro, faz uma narração do que aconteceu em Portugal entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975, num amplo relato contemporâneo desse processo sob uma perspectiva autonomista.

As contribuições teóricas de João Bernardo deram um arranjo fundamental a este trabalho. Baseadas na sua experiência com o COMBATE, o autor condensou as perspectivas teóricas que surgiram naquele processo organizando-as nos livros *Para uma teoria do modo de produção comunista* (1974) e em *Economia dos Conflitos Sociais* (1991). Neste trabalho, além destes, foram utilizados outros textos do autor, além de uma entrevista oral gravada em sua residência no dia 06 de janeiro deste ano.

A ideologia central do COMBATE pautou-se em torno da definição dos fundadores da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), “*A libertação dos*

trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”. Com essa perspectiva, o coletivo que organizou o jornal pôde acompanhar as lutas que os/as trabalhadores/as desenvolviam, entre 1974 e 1978; os processos autogestionários nas fábricas, no campo e nos bairros, tiveram como interlocução as comissões ou conselhos de trabalhadores/as, organizações criadas no decorrer das lutas e que eram compostas por trabalhadores eleitos em Assembleias Gerais compondo um modelo de democracia rotativa.

As lutas da classe trabalhadora em Portugal *não foram lutas políticas* no seu sentido político formal de práticas institucionais nas democracias capitalistas. Essas lutas são a prioridade dos partidos e organizações partidárias que “representam” a classe operária. Os/as trabalhadores/as desenvolveram as suas lutas privilegiando as questões econômicas, e estas, ao tornarem-se lutas políticas anticapitalistas com a autogestão, confirmaram que, para os/as explorados, não bastavam debates ideológicos sobre a sociedade futura, senão uma tomada prática das fábricas e dos meios de produção.

Comissões de trabalhadores nas cidades e no campo desenvolveram novas relações sociais, tanto no que se refere à produção quanto à tomada de direção das suas lutas: nas assembleias gerais no interior de um bairro ou de uma empresa ocupada, trabalhadores e trabalhadoras desenharam relações baseadas no coletivismo, onde todos/as podiam falar e participar nas reuniões e decisões. A principal preocupação do jornal e o que mais o distinguia da imprensa operária daquele período era a sua preocupação em tentar ver quais eram as formas internas de organização: perguntava aos/as trabalhadores/as como era a participação das pessoas no processo da luta.

Esta dissertação só existe em função do capítulo três, que vem com o título: *“Produzir pra viver e não viver pra produzir”*: o COMBATE e o processo autogestionário nas empresas, nos bairros e no campo. Nesse capítulo, percebemos a perspectiva dos trabalhadores situados nos seus processos de luta, ou seja, de como se posicionavam diante a condução formal da “revolução” pelos partidos de esquerda e pelo governo, e de como as organizações partidárias se comportaram como obstáculos para as lutas. O realismo político que desenvolveu o COMBATE deveu-se às condições em que era elaborado, em estreito contato com a base real do movimento da classe trabalhadora e preocupando-se acima de tudo com as formas espontâneas de organização.

O capítulo um é uma ambientação da história política do Império Português, ou seja, o contexto histórico que antecedeu à Revolução de Abril. Sua importância se dá no sentido de que nos era necessária uma exposição do regime político que dominou

Portugal por quase meio século sob a chefia de Antônio Salazar e como se deu a resistência dos/as trabalhadores/as até o 25 de Abril de 1974. Para tanto, tentamos esboçar alguns dos processos que foram fundamentais na materialização do golpe que pôs fim ao fascismo, no que se refere às relações de Portugal com as colônias africanas e à formação do Movimento das Forças Armadas, que protagonizaram o golpe.

O capítulo dois surge com a reflexão acerca das esquerdas portuguesas: da atuação do Partido Comunista Português e da explosão de grupos de extrema esquerda em Portugal. Situo o COMBATE enquanto expressão das lutas autônomas inauguradas neste contexto. Assim, foi preciso buscar as origens do coletivo que organizou o jornal e entender como funcionavam os seus mecanismos internos, a relação com os/as trabalhadores/as em luta, e os caminhos ideológicos que o jornal percorreu ao manifestar-se contrário às formas que a esquerda tradicional e o MFA utilizavam na condução do processo revolucionário. O jornal rompe com a estrutura ideológica do leninismo e do maoísmo, parte em defesa do movimento social de base como uma manifestação programática contrária aos rumos da revolução, sugerindo como alternativa as lutas políticas conselhistas.

Ainda no segundo capítulo, situamos as lutas autonomistas em Portugal no contexto maior dos processos autogestionários das décadas de 1960 e 1970. O fim deste capítulo abre a perspectiva do terceiro capítulo, apresentando o desenvolvimento das lutas autônomas portuguesas após o 25 de Abril, ou seja, como das lutas reivindicativas os/as trabalhadores/as avançaram na tomada de produção e no desenvolvimento de relações opostas às relações capitalistas. O processo da autogestão nas empresas, no campo e nos bairros é desenvolvido mais detalhadamente ao longo do capítulo três.

No quarto e último capítulo, que vem com o título: *O fim do COMBATE: as estratégias de recuperação das lutas autônomas pelo Estado*, percebemos como os/as trabalhadores/as viam os Governos Provisórios e como estes buscaram promover a modernização rápida das estruturas econômicas e administrativas, aproveitando-se de uma certa iniciativa controlada dos trabalhadores; nesse momento fizemos uma análise de como se deram os mecanismos institucionais que integraram as lutas portuguesas no capitalismo, quais as estratégias usadas pelos administradores da "revolução" no enquadramento das lutas autônomas, assim como tentamos perceber os limites e problemas internos das organizações da classe trabalhadora. O desfalecimento das iniciativas autônomas tiveram causas diversas, das quais, tentamos abordar algumas que nos pareceram fundamentais.

De nenhum modo este trabalho tem como perspectiva fazer um debate teórico entre teorias marxistas, leninistas, trotskistas em contraposição com teorias conselhistas, autonomistas ou anarquistas. O que se buscou fazer, sempre se tendo por referência a percepção dos trabalhadores através da publicação dos seus relatos no COMBATE, foi perceber como na prática as organizações político-partidárias atuaram e se posicionaram durante a revolução. Pelo diálogo entre as fontes e as análises do Jornal, percebemos como os/as trabalhadores/as se relacionaram com os partidos, sindicatos e instituições estatais e como estes foram *ultrapassados* pelas práticas autogestionárias da classe trabalhadora. Procuramos entender não só a origem das lutas, mas também ver os seus desdobramentos e porque foram derrotadas.

Capítulo 1.

Portugal: do Império colonial ao fascismo neocolonialista.

Portugal tinha durante o século XV uma população que não atingia 1 milhão de pessoas, em sua maioria camponeses iletrados; com um pequeno território, o país carecia de muitos recursos naturais, exceto de litoral⁴. A posição geográfica foi muito bem utilizada pelos capitães e cartógrafos portugueses que, ao determinar os padrões dos ventos e das correntes do oceano Atlântico, perceberam que o mar poderia ligar terras distantes. Dessa percepção, Portugal surge na história mundial como responsável por expandir extraordinariamente o mundo conhecido pelos europeus.

Em menos de um século, Portugal fundou um grande império colonial que se estendia do sudeste da Ásia à América do Sul, compreendendo também grandes partes da África. A relação com esse “novo” mundo em “descoberta” foi a relação violenta intrínseca a qualquer processo colonizador. As populações indígenas foram escravizadas, o lucro e o saque formaram a base de um estrato privilegiado em Portugal, cuja riqueza dependia das colônias. O comércio português no ultramar era amplo, e a nova burguesia mercantil surgiu na base do comércio de escravos, diamantes e especiarias. Segundo Phil MAILER, *esta burguesia associou-se de bom grado à classe de proprietários fundiários, com o fim de extrair riqueza dos territórios ultramarinos da maneira mais primitiva, sem procurar compreender qualquer actividade produtiva* (1978:55).

Como assinalou MAXWELL, os portugueses tinham talento para sobreviver explorando as ambições rivais de vizinhos mais poderosos. Quando Bartolomeu Dias contornou o extremo sul da África em 1488 e Cabral “descobriu” o Brasil em 1500, Portugal já contava com um organizado sistema de comércio pelo Atlântico, baseado principalmente no açúcar, nos escravos e no ouro. *Os portugueses forneciam as mercadorias e os banqueiros estrangeiros se encarregavam do capital e dos mercados* (2006: 27-28). Inicialmente os portugueses não procuraram colonizar territórios e sim garantir um lucrativo império de rotas marítimas e cidades comerciais litorâneas,

⁴Menor que a Escócia, Portugal têm apenas 208 Km de extensão na parte mais larga de seu território e uma fachada atlântica de cerca de 840 Km; entre o montanhoso norte e o árido sul, apenas um terço das terras eram cultiváveis. Ver MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado – Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

estratégia que transformou o país no século XVI em uma das mais ricas nações europeias. Porém, a “era dourada” do império se inverteu quando um século depois do início das explorações os espanhóis, britânicos e holandeses construíram seus próprios impérios. Além disso, as mercadorias importadas com as quais Lisboa havia prosperado, agora abundavam na Europa. A prosperidade do império estava encerrada em 1580, quando Portugal perdeu a independência política para a Espanha⁵.

Aproveitando-se do contexto de guerra entre Espanha e França e através de uma revolta na Catalunha, Portugal consegue retomar a direção de seu país em 1640, quando é empossada uma nova dinastia, a Casa de Bragança. Nesse momento, o império não consegue retomar o fôlego de antes: os holandeses haviam tomado o Ceilão, Luanda (principal porto do tráfico de escravos no Oeste africano para os portugueses) e parte do Brasil, que, no século XVII, era o maior produtor mundial de açúcar (2006:30). Para combater outras incursões espanholas, os portugueses haviam de buscar outras alianças, eis que surgem novamente os britânicos oferecendo sua ajuda, por um preço: o controle pelo rei da Inglaterra, Carlos II, de Tânger e Bombaim, a primeira base britânica da Índia e a 'mão' da princesa portuguesa Catarina de Bragança, junto com um dote de dois milhões de cruzados.

As burguesias ascendentes de França, Holanda e Inglaterra, partiram à conquista da sua parte no saque colonial, servindo-se dos vários caminhos inaugurados por Portugal. Paralelamente, estes países investiram em suas respectivas atividades produtivas, a fim de se estabelecer uma base sólida para o seu próprio comércio, local e internacional, o que se verifica no começo do século XVIII.

E no século XVIII Portugal volta a prosperar: no final do século anterior, participou ativamente da 'corrida do ouro' após as descobertas de jazidas no interior do Brasil e, principalmente, com o comércio de açúcar, tabaco, cacau, algodão, como de outros produtos advindos das colônias. Durante a Guerra Peninsular (1807-1814), quando tropas de Portugal reforçam as da Espanha, integrando a primeira aliança liderada pela Inglaterra contra as tropas napoleônicas, a burguesia portuguesa remete-se ao auxílio da Grã-Bretanha. Para MAILER (1978:56),

⁵A batalha de Alcácer-Quibir travou-se no verão de 1578, entre os portugueses liderados por D. Sebastião e os mouros de Marrocos. Dessa batalha resultou a derrota dos portugueses e a morte de D. Sebastião que, sem deixar herdeiros, teve seu trono ocupado por um tio, que também não tinha filhos. Aproveitando-se da crise de sucessão do trono português, o rei Felipe II da Espanha reivindicou a direção de Portugal porque sua mãe, tia de D. Sebastião, era portuguesa, e enviou as tropas para ocupar Lisboa. Por seis décadas Portugal definiu sob o domínio espanhol. Ver MAXWELL, 2006, pp. 29-30.

Os efeitos da guerra e do débito à Grã-Bretanha enfraqueceram toda a base do colonialismo português. O Brasil tornou-se independente em 1822. Os exércitos portugueses necessários para a proteção das restantes colônias eram de manutenção muito dispendiosa, e Portugal viu-se forçado a confiar na Grã-Bretanha para proteger o seu império em declínio dos apetites dos vizinhos cobiçosos.

A independência do Brasil em relação a Portugal marca o fim de seu Império colonial na América. Para muitos historiadores, a perda da América marca o início do Terceiro Império colonial português, que se formaria no século XIX e se estenderia pelo século XX com o colonialismo na África. Para SECCO (2004:26), Portugal não buscou apenas encontrar as vantagens que tinha na América com a colonização africana, mas, sobretudo se reencontrar com a Europa. Daí uma das características centrais desse momento ser a associação de Portugal com os capitais europeus para extrair as vantagens que os territórios africanos poderiam oferecer à metrópole após a independência brasileira (GUILLEN, 2007:13).

E mesmo depois da independência, Portugal mantinha presença dominante no comércio do Brasil, mas não havia acumulado capital suficiente para o empreendimento colonial na África, o que demandaria investimentos externos – bancados principalmente pela Inglaterra – já que a política externa de Portugal se pautou tradicionalmente pela sua relação de dependência do apoio inglês. A demanda por investimento estrangeiro tinha a função de montar uma estrutura de portos, de ferrovias, de extração e comercialização de matérias-primas nas colônias e de um aparato estatal para a administração colonial.

A submissão ao capital inglês proporcionou-lhes um pronto acesso ao mercado português. Prometendo auxílio, descreve MAILER (1978:56), a Grã-Bretanha entrava pela retaguarda obtendo posições favoráveis no comércio, para além dos territórios de que já tinha se apoderado. A 'Aliança Anglo-Portuguesa', acordada entre Inglaterra e Portugal pelos proprietários fundiários apoiados pela burguesia não industrial desse país iminentemente agrícola, arruinou alguns setores da pequena burguesia portuguesa, desfavorecendo-os no comércio e tornando-lhes cada vez mais difícil a acumulação de capital. O seu descontentamento, afirma o referido autor, levou-os a empenharem-se nas lutas liberais de 1820-1836 (1978: 56).

1.1. Lampejos do liberalismo e republicanismo em Portugal.

Utilizo a palavra *lampejo* para abrir a discussão com relação às idéias liberais e republicanas em Portugal. Lampejo porque,

assim como ocorrerá com o republicanismo no século XX, o liberalismo luso será, na prática, uma curta experiência de desencontros e projetos malogrados, servindo para coroar regimes que, se não são iguais aos anteriores, pouco se parecem com os projetos originalmente sonhados (SECCO, 2004:32).

O liberalismo português teve como ato político inaugural a Revolução do Porto, em 1820. Assim como em vários outros países, em Portugal setores da pequena burguesia empenharam-se nas lutas liberais entre os anos 1820 a 1836. Porém, esclarece MAILER (1978:56),

foi uma luta fútil, sem grandes objectivos atingíveis. O único resultado significativo foi uma fragmentação e uma certa redistribuição dos maiores latifúndios. Criou-se um novo estrato de pequenos proprietários rurais aos quais alguns camponeses puderam tomar terras de arrendamento. A estrutura principal, no entanto, não se alterou e a industrialização não conseguiu desenvolver-se convenientemente.

Os ideais da burguesia liberal triunfaram em 1834. As elites políticas da monarquia constitucional, na perspectiva do historiador português Fernando Rosas, eram filhas de uma oligarquia demasiado ligada aos processos tradicionais de acumulação (a terra, a banca, o comércio) para arriscar o que quer que fosse e, assustada com a crescente virulência da agitação popular em Lisboa e outros centros urbanos, vai tão somente procurar sobreviver. A essa situação, afirma ROSAS,

(...) o resultado foi desastroso: o boicote eleitoral das oposições, o desmembramento dos partidos rotativos, a multiplicidade dos escândalos financeiros, o recurso à governação extrapartidária e em ditadura, o radical agravamento da agitação político-social nas grandes cidades – especialmente Lisboa – o generalizado desprestígio do rei e da família real nos meios urbanos, conducente ao regicídio (2003:17).

Pouco industrializado e com parca renda gerada na atividade primária, Portugal tinha uma demanda interna insuficiente e dependia de mercados externos. De 1847 a 1891, o setor mais dinâmico da economia portuguesa foi a agricultura, beneficiada pelo mercado externo. A demanda agregada interna era limitada pela atrofia no setor

industrial; em alguns dados apresentados por SECCO (2004:40), verificamos que, *em 1883, havia apenas 1.150 fábricas no país, ocupando 90 mil trabalhadores.*

Todavia, as mudanças que, lenta, mas inexoravelmente, o mundo urbano ia conhecendo desde os anos 1870 – a industrialização incipiente, a emergência do operariado fabril, o crescimento das grandes cidades (ou seja, Lisboa e Porto), darão lugar a um processo de massificação da política, é certo que regionalmente limitado, mas que ao menos nos grandes centros urbanos, põe em causa, deslegitimando as 'velhas' estruturas do poder (ROSAS, 2003:15).

A partir daí, a agitação dos sindicatos nascentes e a paralisia política em Lisboa prepararam o cenário para uma rebelião de civis republicanos. O clímax de rebelião antimonárquica portuguesa foi atingido com o regicídio, quando no dia 28 de janeiro de 1908, o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro, Luís Filipe, foram assassinados. Portugal matou seu rei e em 5 de outubro de 1910 um golpe militar derrubou o sucessor D. Manuel, possibilitando a implementação da República.

Portugal passará da monarquia à ditadura, com uma breve passagem pela República. Esse 'novo' regime, como constatou NETTO (1986:14), *vem na sequência de uma larga série de lutas.* O movimento republicano português começa a tomar forma consistente a partir de 1870. Porém, antes mesmo desse movimento organizar-se, já havia em Portugal uma série de mobilizações e a formação de organizações políticas autônomas do operariado industrial, que, mesmo ainda incipiente, surgiram no rescaldo da Comuna de Paris (1871) e sob a influência da I Associação Internacional dos/as Trabalhadores/as Portugueses/as, dando origem, em janeiro de 1875, ao Partido Socialista. O processo de industrialização e de proletarização que estava se desenvolvendo nos centros urbanos proporcionou um lugar destacado a 'questão social'. O caráter localizado regionalmente, a pouca concentração industrial e a pequena expressão numérica da classe operária⁶ não significou que estes/as trabalhadores/as não viessem a se organizar: *é bem verdade que desde bastante cedo as suas associações demonstram grande combatividade e capacidade reivindicativa* (ROSAS, 2003:69).

Junto às mudanças que começavam a introduzir-se no país e tendo como fundo a onda revolucionária internacional desencadeada pela Revolução Russa, abre-se em Portugal um novo período de intensa agitação operária. Os sindicalistas revolucionários

⁶ Fernando ROSAS (2003:69) apresenta dados do Inquérito Industrial de 1917, em que não existiriam em Portugal senão seis fábricas com mais de 1.000 operários, isto é, 0,1% do total, ascendendo as oficinas com menos de 10 trabalhadores a 70% do total das empresas industriais.

de inspiração francesa, em tom moderado, vão confrontar-se com o anarco-sindicalismo⁷ que foi também uma corrente que, com expressão em vários cantos do mundo, em Portugal marca a cultura da luta operária na primeira metade do século XX.

Com a entrada de Portugal na Primeira Guerra, a crescente mobilização e organização do movimento popular atingem maior radicalidade. Em resposta à inflação e em geral pelo pioramento das condições de vida, a incipiente classe operária portuguesa responde com reivindicações e greves⁸. Entre 1911 e 1917, tem-se o surgimento da primeira Central Sindical Portuguesa, a União Operária Nacional, num período em que vai viver-se um clima de guerra social entre o poder político republicano e o movimento operário, onde o primeiro não hesitará em recorrer às formas mais extremas e menos legais de violência social.

Após 1919, avança e cresce o movimento sindical; ano de fundação da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e do jornal *A Batalha*, bem como da conquista, pelo menos formal, da lei das oito horas de trabalho, logo o avanço desse movimento é tido principalmente pelas sucessões de greves que atingem um radicalismo crescente nas regiões de Lisboa/Setúbal. A repressão voltava a imperar e mesmo o governo republicano, contando com o Partido Socialista para 'acalmar' os/as trabalhadores/as, não teve como conter a agitação social e nem os graves efeitos sociais e econômicos da recessão internacional de 1921, que levava cada vez mais trabalhadores/as à mobilizar-se; não lhe restava outra coisa a não ser seguir com às perseguições e com a extrema violência praticada contra a população em revolta. Essa repressão conduziu, como aponta ROSAS (2003:74), ao *efeito seguramente desmobilizador da “noite sangrenta”, de 19 de outubro de 1921.*⁹ O poder do Estado foi tornando-se cada vez mais repressivo

7 O anarco-sindicalismo será conhecido como uma corrente sindicalista revolucionária e libertária, voltada para a ação social e sindical. Antiestatistas, anticapitalistas, “antiteologistas”, autôditas, autônomos contra qualquer hierarquia ou autoridade grupal, partidários da ação direta, buscam o confronto de classe sem intermediação e recusam-se à participação corruptora do sistema eleitoral burguês. Assim como o anarco-sindicalismo brasileiro (e de muitos outros países) na primeira metade do século XX, em Portugal, esse movimento que buscava a autogestão sindical e a extinção do Estado, é destruído com o acirramento da repressão às suas manifestações, as prisões massivas, o assalto e encerramento das associações de classe, o fechamento dos jornais sindicalistas; assim, como afirmou Rosas (2003:105), o que resta da resistência libertária, ainda interveniente no atentado de 1937 contra Salazar, desaparecerá nas prisões ou no exílio como força política-sindical relevante. Ver ROSAS (2003: 105).

8 No interregno dessas lutas, com o aparecimento de um sólido movimento sindical, surge em 1921, o Partido Comunista Português (PCP), que terá grande interferência política tanto na organização antifascista durante o salazarismo, quanto nos rumos da revolução de abril e da instauração do Capitalismo de Estado em Portugal. Sobre o PCP há muito o que ser dito. Diremos o que nos couber dizer, adiante.

9 É nesse momento que as organizações operárias vão sentir grande dificuldade para dar seguimento às lutas; vão assistir às deportações para as colônias com a acusação, sem julgamento, de terrorismo operário, entre 1923 e 1925. Ver ROSAS (2003, p.40).

e, como escreveu José Paulo NETTO, *os governos republicanos punham as armas na rua para reprimir as manifestações populares, mas faltava-lhes força para fazer aplicar qualquer legislação que favorecesse o proletariado*¹⁰.

Como em outros processos de implementação da República em outros países, o fato é que, nesse momento de mudança, sobretudo na ordem administrativa, pouca coisa ou quase nada mudou em Portugal; a República foi responsável pela separação da Igreja e Estado e pelo código eleitoral (1913) que excluiu a população analfabeta, ou seja, a maioria esmagadora da população; e, mesmo que alfabetizadas, as mulheres continuaram distantes da participação política nas eleições. Os grandes proprietários rurais, desde o primeiro momento, posicionaram-se contra a república. Associados à burocracia estatal e conservando intactas as suas forças, os latifundiários jogaram tudo na desestabilização da ordem republicana, tendo como grande porta-voz a hierarquia da Igreja Católica, que, mesmo antes de promulgada a Constituição republicana em 1911, teve suas propriedades arrestadas e podada a sua influência no âmbito do Estado.

O regime republicano nunca obteve o consenso popular. A separação oficial entre o Estado e a Igreja agradava a população urbana, mas enfureceu a população rural do Norte. No pequeno período que triunfaram às idéias republicanas, a instabilidade política era aparente: sucederam-se uma série de golpes e violações do regime constitucional em que o resultado foram quarenta e cinco governos e 29 intencionalidades revolucionárias, somente entre os anos de 1910 e 1926.

Para MAILER, isto fez com que a classe média interviesse a favor de um controle rígido por parte do Estado, tendo em vista restringir cada vez mais as lutas operárias e permitir que o desenvolvimento capitalista se realizasse sem interferências (1978:57). A crise do modelo econômico liberal fez com que Portugal enfrentasse as grandes dificuldades financeiras dos anos 1890, que trouxeram consigo a própria falência do modelo econômico liberal da monarquia. É essa crise, e diante o quadro de significativa movimentação social, que precedem o advento do autoritarismo como solução duradoura.

Outro fator que corresponde a falência do republicanismo no que se refere a organização do Estado Republicano é certamente o fato de que o republicanismo, como aponta o historiador Fernando ROSAS (2003:44), mostra-se *incapaz de definir um*

10 A jornada de 8 horas, velha reivindicação, só se conquista em 1919, na sequência de grandes greves, e assim mesmo limitada às cidades. No campo, as estruturas herdadas da monarquia permanecem praticamente intocadas. NETTO, José Paulo, *Portugal, do fascismo à Revolução*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

“*projecto nacional*” próprio para Portugal. A República portuguesa não fez nada a não ser trocar o nome do regime político do país. Não resolveu os problemas que criticou na monarquia. A estrutura principal não se alterou e a industrialização (e o velho discurso de modernização) não conseguiu desenvolver-se convenientemente.

Portugal segue a tendência como em vários outros países em que o desenlace da crise do sistema liberal desembocou em soluções autoritárias e de tipo fascista. Como argumenta Fernando ROSAS (2003:80), a república,

Esgota-se totalmente até se tornar essencialmente inadequada e imprestável, tornando o golpe de força simultaneamente indispensável e consensual. Assim se passou na queda da monarquia, em 1910, no 28 de Maio, em 1926, e no derrube do Marcelismo, em 25 de Abril de 1974.

As lutas operárias e a incapacidade dos chefes republicanos para tratarem da frágil e doente economia conduziram apenas à intervenção militar e à subsequente proclamação do “Estado Novo” por Salazar. Assim, o 28 de maio de 1926 vai se fazer muito mais no espaço aberto pela desmobilização sindical do que como resposta a ela.

1.2. O fascismo: “a revolta dentro da ordem”.

Portugal carregará em sua história a marca da mais longa ditadura política na história contemporânea. Os 48 anos que o país viveu sob o regime fascista de Antônio Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano (esse último continuador do salazarismo, como abordaremos adiante), marcaram profundamente a estrutura política do país. A insatisfação popular que Salazar teve como missão controlar a partir do discurso de conciliação e do equilíbrio entre interesses concorrentes, configuram o regime português no quadro dos fascismos que tiveram grande expressão no mundo ocidental nas primeiras décadas do século XX.

Embora outros autores vejam o regime salazarista como distinto das experiências fascistas dos anos trinta ¹¹, aqui o colocaremos na prateleira dos regimes fascistas que tiveram grande expressão na Europa e em outras partes do mundo nesse

¹¹ Para Ives LÉONARD, não se pode falar do salazarismo como uma espécie do fascismo. Nas suas palavras, “Além de um nacionalismo agressivo e expansionista, “falta-lhe”, nomeadamente, a conquista do poder pela força e o apoio de um vasto movimento e, posteriormente, de um verdadeiro partido fascista para governar. Fazem-lhe também falta o recurso permanente e maciço à violência, formas intensas de adesão popular e uma mobilização ideológica das massas, ou seja, uma vontade totalitária de controlo da sociedade” (1996:189).

período.

João Bernardo define o fascismo nesta expressão: *a revolta no interior da coesão*, chamando assim a atenção para a sua ambivalência, ao mesmo tempo radical e conservador (2003:12). O autoritarismo foi uma das suas características mais constantes; o populismo foi outro dos aspectos mais ou menos presentes nos fascismos, mas tem igualmente servido orientações muito diferentes. Todos os fascismos adotaram uma estrutura corporativa; segue BERNARDO (2003:16),

o fascismo define-se antes de mais pelo quadro em que se inseriu: exército, partidos e milícias, sindicatos e Igreja. Neste quadro, existem dois campos institucionais exógenos ao movimento fascista, o exército e a Igreja, que representam o peso conservador da sociedade, e dois campos endógenos, o conjunto dos partidos com as milícias e os sindicatos, que representam o factor de radicalismo introduzido na tradição conservadora. A especificidade do fascismo consiste na forma como se ligou às instituições exógenas e no carácter que imprimiu às instituições endógenas.

Para este autor, os fascismos só chegaram ao poder quando a articulação dos eixos institucionais teve como pano de fundo o bloqueio ao desenvolvimento económico (2003: 35). Assim, a irrupção de regimes fascistas acontece quando o sistema encontra dificuldades para sua reprodução; o capitalismo é sempre recuperar na contradição para manter-se, para superar a crise; como argumenta João BERNARDO,

A existência do fascismo permitiu ao capitalismo democrático refazer uma virgindade, disfarçando as suas formas próprias de autoritarismo, directamente empresariais, e encobrendo todos os vínculos económicos e políticos que tem sempre ligado as varias modalidades de realização do capital (Ibidem).

É certo que, assim como abordou o historiador francês Yves LÉONARD em seu livro *Salazarismo e Fascismo* (1996), o regime de Salazar, mesmo com as suas especificidades, é como nos regimes fascistas do período, um regime **autoritário** e também **burocrático**, mas não se deve limitá-lo a isso. Aqui o regime de Salazar será percebido enquanto a manifestação do fascismo em Portugal nos anos 1930, apontando o que for possível nas suas semelhanças e dessemelhanças com outras experiências fascistas no mesmo período. Evidentemente que o fascismo português tem suas peculiaridades históricas, mas não são essas distinções com relação a outros formatos fascistas do capitalismo (como na Itália e Alemanha de Mussolini e Hitler,

respectivamente) que vão poder oferecer mecanismos suficientes para não enquadrá-los no quadro dos fascismos.

Seguimos nesta perspectiva, a ver o *autoritarismo* e o *burocratismo* não mais que algumas das características – tomando-se a concepção bernardiana – que o sistema capitalista precisou encarnar, e que foram se adequando a cada país que o fascismo foi realidade, para garantir a sua reprodução ampliada diante a intensa organização e mobilização que vinha em onda crescente por parte da classe trabalhadora. Entende-se, pois que o fascismo se realiza enquanto uma etapa do processo de desenvolvimento capitalista sendo necessário nos contextos históricos que se desenvolveu, para a manutenção do sistema capitalista em novas condições.

No contexto de instabilidade econômica e social que atormentava Portugal, era necessária uma manobra que quebrasse estruturalmente as forças de dissenso vindas a partir da base da sociedade civil, para assim articular-se a partir da Nação (unidade corporativa) com o capitalismo mundial; a partir disso, o **corporativismo**, impulsionado a partir das bases estatais, propunha uma economia de regulação onde a ação do Estado funcionou para reordenar os conflitos sociais, tendo por fim a ação de controle dos/as trabalhadores/as como garantia da paz social, quer dizer, do silêncio dos/as trabalhadores/as.

Sendo assim, continuamos no caminho apresentado por João Bernardo, onde considera que a partir do momento em que consegue travar o crescimento da resistência popular anticapitalista, que é o gérmen das novas relações sociais de produção, o capitalismo *renova a solidez dos seus alicerces*. Daí, concluiu o autor que toda a economia é movida exclusivamente pela multiplicidade das lutas sociais, *desde os confrontos mais activos e colectivos até à resistência passiva e individual. Cada novo período de expansão deveu-se, não à repressão, mas à recuperação das instituições nascidas da iniciativa autónoma da classe trabalhadora.*¹²

Antecipo, pois, o objetivo desta pesquisa que conduzirá, mais adiante, no momento da Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, para a reflexão acerca dos mecanismos de controle que o Estado português, comandado pelas Forças Armadas e pelas instituições da esquerda *formal*, PCP e PS, utilizou na recuperação e cooptação das lutas autônomas que se seguiram à Revolução de Abril e que foram protagonizadas por um vasto movimento auto-organizado na cidade, no campo e nos bairros. E,

12 BERNARDO, João. Resenha de seu livro *Economia dos Conflitos Sociais* (1992) publicada no periódico *Política Operária*. s/d.

veremos também, como foi a situação limite do conflito nas colônias a desencadear o golpe de Abril e a colocar de “cabeça pra baixo” os “oito séculos” da história portuguesa.

Para problematizar a grande agitação operária e a movimentação popular que se desencadeou após o golpe de 25 de abril, é preciso entender como se processou o fascismo em Portugal, quais as características que essa forma de governo atingiu com Salazar e como esse governo soube se *fazer durar*, nas palavras de Ives LÉONARD; e, diante a manutenção da guerra em África, entender como partiu das colônias o desmoronamento do fascismo português.

1.3. O Salazarismo – “Deus, pátria, autoridade, família e trabalho”.

Na primeira metade dos anos vinte é evidente a desestruturação da sociedade portuguesa. O crescimento do déficit da balança de pagamentos atingiu enormes somas nos últimos anos da República. Agravava-se a situação; governos se sucederam com alarmante frequência, até que, em 1926, líderes militares portugueses unem-se às organizações do grande patronato, do latifúndio e do alto clero. Decidiram que a república deveria ser substituída por uma ditadura e, em maio de 1926 sobrevém o golpe, comandado no norte pelo General Costa Gomes. Instala-se o governo militar; dissolve-se o parlamento, impõe-se censura à imprensa; partidos e organizações caem na clandestinidade; a perseguição se espalha, inicia-se o terror necessário para manter a ordem silenciando o país e, principalmente, prendendo militantes sindicais e fechando organizações operárias.

Logo em seu princípio, a ditadura militar acelerava a marcha para o caos econômico e financeiro. Na tentativa de mudar esse quadro, o governo do general Carmona resolveu convidar um renomado intelectual de direita, professor da Universidade de Coimbra, ex-seminarista e vinculado à Ação Católica: Antônio de Oliveira Salazar. O objetivo era 'salvar' a economia do país. A entrada de Salazar no governo altera a orientação da ditadura militar, que passa a ter um projeto econômico-social integrado à repressão antipopular e antidemocrática. Trata-se explicitamente do projeto fascista do grande capital que Salazar soube ser um funcionário coerente.

Último filho de uma família extremamente pobre, Salazar nasce a 28 de Abril de 1889, numa pequena aldeia rural nas proximidades de Santa Comba Dão, localizada na zona norte do país. Recusando seguir a carreira eclesiástica, acaba por inscrever-se na

Faculdade de Direito de Coimbra e a partir daí se insere no campo acadêmico. Yves LÉONARD refere-se em seu livro a um discurso em 07 de janeiro de 1949, onde o ditador português resumirá da seguinte forma o seu percurso:

Devo à providência a graça de ser pobre. Desprovido de quaisquer bens de valor, fracos são os laços que me ligam à roda da sorte. E os cargos lucrativos, as riquezas, as honrarias nunca me tentaram. Para ganhar, na simplicidade da existência a que me habituei e na qual posso viver o pão de cada dia, não tenho necessidade de me perder no labirinto dos negócios ou das solidariedades comprometedoras. Sou um homem independente (citado por LÉONARD 1996:67).

Num discurso a 30 de julho de 1930, Salazar revela os princípios fundamentais do futuro estatuto constitucional e da “revolução mental e moral” que pretende levar a cabo para a materialização do Estado Novo, em que é necessário que o “Estado seja tão forte que não precise ser violento” (Ibidem p.49). Há na percepção do ditador, obviamente, uma imensa distância da realidade, já que o “Estado forte” – que Salazar tanto trabalhou para 'criar'- tirava toda a sua 'força' da repressão e do Estado policial que manteve a linhas duras nestes 48 anos. Dessa maneira que, um dos principais pilares em que se ergueu e que sustentou o regime fascista foi a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a polícia política, instituição chave na manutenção da “paz dos cemitérios” propagada por Salazar.

O Novo Estado corporativo, para além de seu controle *policialesco*, contou com outras duas organizações, a *Mocidade Portuguesa* e a *Legião Portuguesa*; ambas criadas em 1936, vão adquirir as funções de milícia, no caso da Mocidade, e de instituição paramilitar, no caso da Legião Portuguesa. A Mocidade Portuguesa apresenta-se como uma organização de enquadramento ideológico e paramilitar da juventude escolarizada; quanto à Legião Portuguesa, criada para combater os/as comunistas e os/as anarquistas, teve sua existência fortemente ligada ao contexto de radicalização engrenado pela Guerra Civil Espanhola e pelo “medo dos vermelhos” (LÉONARD, 1996:133).

Utilizada habilmente por Salazar, a Igreja Católica portuguesa, elevada no estatuto constitucional como “religião da nação portuguesa”, nas palavras de Fernando ROSAS, *assumir-se-á como o principal instrumento de difusão ideológica dos valores do regime e de legitimação espiritual do poder estabelecido* (2004:89). Essa instituição gozará do monopólio no que se refere a ação religiosa na educação, sendo responsável

pelo enquadramento religioso nas escolas, na educação das mulheres e na propagação da família como sustentáculo de ordenamento social. Dessa maneira cumprirá função especial na manutenção e no *saber durar* do regime salazarista.

A União Nacional, fundada em 1930, seria a plataforma de organização dos diversos interesses da direita portuguesa, servindo não como um partido que 'toma de assalto o poder', mas, sobretudo, afirmar-se-á oficialmente como um não-partido e até mesmo como um anti-partido; diferindo-se de outros partidos fascistas, a União Nacional, negada ao status de partido oficial do regime, se constituirá enquanto mais uma peculiaridade do regime português, já que Salazar *não tem por detrás dele o grande partido que conduziu Mussolini ao poder e que conduzirá Hitler ao poder* (LÉONARD, 1996:44). Esse mesmo autor aponta para outro importante fator de diferenciação do regime salazarista, que consiste precisamente na sua concepção quanto ao nacionalismo. Para LÉONARD, o nacionalismo que fundamenta a ditadura portuguesa adquire um caráter prudente e conciliador, o que o distingue de determinados nacionalismos expansionistas e agressivos do período; assim, nas suas palavras, *o Portugal de Salazar acredita ser uma grande potência europeia, até mesmo mundial, graças a um “nacionalismo de império”, desprovido de objetivos bélicos* (1996:77).

A Igreja Católica estabelece o apoio espiritual ao regime e, após de 1961, estende esse apoio à guerra colonial. Cumprindo o que lhe cabe, e o que sempre lhe coube, a Igreja trabalha na manutenção da exploração colonial. Como nos diz FANON¹³, *a Igreja nas colônias não chama o homem para o caminho de Deus, senão para o caminho do Branco, do dono, do opressor* (1961:37).

Situada como *pedra-de-toque* do regime português, a exploração das colônias se manteve contínua durante todos esses anos. Na caracterização de João Bernardo, a predominância da relação entre as milícias e a Igreja configurou a base do fascismo em Portugal e, por isso, o caso português se situa, dentre a pluralidade dos casos concretos, no quadro dos fascismos mais conservadores¹⁴. O tipo de fascismo de Salazar,

13 FANON, FRANTZ. *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, colección popular, 1961.

14Para BERNARDO, o eixo endógeno, dos sindicatos e das milícias partidárias, representa a revolta; o eixo exógeno, da Igreja e do exército, representa a coesão social (2002: 18). No eixo horizontal, têm-se a articulação entre os partidos e milícias e os sindicatos; no eixo vertical, têm-se a predominância da relação entre o exército e a Igreja. Ainda que o fascismo português tenha em sua caracterização a presença dos dois eixos relacionados, pode-se, de acordo com Bernardo, enquadrá-lo enquanto via mais conservadora, já que o salazarismo, no país como um todo, buscava o apoio da Igreja católica, que se comportou enquanto base forte de sustento desse regime, juntamente com as forças repressivas, durante quase meio século de sua duração.

era a forma que melhor se adaptava a um país subdesenvolvido. Originariamente, o salazarismo baseava-se numa aliança do capital financeiro colonial e do capital agrícola. A política do Estado Novo destinava-se a enfraquecer a luta de classes no continente e a oposição nas colônias (MAILER, 1978:57).

As peculiaridades do *chefe máximo* português, que levaram muitos/as outros/as autores/as a não enquadrá-lo no âmbito dos fascismos, tendendo a percebê-lo mais como um *monge ditador*; como Yves LÉONARD, certamente o diferencia em muitos aspectos de outros regimes fascistas clássicos, já que Salazar de fato não era um líder carismático a galvanizar em torno de si multidões; recatado, o ditador sempre tentou manter-se longe da modernidade, buscando levar Portugal a *viver de forma habitual*: católico, afastado, rural e conservador. Mas, como em todos os outros casos, a existência do Salazarismo, e das suas tradicionais formas de exploração, junto às suas outras características, típicas inclusive da composição social e histórica de Portugal, não o exclui da maneira que o capitalismo, para se manter, encontrou nas soluções autoritárias que surgiram na primeira metade do século XX.

A aliança entre o capital financeiro e o capital industrial, tendo em vista que essa aliança era frágil e não disputava a hegemonia dos proprietários fundiários nas colônias e dos latifundiários na metrópole, pôs Portugal numa situação desastrosa: no começo da década de 1950 houve uma quebra no mercado dos frutos tropicais e a produção agrícola, central na economia portuguesa, declinou-se intensamente. O setor industrial, ainda que lentamente, começou a desenvolver-se, entretanto, o regime salazarista mal podia deter as pressões do mercado internacional ou fazer recuar o fluxo econômico. A dificuldade em vencer a estagnação econômica só era “resolvida” com o aumento do saque das colônias e da exploração da força de trabalho em Portugal. A pilhagem colonial e o “êxito” de outras lutas de “libertação nacional” em África levou ao desencadear de revoltas armadas no começo da década de 1960.

Na luta entre a burguesia industrial e a burguesia colonial, a primeira ganhou finalmente a supremacia, e em 1962, Portugal aderiu à EFTA – Associação Europeia de Comércio livre, sob a hegemonia da Inglaterra. Citado por NETTO, Bento Gonçalves¹⁵ identifica o conteúdo da ditadura como política do capital, e *toda a sua atividade é caracterizada por uma sucessão de financiamentos às principais empresas*

¹⁵ Foi o primeiro dirigente moderno do movimento republicano português; morto em 1942 no campo de concentração do Tarrafal; localizado a milhares de quilômetros de Portugal, na ilha de Santiago em Cabo Verde, a sua abertura certamente foi a mais brutal expressão da violência repressiva da ditadura.

exploradoras (1986: 18). A relação do capital internacional com o regime autoritário, mesmo que encontrasse uma ou outra barreira por parte do tradicionalismo anti-moderno de Salazar, nunca deixou de prosperar. Contudo, é na última década do fascismo que a intervenção do capital externo em Portugal e nas colônias vai atingir extrema relevância. Em dados apresentados por NETTO, vemos que, *o volume dos investimentos estrangeiros, entre 1961 e 1971, representa 21 vezes o volume ingressado em Portugal de 1947 a 1960* (1986:31). A ditadura militar foi a solução política que o grande patronato e o latifúndio encontraram para revidar à combatividade das organizações populares e reordenar a economia em seu benefício.

1.4. “A África estava no coração do nacionalismo corporativo do Estado Novo”.

A primeira medida que o regime salazarista aplicou com relação ao ultramar foi a adoção do Acto Colonial, medida que pode ser classificada como *a lei fundamental do imperialismo português do século XX*, nas palavras de Norrie MacQueen.¹⁶ Salazar havia sido Ministro das colônias em 1930, ano em que foi publicado o Acto Colonial - que acabaria por ser incorporado na Constituição de 1933, junto à criação do Estado Novo. Segundo MACQUEEN, autor da frase que nomeia este subitem,

O Império, cuja área era 22 vezes maior que a da metrópole, foi fundamental para a pretensão de Salazar reclamar para Portugal a duvidosa qualidade de potência mundial (...). Era, simultaneamente, um símbolo e um bem real em torno do qual a nação podia ser mobilizada para enfrentar um futuro incerto. A essência dessa doutrina era intermediada pelo Acto Colonial, com a sua firme acentuação na centralização e na integração administrativas (1997:28).

Instituindo o trabalho forçado para os/as nativos/as das colônias, no Acto Colonial definia-se também uma rígida política de protecionismo econômico. As colônias deveriam ser dependentes umas das outras e da metrópole. A partir daí, as companhias concessionárias não veriam os seus privilégios renovados e os interesses econômicos nacionais passavam a ser protegidos contra os avanços do capital estrangeiro.

O terreno estava agora preparado para o crescimento de uma mão-cheia de grandes monopólios (ou oligopólios) portugueses que, como

¹⁶ Ver, MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Editorial Inquérito, Apartado - Portugal, 1997.

componentes essenciais do Estado Novo corporativo, dominaram grande parte da actividade económica da África portuguesa nos anos 50 e 60 (MACQUEEN, 1997:29).

O Acto Colonial, significando pela primeira vez a institucionalização de uma política na África, redefine o quadro das relações financeiras e institucionais, reforçando na metrópole a centralização política, administrativa e financeira das colônias.

Mas, em 1951, sob intensa pressão da ONU, o governo Salazar toma a iniciativa de rever o Acto Colonial de 1930 e realiza uma alteração na Constituição sobre as colônias africanas, substituindo o termo “colônias” por “províncias ultramarinas”, reafirmando o conceito de unidade nacional e apresentando Portugal como uma “nação pluri-continental”, composta por províncias europeias e ultramarinas, integradas harmonicamente. Essas mudanças tinham como objetivo fazer frente às pressões externas favoráveis à descolonização já que, nas palavras de LÉONARD,

após a conclusão da guerra, o salazarismo vê-se obrigado a enfrentar dois desafios temíveis: o primeiro consiste em conseguir, antes de mais, “vencer a crise da paz” sem ceder em nada de muito fundamental e procedendo apenas a retoques superficiais; em segundo lugar, em “saber durar” num quadro internacional em turbulência (1996:173).

O fim da II Guerra criou um cenário em que o salazarismo vê desaparecer a maior parte dos regimes com os quais alguns portugueses o comparavam ou o assimilavam nos anos 30. Com o seu fechamento *sobre si mesmo*, Portugal vê-se isolado da Europa em que o pós-guerra confrontou um triplo desafio estratégico: a democratização da política, o desenvolvimento econômico e social e a descolonização dos impérios europeus.

A plataforma de desenvolvimento econômico que levava a cabo os países europeus industrializados não era condizente à realidade nacional portuguesa, que recebe forte pressão externa. “Orgulhosamente sós” nos anos sessenta, o salazarismo encontra-se efetivamente bastante isolado e esclerosado num mundo em plena mutação. A estratégia salazarista de conservação do regime, que ainda se manterá por mais 20 anos após o fim da Guerra, ou seja, a preocupação em não desestruturar o mundo agrícola tradicional e os equilíbrios internos do regime, vai condicionar o tipo e os ritmos da industrialização e do crescimento econômico.

Embora diversos autores tenham acreditado na idéia simplista, genericamente

aceita, de que o Estado Novo preferia o isolamento e o imobilismo econômico ao crescimento e desenvolvimento, é preciso ver que a economia salazarista, mesmo nos anos 30, nunca fora um deserto de estagnação econômica; na essência desse regime, o ditador procurava conciliar a dinâmica inelutável do desenvolvimento com a segurança na manutenção da “realidade de sempre” e das verdades intemporais (ROSAS, 2003:97). A ambivalência em relação ao desenvolvimento econômico pode ser explicada por muitas empresas terem prosperado ao abrigo do antigo sistema e sentirem relutância em abandonar completamente o protecionismo, o condicionamento industrial e os baixos salários. Para João César das Neves, citado por CORKILL (2004:220), *as instituições corporativas não eram hostis ao crescimento econômico, mas mostraram-se avessas à inovação e à maleabilidade*. Porém foi, sobretudo, nos anos sessenta que a economia portuguesa sofre uma profunda reestruturação. O período entre 1960 e 1974, como afirma CORKILL, marca um ponto na viragem da política econômica portuguesa: vai do abandono do desenvolvimento nacionalista e autárquico para a liberalização da economia e integração na Europa (2004:215).

No contexto de descolonização que transformava Portugal numa ilha fascista em meio a uma Europa “redemocratizante”, Salazar, dando continuidade ao fluxo colonial, teve de “ceder o anel para não perder o dedo”, abrindo-se assim cada vez mais concessões às empresas estrangeiras super-explorarem a mão-de-obra africana. José Paulo NETTO mostra que, no princípio dos anos sessenta, as transnacionais controlavam inteiramente os telefones, o telégrafo e as comunicações internacionais; o comércio interno e externo dos óleos minerais (Shell, BP, Standart Oil), a montagem dos veículos, os produtos elétricos (GE, Phillips, Siemens); detinham ainda o controle da indústria naval, frota petroleira, indústria láctea, tabacos e todos os tipos de transporte. O capital internacional, aliado aos grupos portugueses, atuava também nas colônias, na exploração do ferro, petróleo, urânio, diamantes e manganês (1986:27).

O pós Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazi-fascismo, apresentou como um de seus desdobramentos um processo intenso de descolonização¹⁷; conseguiram suas independências Indonésia (1946), Índia e Ceilão (1947), a Birmânia

17 As independências foram precedidas de intensas lutas e rebeliões anti-coloniais e a expressão superestrutural desse processo foi o surgimento do nacionalismo-árabe e do pan-africanismo. O pan-africanismo foi um movimento político que propunha a união dos países da África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional. Relativamente popular entre as elites africanas ao longo das lutas pela independência da segunda metade do século XX, foi em parte responsável pelo surgimento da OUA – Organização de Unidade Africana. Reuniu intelectuais de vulto como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Léopold Sédar Senghor, Alioune Diop entre outros.

(1948), a China (1949) além de outros países asiáticos, árabes e africanos. Mas, nos territórios colonizados por Portugal, o processo de descolonização só será efetivado em Abril de 1974, quando a Revolução põe fim ao fascismo e ao Império português.

A eclosão da guerra colonial no início dos anos sessenta, mais especificamente a guerra em Angola, em 1961, tratada pelo regime com o envio imediato de tropas para a colônia, marca o início da última fase do colonialismo português. O acirramento do conflito vai tomando grande expressão com os altos custos da guerra colonial, que, na década de 70', vai atingir quase metade do orçamento do Estado. Para fazer face a esses encargos financeiros, o Estado viu-se obrigado a alterar sua política econômica, o que resultou uma abertura sem precedentes ao capital externo e configurou uma nova forma de integração na economia mundial.

Numa declaração em 1961, Salazar afirma: *Somos antiparlamentares, antidemocratas e antiliberais. Somos contra todas as formas de internacionalismo, comunismo, socialismo, sindicalismo*¹⁸. Mesmo afirmando que o governo deve *proteger o povo de si mesmo*, Salazar conseguiu considerável apoio em Portugal. A Igreja e os pequenos proprietários de terra no Norte, fervorosamente católicos, apoiavam-no a mesma medida que os latifundiários das regiões centrais e meridionais, assim como também os conglomerados financeiros e industriais interligados a Portugal. Porém, o padrão econômico que os vencedores da Guerra (Europa os Estados Unidos) abraçavam como a única forma possível de “progresso”, e que precisa, para a sua sobrevivência, ser assim também concebido por todos os outros povos, fazia com que o Portugal arcaico e isolado de Salazar tivesse seus dias contados. Mesmo com as medidas de liberalização econômica, o desenvolvimento do capital internacional forçava Portugal a entrar nas comunidades europeias.

A aproximação da Europa e o afastamento da África resultaram que, como nos mostram os dados de 1962, 50% das exportações portuguesas constituíam-se de matérias-primas e semimanufaturados, contra uma importação na qual os produtos industrializados totalizavam 61%. No mesmo ano, cada tonelada exportada para a Inglaterra rendia a Portugal 3.600 escudos, que, na operação inversa, dispndia 7.700 escudos (NETTO, 1986:27).

Desde o princípio do Estado Novo em 1926 a burguesia agrária foi hegemônica. Para Boaventura Sousa SANTOS, a hegemonia econômica da burguesia agrária entrou

18 In. MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado. Revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Cia das Letras, 2006:37-38.

em declínio no início da década de 60', enquanto a sua hegemonia ideológica só entrou verdadeiramente em declínio no final da mesma década (1990:18). Para este autor, é comum que uma classe mantenha a hegemonia ideológica mesmo depois de ter perdido a hegemonia econômica, e o inverso sucede igualmente. O fim da década de 1960 marca profundamente a transformação das estruturas sociais e das estratégias de resistência da classe trabalhadora a nível mundial, e em Portugal, inicia-se um período de reivindicações operárias sem precedentes na história portuguesa.

1.5. Marcelo Caetano: O *salazarismo* sem Salazar

Os últimos anos do fascismo, que representam o momento de seu declínio histórico, podem ser vistos em dois ciclos políticos distintos. O primeiro vai das jornadas de 1958 à retirada de Salazar, uma década depois, e o segundo compreende o conturbado governo de seu sucessor, Marcelo Caetano. No primeiro ciclo, tem-se a recomposição das esquerdas oposicionistas entre 1949 e 1958, momento em que um grande movimento popular se reúne em torno da candidatura de Humberto Delgado para a presidência, prolongando-se até o ano seguinte, quando o movimento democrático chega a colher milhares de assinaturas em favor da demissão de Salazar (1986:36). Os quase 10 anos que medeiam entre 1949 e 1958 vem permeado por mais repressão pós guerra pelo temível medo do comunismo; desponta no país um novo fôlego no desenvolvimento industrial; uma urbanização acelerada e caótica; assiste-se ao crescimento e concentração do proletariado industrial e a emergência de um sector terciário moderno, a partir também da expansão da nova pequena burguesia inconformada com a estagnação econômica, a mediocridade da vida cultural e a ausência de liberdades cívicas e políticas.

Embora o movimento oposicionista não consiga atingir força suficiente para pôr em cheque o regime, nos fins de 1961 e em 1962, demonstra um vigor extraordinário, mas, como de praxe do regime, a vaga terrorista que sucedeu às grandes mobilizações desse momento foi de tamanha intensidade que o movimento democrático e popular tardaria alguns anos para repetir as amplas movimentações como as desfechadas em 1962 (1986:36).

O regime já estava condenado quando em 1968 Salazar por causa de um acidente doméstico e por diversas complicações de saúde, afasta-se do poder em

setembro desse ano. Partimos então para o último momento do regime fascista com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano. Jurista oriundo da Faculdade de Direito de Lisboa, Caetano liderava a corrente reformista que emerge e se afirma dentro do regime a partir da crise que se instala no pós-guerra. A ascensão de Caetano criou, para muitos, grandes expectativas quanto a uma evolução gradual do regime, no sentido de uma democracia de tipo liberal. O sucessor de Salazar entendia que a única maneira de se manter o regime era a partir de uma série de reformas, evidenciado nas suas propostas enquanto ministro da Presidência, aonde chegou a defender a extinção da censura prévia à imprensa, uma política de desenvolvimento acelerado e uma abertura do regime aos países estrangeiros. Assim, na perspectiva de Rita Carvalho (2004:30), a maior parte acreditava que, para o bem ou para o mal, alguma coisa ia mudar¹⁹.

Em seu discurso de posse, citado por Rita CARVALHO, Caetano afirma que irá trabalhar para o progresso material e moral dos/as portugueses/as; manterá mais firme a administração pública e garante que não abandonará a defesa das colônias (2004:35). Essa autora trabalha em seu texto o perfil de Marcelo Caetano a partir de uma entrevista que o mesmo concedeu no início de 1973, a Antônio Alçada Baptista; para Caetano, os/as portugueses/as em sua maioria, não podiam viver numa sociedade livre, pois não sabiam utilizar com responsabilidade a liberdade de que poderiam usufruir; posicionando-se contra a livre criação de formações partidárias, acreditava que liberdade sem responsabilidade conduzia à instabilidade, às lutas sociais, às injustiças econômicas, a lutas partidárias... só poderia conduzir a desordem, subversão e anarquia, o que significava a necessidade de justificar um 'governo forte', com autoridade e com capacidade efetiva de o exercer.

Deste modo, Marcelo CAETANO defendia que as instituições democráticas se mostravam ineficazes na resolução dos “problemas postos pelas novas sociedades, que passaram a exigir dos governantes, muito mais do que as garantias do exercício das liberdades, a iniciativa e a execução de tarefas que iam da segurança e da justiça social ao fomento econômico” (2004:33). Assim, na perspectiva de Caetano: “Não há que escolher entre continuidade ou renovação, mas apenas afirmar o propósito de renovação

19 Muitos foram os socialistas que acreditaram numa espécie de “primavera marcelista” a partir da ideia de evolução democrática do regime; o PS de Mário Soares, o PCP e a extrema esquerda também partilhavam de alguma expectativa, pelo menos de se abrir uma etapa diferente. Porém, tal postura terminará em Maio de 69, quando, em um novo manifesto ao país, denunciam a progressiva instauração de um "salazarismo sem Salazar". Ver CARVALHO, Rita Almeida. *A definição do marcelismo à luz da revisão da Constituição*. In. *A transição falhada, o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Coordenação - Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira. Notícias Editorial. Lisboa, 2004 p.27-71.

na continuidade, isto é, de seguirmos sendo quem somos, mas sem nos deixarmos anquilosar, envelhecer e ultrapassar²⁰”.

Caetano entendia, pois, que era o desenvolvimento das forças de produção a exigir a mudança política como pré-condição para adaptar o país aos ritmos da sociedade capitalista europeia. A essa questão, seria urgente para o regime controlar o processo de transformação institucional, se não para eliminar a incoerência entre a sua forma política e o modelo de desenvolvimento econômico e social em curso; esse processo foi manejado por Caetano na tentativa de programar uma série de medidas cujo sentido geral foi dado pelo próprio chefe do governo ao proclamar 1970, a necessidade de o “Estado Novo” se transformar em “Estado Social”. Evidentemente, tal necessidade admitida por Caetano não vem de uma boa vontade ou de uma percepção progressista, mas ainda como uma reação, por parte do Estado, diante um contexto internacional de agitação que tinha seus reflexos nas grandes ondas de agitação social em Portugal.

Por causa da emigração, Portugal foi o único país a sofrer um decréscimo populacional na década de 60. Em média emigravam 100.000 pessoas por ano, tendo o pico desse movimento em 1970 e 1971 (CORKILL, 2004:224). Entre o princípio dos anos 1960 e 1974, um total acumulado de mais de um milhão e meio de portugueses abandonou o país. A exportação de emigrantes para os países dominantes está relacionada com o processo de “industrialização dependente”, que em Portugal se expressava na tecnologia pouco desenvolvida, produtividade reduzida, desqualificação do trabalho, desarticulação das relações sociais na agricultura (com expulsão de trabalhadores/as), desenvolvimento desigual dos setores industriais, contradições cidade-campo. A emigração liga-se com a necessidade, nos países de acumulação capitalista, da compensação da baixa tendencial da taxa de lucro com a sobre-exploração da força de trabalho estrangeira. Para SANTOS, LIMA e FERREIRA (1975:12),

A emigração maciça, num primeiro período, abrange principalmente trabalhadores agrícolas e funciona como válvula de segurança desmobilizadora de lutas sociais. Numa segunda fase, quando se intensifica a saída dos trabalhadores da indústria e dos serviços, rarefaz o exército de reserva, colocando em posição de *mais força* as reivindicações económicas dos trabalhadores que ficam, além de provocar tensões sociais e significar uma recusa de integração na

20 Discurso de Caetano na Assembleia Nacional no momento de apresentação da proposta de revisão constitucional, em 02/12/71, in *Diário das Sessões*, n.º 50, 03/12/71, p.1035. Citado por CARVALHO, 2004:35.

sociedade portuguesa e de aceitação da violência que a emigração implica, paralela ao desejo de transformação que se vai avolumando.

Apesar das expectativas geradas em torno do projeto de reforma do regime por Caetano, este se isola politicamente. O impressionante crescimento registrado na década de 1960 disfarçou, mas não resolveu importantes anomalias estruturais. O modelo de desenvolvimento permaneceu distorcido e descompensado, pois a modernização teve muito pouco a ver com o setor agrícola, que foi se reduzindo até alcançar o estatuto de setor subsidiário, ao mesmo tempo em que falhou ao não concretizar desenvolvimentos complementares em outras zonas da economia. Permaneceram frágeis a estrutura social, além das deficiências estruturais: falta de mão-de-obra qualificada, emigração em massa, uma agricultura atrasada e marginalizada dos processos de mudança, hiperconcentração de empresas e uma pesada máquina burocrática, ineficiente e corrupta (CORKILL, 2004:230-31).

Os países europeus eram o horizonte privilegiado da expansão da burguesia industrial-financeira. O espaço colonial era demasiado pequeno e significativo – e se algum significado ainda detinha, era mais como fornecedor de matérias-primas do que como mercado de produtos industriais. Para MAILER (1978:18), o setor avançado da burguesia portuguesa tinha um objetivo – uma sociedade capitalista liberal, na qual acumulariam riqueza numa maneira *civilizada*. O antifascismo era a cobertura ideal para a necessidade gritante de modernização do estado burguês. Uma sociedade capitalista liberal proporcionava uma estrutura mais livre para o importante negócio de fazer dinheiro. No entanto, as medidas do fascismo já moribundo revelaram-se tímidas e incoerentes.

Para Boaventura SANTOS (1990:20), as políticas de legitimação levadas a cabo por Caetano, numa tentativa de conferir um maior peso político e ideológico à burguesia industrial e financeira, foram medidas tendentes a aumentar a componente de legitimação e a diminuir a repressão às classes trabalhadoras por meio da concessão de maior autonomia sindical e do alargamento do sistema de segurança social. Todavia, as medidas de Caetano, tendo sido tomadas para dispersar as contradições políticas e sociais, acabaram por concentrá-las. As concessões, ainda que muito limitadas, feitas à classe trabalhadora, em vez de conduzir a uma nova colaboração de classes não impediram o aumento dramático dos conflitos laborais.

A recessão econômica mundial desencadeada pela crise do petróleo em 1973 ²¹

21 O Oriente Médio tornou-se desde o fim da Primeira Guerra Mundial, o principal produtor de petróleo

significou um sério golpe para a economia portuguesa: o absurdo aumento da inflação, com pouco mais de 6% em 1969, ficou perto dos 30% em 1973 e está relacionada com a exportação dos efeitos da crise do sistema imperialista para os países dependentes. Quando o Reino Unido, Irlanda e Dinamarca abandonaram a EFTA para aderirem à CEE (Comunidade dos Estados Europeus), o comércio português caiu para 1/3 em 1973; para CORKILL (2004:227), o resultado da crise do petróleo induziu uma inflação importada. O aumento dos preços e a queda dos salários reais foram os resultados do progresso e da modernização prometidos aquando da entrada de Portugal nas instituições europeias. Ainda que na década de 1960 e no começo da década de 1970 a economia portuguesa tenha tido um bom desempenho, com o PIB a crescer numa média de 8%, o desenvolvimento não significou uma melhoria nas condições de vida das classes trabalhadoras, que contribuíram para o desencadear de ondas reivindicativas e agitação sindical.

A canalização de uma grande parte dos dinheiros públicos para as despesas com a guerra colonial, bloqueia fortemente os investimentos públicos nas infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento, impossibilitando que o estado cumpra seu papel enquanto o preparador das condições gerais de produção para as empresas capitalistas. A burguesia industrial aspira que uma parte das verbas públicas seja aplicada – o que não acontece – no setor de reprodução da força de trabalho: alojamento, transporte, saúde, prestações sociais (Santos, Lima e Ferreira, 1975:12). Caberia ao Estado português “correr atrás do tempo perdido” e, para colocar-se na “corrida” dos países europeus industrializados, precisaria mudar algumas coisas.

No que se refere ao ultramar, a política de Marcelo Caetano foi cosmética: mudou para “províncias ultramarinas” a maneira de se referir às colônias e prosseguiu acentuadamente com os esforços da guerra; o plano de Caetano era caminhar para uma

do mundo, o que levou à cobiça dos europeus, que dominaram a região por décadas, colonizando e explorando as suas riquezas. Aos poucos, os países do Oriente Médio foram adquirindo a sua independência política, mas sem ter o controle da sua principal riqueza, que até 1970, tinha mais de 90% da sua produção petrolífera controlada por sete companhias, as chamadas “*Sete Irmãs*”. Nas décadas de 1960 e 1970, a economia mundial estava totalmente dependente do petróleo, sem ele não havia progresso. Cientes desta dependência, os países produtores decidiram unir suas forças, rompendo com o cartel das “*Sete Irmãs*”. Surgia a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP, e a luta contra as grandes companhias petrolíferas começou a ser travada; Não só interesses econômicos moveram esta luta, mas principalmente, políticos. O conflito entre árabes e israelenses, marcados pela Guerra dos Seis Dias, em 1967, e pela Guerra do Yom Kippur, em 1973, em que os árabes sofreram derrotas e humilhações indelévelis, foi o principal fator que fez do petróleo uma arma econômica. Para pressionar os Estados Unidos e a Europa, que apoiaram Israel nos conflitos, os árabes uniram-se, reduzindo a produção do petróleo, forçando o aumento drástico no preço do barril, originando a maior crise do petróleo, que afetou toda a economia mundial. Ver <http://jeocaz.livejournal.com/43924.html>. Acessado em 30 de Agosto de 2009.

“autonomia progressiva e participada”, a ser efetivada através de reformas constitucionais que *aos poucos* transpusesse as iniciativas de decisão para os próprios territórios colonizados. Segundo MACQUEEN (2004: 276), nas suas reformas, Caetano teve sempre como objetivo central a população branca, já que numa formação social recente, a nova classe média urbana africana, com mais afinidade política ou cultural com os/as guerrilheiros/as africanos/as do que com a ideologia imposta por Portugal, precisava ser enquadrada e domesticada, o que se completará nos anos que se seguiram com neo-colonialismo. Porém, fica claro o caráter colonizador de Caetano ao prever que, pouco a pouco, o poder central fosse diminuindo sua intervenção, garantindo que o poder não seria entregue nem a populações brancas segregacionistas, nem a movimentos subversivos que mais tarde ou mais cedo expulsariam os brancos da África.

Na perspectiva colonialista de Marcelo Caetano, a Europa, que já doara à África o progresso material, técnico e científico, deveria continuar a fazê-lo, e a intervenção europeia na África, legitimada ainda pelo pensamento evangelizador cristão, conduziria a uma humanização e à civilização dos/as africanos/as. O sucessor de Salazar acreditava que era o Império a conceder a autonomia aos povos africanos, já que estes *não entendiam o sufrágio e que este não os conduziria à liberdade*. Tais pressupostos justificavam a continuação da intervenção portuguesa. O fato é que, Caetano, tanto enquanto presidente do Conselho como nos seus escritos e declarações anteriores, nunca duvidara da necessidade da guerra colonial. É por isso que, nas palavras de MacQueen (2004:77), a *África seria a pedra-de-toque para o sucesso ou o insucesso do marcelismo*.

1.6. Portugal e o futuro: a revolução em Portugal tem início em África.

Marcelo Caetano, ainda que muito bem disposto a reformar o regime, comete sua principal falha ao não entender que os movimentos de libertação em África não poderiam esperar pelas suas reformas graduais. Aliás, a pequena Guiné já havia posto o Império em apuros no começo da década de 60, como abordaremos adiante. As agitações em torno dos Movimentos de Libertação cresciam em toda a África e, em todo o mundo. O colonialismo era cada vez mais desprestigiado, e foi, sobretudo, o exemplo da Argélia a mostrar, pela primeira vez, ao menos aos olhos dos movimentos de libertação nacional, que o colonizado podia derrotar o colonizador muito mais poderoso (SECCO, 2004:64)

Para SECCO, a Revolução dos Cravos, em termos ideológicos, não começa em Lisboa, mas em África; a crise do Império português é metropolitana, e é colonial. É só no continente negro que se poderá perceber a crítica mais forte ao regime, porque nascida do elo mais fraco (2004:63).

Em 1968, ano da posse de Marcelo Caetano, 117.684 militares portugueses encontravam-se descolocados em África. Em 1973, seu último ano de governo, esse número tinha aumentado cerca de 27%, 149.091 militares (MACQUEEN, 2004:263). Com o advento de Caetano, instala-se um equívoco entre o poder político e as forças armadas: o poder político julgava as Forças Armadas intransigentes na questão colonial e nas Forças Armadas, não acreditavam que o poder político quisesse outra solução que não fosse a guerra (REZOLA, 2004:341). Nas palavras de Secco, *a soldadesca colonialista não pensaria jamais nas colônias como um problema se os rebeldes africanos não houvessem surgido e se insurgido em armas nas mãos e levado o exército colonialista a uma virtual derrota* (2004:58).

Em Angola, o sentimento de uma luta unificada, de todo o Império contra o regime de Lisboa foi acentuado pelo importante papel que desde cedo desempenhou o Partido Comunista Angolano (PCA), que começara como uma célula do PC Português. O PCA, juntamente com outros grupos menos organizados, acabou finalmente por se integrar no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956; nesse país, três organizações tomavam frente no processo de libertação nacional, FNLA, UNITA e MPLA; tais apresentavam diferenças quanto à orientação ideológica, porém, mais importante que isso, eram as diferenças de carácter regional e étnico que dividiam esses movimentos. Ainda nesse país, onde a sequência dos conflitos armados têm início em Fevereiro de 1961, o MPLA, de orientação marxista, realizou em março, pela primeira vez desde o início do conflito, um congresso no interior no território angolano, ao mesmo tempo em que se anunciava a luta no Leste do território. O MPLA, afirma MacQueen (1997:39), representava, sob muitos aspectos, uma genuína aliança entre a intelectualidade e o proletariado, categorias sociais mais habituadas e associadas na Europa do que na África Subsariana de meados de 1950.

A situação em Moçambique era diferente e ainda não dispndia grandes preocupações para Portugal. Moçambique foi a última colônia a organizar um movimento de independência verdadeiramente nacional, com a criação da FRELIMO, em junho de 1962. A Frente de Libertação de Moçambique, o único movimento de libertação do território (antes já havia, tal como nas outras colônias, alguns movimentos,

mas mais de características regionais e étnicas) era mais fraco do que os movimentos em Angola e na Guiné quanto a sua coesão ideológica e estrutural²². Moçambique vivia momentos conturbados quando Caetano chegou ao poder. Quatro anos iniciada a guerra, a luta ainda estava confinada nas províncias de Niassa e de Cabo Delgado, no Norte, apesar das tentativas da Frelimo em expandir a luta até ao Sul.

Se as condições de Angola e Moçambique ainda não constituíam uma grande preocupação para Caetano, afirma MACQUEEN (2004:270-71), em setembro de 1968 a situação na Guiné estava em amarga oposição. A Guiné não dispunha de nenhuma das potencialidades econômicas de Angola ou Moçambique, nem uma grande população colonial. Com essa pequena colônia, Portugal gastou mais – em termos militares e humanos – a partir do momento em que teve início a guerra, em 1963, do que em todas as outras colônias.

O Partido Africano para a independência de Guiné e Cabo Verde foi criado em setembro de 1956; inicialmente sob o nome de Partido Africano da Independência, foi formado por ativistas cabo-verdianos, e, mais tarde um pouco, transformara-se em PAIGC²³; na década de 60, a pressão desse partido sobre Portugal tinha sido impiedosa: suas operações centravam-se no sul e no leste do território, onde se desenrolavam táticas de guerrilha contra as forças armadas, atacando às colunas militares de transportes e os alojamentos dos soldados portugueses. Mas também na Guiné ainda havia possibilidade de o regime se manter, pois o PAIGC, tal como o MPLA e a Frelimo, tinha de lidar com as suas próprias divisões internas e fissuras no seio dos movimentos.

Em princípio de 1968, o administrador da Guiné era o antigo Ministro de Defesa de Salazar, Arnaldo Schurtz, que desde o início tinha se mostrado incapaz de fazer frente ao desafio que lhe era colocado pelos/as guerrilheiros/as. Daí que, em maio de 1968, Salazar escolheu para substituí-lo, numa decisão que mudaria os rumos da história portuguesa, o brigadeiro Antônio de Spínola como governador e comandante militar da Guiné (ibidem, 2004:270-271).

A capacidade geoestratégica e econômica de Portugal para manter e ganhar a

22A FRELIMO resultava mais de pressões externas do que de um claro empenho nativo numa luta de libertação nacional unida. A escolha do líder desse movimento é indicativa da sua fraqueza: o primeiro presidente da FRELIMO foi Eduardo Mondlane, educado nos Estados Unidos e funcionário da Organização das Nações Unidas, talvez o mais distinto negro moçambicano da sua geração. Ver MACQUEEN, Norrie (1997, p.37-42).

23 Antes da formação do PAIGC, já existia na Guiné portuguesa a *Frente para a Independência da Guiné* (FLING), que fora constituída em 1953 pela reunião de vários grupúsculos. A FLING manteve uma espécie de existência latente, nas palavras de MACQUEEN (2004:40), durante a revolução portuguesa, porém, a FLING esteve praticamente inativa e empregou muitas das suas limitadas energias a criticar a chefia “não-africana” do PAIGC.

guerra colonial revelou-se insuficiente. O general Spínola deixou a Guiné no Verão de 1973, apesar de não se ter verificado uma verdadeira melhoria da situação nessa colônia durante o período da sua administração. Regressando a Lisboa, Caetano ofereceu-lhe o cargo de Ministro do Ultramar, que foi recusado pelo general; Spínola justificaria a sua recusa, pois a sua aceitação implicaria calar a sua oposição à política africana de Caetano e em seu lugar, aceitou um cargo criado especialmente para si, o de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, que lhe permitia completar a sua crítica à política nacional, materializada no seu livro *Portugal e o futuro*.

O processo de descolonização que contribuiu visceralmente na liquidação das bases do fascismo teve sua grande expressão nos movimentos de libertação articulados pelos povos colonizados em África, mas, certamente a ruptura do 25 de Abril de 1974 se situa como fundamental para o fim do Império português. Quando Caetano é derrubado, revelam-se três orientações em face da guerra colonial. A primeira defendia a continuidade da guerra até a conclusão de um acordo conducente a uma *Federação Portuguesa*, sediada em Lisboa – era a proposta de Spínola e dos conservadores que se deslocaram do fascismo. A segunda admitia formalmente a independência política das colônias, mas pretendia manter privilégios econômicos – posição defendida pela cúpula do PS e de setores do MFA. A terceira – de seguidores do MFA, da *esquerda militar* e assumida pelo PCP, advogava o fim imediato da guerra e negociações com o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO, com pleno reconhecimento de independência (NETTO, 1986:57).

O conflito colonial chegava a um momento decisivo. Ao declarar que as forças armadas não podem ser a “*guarda pretoriana do poder*”, Spínola começava a revelar sua estratégia: promover um “*golpe palaciano*” o que obrigava, desde logo, a trabalhar a partir do *interior* do regime para forçar a mudança (REZOLA, 2004:353). Apesar de ser um elemento estranho ao Movimento dos Capitães, Antônio Spínola é uma figura central no processo que conduz ao derrube da ditadura. O general, ao defender em seu livro que o problema das colônias era um problema *político e não militar*, acaba por influenciar fortemente os quadros médios das forças armadas portuguesas, que já estavam trabalhando na formação do MFA – Movimento das Forças Armadas, responsável pelo golpe em 25 de Abril de 1974 que definitivamente põe fim a longa ditadura portuguesa.

O livro de Spínola propõe uma solução para a “*crise que enfrentamos*”: o rápido restabelecimento da paz porque a vitória exclusivamente militar é inviável. Às Forças

Armadas compete, pois, criar e conservar as condições de segurança que permitirão soluções político-sociais, únicas susceptíveis de pôr termo ao conflito. Pretender “ganhar uma guerra subversiva através de uma solução militar é aceitar, de antemão, a derrota” (REZOLA, 2004:356). Mas se o livro *Portugal e o Futuro* se constituía uma última tentativa para se encontrar uma saída à questão ultramarina mantido o fascismo, o fato é que acabou por acelerar o seu fim, num processo que certamente ultrapassava as próprias intenções do autor. Para além do seu impacto junto a opinião pública nacional, o livro de Spínola gerou uma grande onda de entusiasmo em grande parte dos capitães portugueses, constituindo-se como um suporte ideológico para o Movimento dos Capitães.

Fundamentalmente, é na dinâmica da estrutura militar portuguesa no contexto da guerra colonial que se pode encontrar a gestação do MFA. Os anos da guerra colonial, afirma FERREIRA (1997:160), *ao mesmo tempo que provocaram a deserção e a fuga de cerca de 110.000 indivíduos, do serviço militar, e milhares de feridos e mortos, produziram também fissuras e antinomias no seio da hierarquia militar*. Se até os anos 60 a carreira militar gozava de algum prestígio social e econômico, a irrupção das guerras nas colônias inverte essa situação, como demonstrou FERREIRA, perante os perigos da guerra de guerrilha, as famílias burguesas e aristocráticas de Portugal, para evitarem danos a seus filhos, preferiam posicionar-se pela integridade territorial do Império colonial (Ibidem).

No verão de 1973, oficiais jovens manifestam-se contra o I Congresso de Combatentes no Ultramar (Porto, 1 – 3 de junho de 1973) que reunia setores mais conservadores em apoio à continuação da guerra colonial; nesta ocasião, alguns oficiais do quadro permanente, da parte das forças armadas os mais sacrificados pela guerra, decidem abandonar o congresso pondo a circular um abaixo-assinado contra o evento e seus resultados. Essa iniciativa alarga-se rapidamente e passa a ganhar adeptos a tese spinolista de uma solução política e não militar pra os conflitos coloniais. Em 9 de Setembro desse mesmo ano, uma reunião de oficiais em Alcáçovas, marca o início da conspiração e o nascimento do MFA. Contudo, nas palavras de REZOLA²⁴, *apesar do amplo impacto e contestação ao congresso, o factor que verdadeiramente desencadeia a mobilização que culminará na criação do Movimento dos Capitães é a publicação dos polémicos decretos do Verão de 1973*.

24 Ver, REZOLA, Mária Inácia. *As Forças Armadas, os capitães e a crise final do regime*. In. *A transição falhada, o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Coordenação - Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira. Notícias Editorial. Lisboa, 2004, p.342.

Os decretos-leis nº 353 (13/07/73) e nº 409 (20/08/73), publicados pelo Ministro da Defesa, Sá Viana Rebelo, pretendiam suprir a falta de candidatos para prosseguir na Carreira Militar e prosseguir a guerra colonial; propunha uma espécie de curso acelerado para Oficiais, facilitando a entrada de recrutas na Academia Militar, e a esses milicianos, permitia-se, já que não eram soldados de carreira, voltar à metrópole depois de quatro anos de combate e tornarem-se oficiais da escala ativa. Isso trazia grave prejuízo e ofensa aos oficiais mais antigos da hierarquia das Forças Armadas, à medida que os novos oficiais podiam até ultrapassar o grau hierárquico dos seus ex-combatentes no ultramar (SECCO, 2004:108). Mesmo com a insistente preocupação em definir um programa político mínimo, sinal da tomada de consciência política por parte dos capitães que se organizam no movimento, é difícil encontrar um historiador/a que não conceba que, na sua origem, o MFA é mobilizado por questões corporativas. E isso fica claro quando, após a reunião em setembro, os oficiais entram em acordo e enviam para Caetano um abaixo-assinado reclamando a revogação dos decretos.

Mas, para além das lutas corporativas, que certamente se encaixam na sua origem, a questão da guerra e o problema colonial vão inserindo no movimento a decisão de derrubar o regime. Nos meses que se seguem àquele 9 de setembro, o *Movimento dos Capitães* vai trabalhando na sua estrutura; composto essencialmente por oficiais do Exército, criam-se comissões coordenadoras e tentam expandir-se aos outros ramos das Forças Armadas. Em fins de 1973, na reunião de Óbidos, escolhem Costa Gomes e António Spínola para chefes do Movimento (Ibidem, p.348).

As divergências entre Spínola e o MFA eram muitas, e cresceriam após o golpe de Abril. Em princípio, era a democratização do país que unia as diferentes posições ideológicas do MFA; apontavam para a construção de um Estado democrático de direito e não de uma ditadura, o que consensualizava, pelo menos aparentemente, com as propostas de Spínola. Após sua escolha e de Costa Gomes, o MFA entregou-lhes o “Programa de Ação Política do Movimento das Forças Armadas”, que fora modificado e entregue novamente por Spínola. Dentre as principais modificações, nos diz SECCO, estão a retirada de expressões como *abolição da censura, projecto político, juventude fascista, controle imediato da emissora nacional e da rádio e televisão portuguesa, ordem democrática* (2004:111). Esclarecendo suas verdadeiras intenções, ao detectar a *inspiração comunista do programa*, Spínola acredita que, ao lado de Costa Gomes, poderá evitar que o movimento seja dominado pelos comunistas.

Numa entrevista ao *Jornal do Brasil* (11.10.1974)²⁵ o major Otelo Saraiva de Carvalho declarou que,

o general (Spínola) travava o movimento, tornava mais difícil o funcionamento da revolução. Era preciso afastá-lo. Mas é justo dizer que não era o general que descumpria o programa do MFA. Acontece que antes do 25 de Abril, os oficiais do movimento acertaram o programa com o general porque precisavam dele. Então foram feitas muitas concessões, o programa não saiu como queríamos.

Entretanto, a adesão de Spínola era fundamental para conseguir o apoio dos militares indecisos e neutralizar os que queriam manter o regime. Assim que, a 20 de Abril a Comissão Política do Movimento têm em mãos uma última versão do programa, após a introdução das sugestões de Spínola. Junto, o MFA tinha em suas mãos outros dois textos, a *Proclamação do Movimento ao País* e o *Protocolo Secreto*, o que indicava que, em termos programáticos, estava pronto o golpe.

25 Citado por SECCO (2004, p.111-112).

CAPÍTULO 2.

A libertação dos/as trabalhadores/as é obra dos/as próprios/as trabalhadores/as: o jornal COMBATE e o desenvolvimento da Revolução dos Cravos, 25 de Abril de 1974.

“Quem faz meia revolução cava a própria cova”
Saint-Just.

Perceberemos neste capítulo que o caminho que a classe trabalhadora elegeu para a sua luta é completamente distinto do campo em que a revolução portuguesa se desenvolveu, quero dizer, perceberemos como se travaram as lutas dos/as trabalhadores/as antes e logo a seguir o 25 de Abril num campo distinto daquele que os condutores dos aparelhos de Estado – PCP e MFA – desenvolviam.

2.1. O contexto das esquerdas portuguesas

Com a Guerra Civil em Espanha (1936 – 1939) a funcionar como catalisador, a consciência antifascista ampliava-se, ganhava novos setores reforçava-se, traduzia-se em múltiplas ações e empreendimentos; isso justifica as centenas de militantes filiados ao PCP nos anos 30. Por muito tempo, o Partido Comunista Português²⁶ foi a única, ou a principal referência da esquerda portuguesa, melhor dizendo, ocupou o lugar hegemônico na cultura tradicional da oposição à ditadura salazarista. O regime fascista tinha mandado às prisões e aos campos de concentração os/as anarco-sindicalistas e levado ao colapso o movimento libertário, mas o PCP, mesmo vindo de grandes problemas de estruturação na década de 30, vai ganhando influência e se consolida como importante força política com hegemonia ideológica. A sua reorganização entre 1940/1943 já está sob a liderança de Álvaro Cunhal²⁷, momento que o PCP dirige

26 Fundado em 1921, o PCP defendia o programa comunista desde a consolidação da frente popular e do grande bloco democrático de oposição ao fascismo; este partido teve considerável adesão nos anos do Salazarismo, constituindo base de apoio entre intelectuais, estudantes, operários e camponeses.

27 Cunhal ingressa no PCP a convite de Cansado Gonçalves, que havia sido presidente da Associação Acadêmica em 1931. Esteve preso em 1937-1940 e 1949-1960; ocupou o cargo de secretário-geral do

explícita e diretamente importantes movimentos grevistas que se desencadeiam e impulsionam a criação da MUNAF em 1943, que é uma frente clandestina que buscava reunir a oposição antifascista; da sua reorganização, estabelece a formação de um aparelho clandestino profissional, com rigorosas regras de segurança e composto por uma nova geração de jovens quadros intelectuais e operários, saídos da luta, nas palavras de Fernando ROSAS (2003:109), *vão conduzir o PCP naquilo que vai ser a fase heroica da história do partido.*

O PCP já havia passado por sua mais importante cisão²⁸ quando, em 1965, na Ucrânia, Álvaro Cunhal apresenta *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Esse seria um de seus mais importantes documentos, já que aí está explícito um projeto nacional para o país. *Rumo à Vitória* caracteriza Portugal como um país atrasado, dominado por monopólios imperialistas estrangeiros, onde o que estava na ordem do dia era uma revolução democrática que se faria em aliança com os setores da burguesia progressista. A premissa de que Portugal era um país atrasado e que para isso seria necessária uma negociação com a burguesia para propiciar o desenvolvimento vem da linha política saída do III Congresso da Internacional Comunista para os países subdesenvolvidos. O PCP buscará essa aliança a todo tempo, o que não o permitirá perceber as alterações na estrutura econômica do país desde o pós guerra – em que chega a ter crescimentos econômicos anuais de mais de 10% e, nos finais dos anos 60, encontra-se com uma indústria que contribuía com mais de 60% com o valor das exportações e valia cerca da metade do PIB (CORKILL, 2004:221).

Portugal caminhava para uma urbanização acelerada e caótica, o crescimento e concentração de um operariado industrial e a emergência de um setor terciário no país. Ainda assim, a análise do PCP mantém-se inalterada: Portugal é um país atrasado, ponto final. É essa análise que levará o Partido a se colocar a favor da independência das colônias, antes de qualquer outro argumento porque a exploração colonial permitiria aos monopolistas portugueses manter o país atrasado, com uma economia assente nos baixos salários.

Comitê Central do Partido Comunista entre 1961 e 1992.

28 O VI Congresso do PCP é o primeiro em que o partido se reúne depois do conflito sino-soviético e da cisão dirigida por Francisco Martins Rodrigues com a criação, em 1964, do Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP) e da Frente de Acção Popular (FAP). Como afirma Silva Marques, um dissidente comunista que depois aderiu ao PSD, «de todos os pontos nevrálgicos da problemática comunista daquela altura, o da cisão entre a China e a URSS era sem dúvida o mais sensível». Francisco Martins Rodrigues sai do Partido Comunista em Dezembro de 1963. O programa assumia-se, embora de forma inconsistente, como uma alternativa à política frentista levada a cabo pelo PCP; Martins foi uma das principais influencias teóricas para os leninistas em Portugal.

A essa altura, as notícias internacionais adquirem forte impacto na situação da esquerda portuguesa. Os movimentos de libertação colonial na África e a progressiva guerra de guerrilhas nas três colônias portuguesas, Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964); a Guerra do Vietnã e o movimento internacional anti-guerra e anti-EUA; o movimento guevarista na América Latina; o esmagamento da *Primavera de Praga* pelos tanques soviéticos. Porém, a Revolução Cultural Chinesa, dentre os acontecimentos desse ciclo de lutas, adquire uma influência decisiva em muitos grupos que romperam com o PCP ou saíram das organizações estudantis para a formação das células da extrema-esquerda portuguesa. E é no começo da década de 1970 que se verifica a explosão de uma corrente de grupos marxistas-leninistas e maoístas²⁹ que se afirmam à margem do PCP.

Para o Partido de Cunhal, entrava em jogo, além da radicalidade e espontaneidade que vinham se desenvolvendo as lutas dos/as trabalhadores/as portugueses/as, a disputa com a extrema-esquerda: agora tinha de lidar com um quadro expressivo de organizações com discurso mais radical; estava em jogo a concepção ideológica da esquerda portuguesa com as diversas pequenas organizações a pôr em xeque o discurso conciliador e a política de alianças defendida pelo PCP.

Em maio de 1967, um assalto de 30.000 *contos* ao Banco de Portugal na Figueira da Foz antecipou o caminho que uma grande parte da extrema-esquerda ia caminhar, ao preferir a ação armada ao parlamento. Era, em décadas, a primeira experiência significativa de ações violentas desencadeadas à margem do Partido Comunista. A autoria desse fato se remete a LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária, uma pequena organização voltada para a ação armada como caminho para a derrubada da ditadura (2004: 98). Enquanto muitos militantes do PCP estavam a frequentar cursos de preparação militar em Cuba, ou outros cursos e congressos em Moscou, em Portugal a esquerda ia radicalizando-se e ampliando as suas atuações desvinculadas do Partido Comunista.

No final dos anos sessenta, a oposição portuguesa atravessava um processo de

29 João Madeira realiza um mapeamento da extrema-esquerda nesse momento, e dentre as inúmeras iniciativas de organização, cita a LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária (1967); EDE – Esquerda Democrática Estudantil (1968); MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (1970); CMLP – Comitê Marxista-Leninista Português (1968); OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (1972); URML – Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (1970); CCR – Comitês Comunistas Revolucionários (1969), dentre diversas outras. Falaremos mais da extrema-esquerda ao longo do texto. Ver, Madeira, João. *As oposições de esquerda e a extrema esquerda* In. *A transição falhada, o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Coordenação - Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira. Lisboa: Notícias Editorial, 2004, p.93-129.

mudança profunda; a radicalização que se vinha operando desde o início da guerra colonial contribuiu para a configuração de pequenos grupos esquerdistas, que, mesmo diante a sua debilidade organizativa e de uma maior ou menor inconsistência ideológica, revelava combatividade e agressividade. Nas palavras de João MADEIRA, *pela primeira vez, o PCP sentia disputada, à direita e à esquerda, a sua hegemonia no campo da oposição ao regime* (2004: 107).

Em Agosto de 1969, uma reunião do Comitê Central do PCP aprova uma importante resolução de conjuntura, onde reitera o continuismo de Caetano, valorizando as movimentações estudantis e dos/as trabalhadores/as como resposta à demagogia liberalizante e debruça-se em torno da luta antifascista, alertando para tendências nefastas, vindas principalmente da ASP³⁰. Está presente no documento a recorrente possibilidade *de ganhar com sacrifício do movimento democrático uma situação preferencial de representantes únicos da oposição* (ROSAS, 2003:110).

Nesse mesmo documento, nos diz Madeira, no que se refere às eleições, a resolução do PCP é ambígua, deixando em aberto essa possibilidade. O PCP apoiará a CDE – Comissões Democráticas Eleitorais, acreditando na possibilidade de beneficiarem-se das condições razoavelmente democráticas de participação eleitoral concedidas por Caetano. Pela primeira vez se realizaram caravanas eleitorais pelas ruas com a participação dos candidatos (2004:111). Na querela de participar ou não das eleições, abria-se o afastamento de grupos radicais e o alargamento da extrema-esquerda que se posicionou contrária à participação nas urnas. Portanto, o desfecho das eleições, quanto ao resultado e pela repressão, confirmava que não estava aberto o caminho eleitoral para a transformação do regime e, por conseguinte, contribuiu para intensificar a radicalização dos inúmeros grupos esquerdistas.

As novas condições históricas criadas pelo 25 de Abril deveriam articular-se com o projeto da *revolução democrática nacional*, num processo de alianças entre o operário, camponês, pequena e média-burguesia a fim de construir a democracia e o progresso social em Portugal. Por essa via, o PCP se posicionou com hostilidade diante inúmeras greves, ocupações de casas e a todo tipo de movimentação espontânea e radical. Como tema recorrente o PCP procura alertar aos perigos do 'sectarismo da extrema-esquerda' e de sua radicalização perante a nova situação, já que a extrema-

30 Criada em 1964 por Mário Soares, o grande representante da social democracia europeia e seus companheiros mais próximos, a Acção Socialista Portuguesa em breve absorverá em proveito próprio o que restava das redes de influência do republicanismo e da oposição liberal, compondo com originalidade a corrente nacional socialista, agora reconstituída: ela tem mais a ver com a tradição radical republicana de classe média do que com qualquer herança do socialismo (Ver ROSAS, 2003:112).

esquerda colocava em perigo o projeto do PCP, que, nos diz FERREIRA, *desde que saiu da clandestinidade, mobilizou todas as suas estruturas a fim de conquistar as posições básicas no seio do aparelho de Estado, dos sindicatos e autarquias* (1997:201).

O projeto do Partido Comunista organizado no *Rumo ao Futuro* não apresentava aos trabalhadores uma saída diferente do capitalismo; não há o incentivo ao desenvolvimento e a unificação das ações diretas contra o sistema de produção capitalista, e sim declarações atrasadas de apoio à luta reivindicativa, expressão espontânea dos/as trabalhadores/as antes de Abril de 1974. Está presente ainda em todo o documento que o problema eram *os esquerdistas*, os *sectários* da extrema-esquerda. Impressionante, me parece, que o Partido insista em colocar como obstáculo à revolução, de maneira tão incisiva, pequenos grupos radicais sem muitos adeptos³¹.

Assim que, na altura da Revolução de Abril, o Partido Comunista cumpriu seu grande papel no que se refere à condução da Revolução, nas palavras de Francisco Martins RODRIGUES, *o PCP era a única força capaz de enquadrar o movimento de massas e já com provas dadas de “responsabilidade”*³². Cumpriu o seu papel no quadro dos tradicionais partidos de esquerda que integraram os/as trabalhadores/as em organizações burocráticas que lutam pelo poder, e se/e quando o conseguem, tomamos as palavras de Maurício TRAGTENBERG³³, *estatizam os meios de produção, guinando tecnologicamente aos cargos de direção, e a essa estatização chamam 'socialização dos meios de produção'*.

A opção dos comunistas do PCP foi a de preparar o terreno para a negociação entre a burguesia, o Estado e a classe trabalhadora, nas palavras de MARTINS, *o PCP procurava ganhar influência a todos os níveis do aparelho – para persuadir a*

31 Denunciar a extrema-esquerda era uma constante para o PC, mesmo que em vários momentos este Partido foi levado a buscar alianças com esses setores. Mas a radicalização que tanto o PCP temia por parte dos/as trabalhadores/as, tinha ecos também dentro da sua organização (muitos grupos que comporão a esquerda radical saíram das fileiras do PCP), fato que se percebe pela preocupação do Partido em criar também uma organização armada, aparentemente independente mas que seguia a mesma linha do Comitê Central, sendo o *braço armado* do Partido. Nas palavras de João Madeira (2004:96), *no interior do partido havia um sector mais radicalizado, particularmente nos meios operários e estudantis que reclamava menos tacticismo unitário e mais acção combativa*. Quanto a isso, a direção do PCP prepara um grupo de militantes para realizarem treinamento militar em Cuba e à essa organização paralela à sua estrutura, dá-se primeiramente o nome de Forças Armadas de Libertação (FAL); criadas em 1968, chegou a ter relações com a LUAR, antes de seu rápido desmantelamento. Nos anos seguintes, acelera-se o processo de ações armadas e à consolidação da ARA – Acção Revolucionária Armada (1970), que terá na composição de seu Comando Central dois membros do PCP. Ver MADEIRA, João. In. *A transição falhada* (2004).

32 RODRIGUES, Francisco Martins. *Abril Traído*. Edições Dinossauro, Lisboa, 1999.

33 TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986, p.7.

burguesia liberal à colaboração, dissuadir a burguesia reaccionária de tentações golpistas e impedir os trabalhadores de se lançarem em “aventura” (1999:22).

Foi o grande medo da força da classe trabalhadora que estava a se organizar autonomamente – e muitas com o apoio das numerosas organizações de extrema-esquerda – que o Partido Comunista Português ocupou-se enormemente em buscar aliança com os socialistas, primeiramente pela ASP de Mário Soares (eleições de 1973) e depois com o partido que dessa organização nasceu, o Partido Socialista Português, fundado a 13 de dezembro de 1974 em Münstereifel, na Alemanha Ocidental. Mário Soares, o grande líder do PS, nas palavras de MAILER, *era o menino bonito da social-democracia internacional. O seu partido recebia apoio de todos os grandes partidos da Segunda Internacional, especialmente do Partido Social-Democrata Alemão, Partido Trabalhista Britânico e o Partido Socialista Francês* (1978:99).

Sempre buscando o apoio da Igreja, o Partido Socialista defendia a solução social-democrata que no contexto da revolução aparece como a saída de menor custo social e político, *permitindo manter um discurso de esquerda e uma prática conservadora, encoberta por uma linguagem anticapitalista, antiautoritária* (TRAGTENBERG, 1991:29). As diferenças entre as posições do PCP e do PS é que o primeiro via o futuro em termos do capitalismo de Estado, enquanto o segundo posicionava-se a favor de uma *economia mista*, apelando para uma “democracia pluralista” o que lhe dava grande popularidade entre os capitalistas internacionais.

O PPD (Partido Popular Democrático), estruturado pouco tempo depois do golpe de Abril, também recorreu aos princípios sociais democratas, porém, era fraco, encontrando-se os seus simpatizantes entre a classe média e, com o apoio da grande e média burguesia industrial financeira, conseguiu congregiar em torno de si a defesa dos interesses capitalistas mais modernos tendo em contrapartida muita dificuldade em desenvolver-se no seio das massas trabalhadoras (FERREIRA, 1997:214).

O PPD, o PSP e o PCP foram os três mais importantes partidos que na altura da revolução coligaram-se com o objetivo de disputar a condução do processo. Nos primeiros meses que se seguiram à revolução, a burguesia e a classe média não tinham outra forma de expressar-se senão através desses partidos. O PPD e o PCP eram os parceiros mais homogêneos; acreditavam na construção do capitalismo de Estado e iriam trabalhar para isso. Mesmo com as polémicas acesas no interior da coligação, nenhum dos partidos tinha segurança em abandoná-la; manteve-se, no entanto, forte. Porém, a principal aliança que o partido comunista defenderá é a aliança Povo+MFA: o

Povo nessa aliança significava a hegemonia que o PCP tentava a todo custo manter no que se refere ao controle das organizações operárias, e o MFA, a condução da revolução para formas de capitalismo de Estado.

2.2. Movimento Popular antes do 25 de Abril: a autonomia no horizonte

Desde há muito os/as trabalhadores/as portugueses/as utilizavam os meios que estavam a seu alcance para mostrarem-se contrários/as à exploração dos patrões. Além das greves, outras formas de luta eram experimentadas, porém, o regime fascista respondia às manifestações de desacordo dos trabalhadores com repressão e vigilância exercidos pela polícia política. Ainda assim, o agravamento das contradições do sistema capitalista, as condições de miserabilidade que se encontrava a classe trabalhadora, não lhe deixavam outra escolha. De 1968 a 1974 as movimentações operárias em Portugal atingem um novo fôlego, mas é nas empresas, como nos diz José PIRES (s/d:31), que as reivindicações encontram mais apoio dos trabalhadores e que mais êxitos são por eles conseguidos.

Muitas das empresas que após o 25 de Abril atingirão radicalidade nos processos de luta iniciaram sua jornada reivindicativa entre 1968 e 1972, como é o caso da LISNAVE, CARRIS, TAP, entre outras. Porém, foi a partir do último trimestre de 1973 que as lutas dos trabalhadores alcançaram maior número e uma capacidade de movimentação que, devido ao silêncio que os meios de informação eram obrigados a manter no que se refere as ações dos trabalhadores, não foi apercebida por grande parte da população. Apesar do regime repressivo dentro das fábricas, a classe trabalhadora se pôs em confronto com o capital na luta por melhores salários.

Diante o aumento do custo de vida resultante da crise geral do sistema capitalista e como resposta aos despedimentos coletivos, os trabalhadores insistiram nas paralisações do trabalho e, como nos demonstra PIRES (s/d: 43), por vezes, as paralisações foram seguidas de ocupação das instalações das empresas por longo tempo, como foi o caso da fábrica Abelheira³⁴. Consideraremos que a movimentação que irrompe em Portugal a partir do final de 1973 é um passo fundamental para a criação de

³⁴ É interessante o exemplo desta fábrica cujos patrões (Champalimaud) declararam falência e encerraram a fábrica, com o intuito de que esta passasse a preparar os produtos que interessavam a outras fábricas pertencentes aos mesmos proprietários. Mas a persistência dos trabalhadores levou-os à vitória sobre essa manobra dos patrões. Ver PIRES, José. *O Povo em Acção: greves e o 25 de Abril*. Edições Base, Lisboa, 1979. A Abelheira foi ocupada e teve o apoio de trabalhadores de outras 30 ou 40 empresas têxteis, sendo preciso a atuação da GNR para desalojar os/as grevistas.

um expressivo movimento autônomo que se desenvolverá pelo país logo a seguir ao 25 de Abril.

No começo da década de 1970 a configuração da classe operária portuguesa demonstra que os setores da construção civil, têxtil e metalúrgicos constituem mais de 50% do operariado. Enquanto que o número de operários/as têxteis aumentou devido ao desenvolvimento da indústria de confecções, frequentemente dominada pelo capital estrangeiro e recorrendo, sobretudo a um extenso operariado feminino, com baixa qualificação, o setor metalúrgico verificou um crescimento de trabalhadores qualificados, de que a indústria necessitava cada vez mais (COSTA, 1979:219). Estes dois setores mais adiante irão influenciar muitas das várias lutas deste período³⁵.

No período de 1950 e 1970, o processo de concentração operária nos moldes do capitalismo português permitia a continuação de um vasto número de pequenas e médias empresas, principalmente devido aos baixos salários e à super-exploração do trabalho. No entanto, o desenvolvimento do capital industrial e dos monopólios fomentou uma significativa concentração operária fabril, coexistindo com a população operária de pequenas e médias oficinas. Tanto é que, nos apresenta esses dados Ramiro da COSTA, em 1969, 98,5% das empresas absorviam 52% do emprego, enquanto apenas 1,5% das unidades que empregavam mais de 100 pessoas detinham os restantes 48% (1979:223). Verifica-se neste momento uma mudança na configuração do mundo do trabalho a partir do declínio da importância de certo número de profissões tradicionais, como curtidores, peleiros, sapateiros, entre outros, e o crescimento de profissionais de setores modernos, operários da produção de metais, eletrotécnicos, etc; a concentração fabril acompanha a concentração mais geral dos assalariados. As indústrias modernas ao mesmo tempo em que desqualificam o trabalho com as cadeias de montagem criam a demanda do trabalho qualificado com a introdução de novos processos técnicos, o que favorece a constituição de uma série de administradores técnicos.

De 1964 a 1970 os salários médios dos trabalhadores irão conferir uma pequena melhora, de 45.80 escudos em 64 para 70.20 escudos em 1970. Porém, a situação de crise aguda que o regime vivia com o crescente aumento do custo de vida, reduzia as melhorias nos salários a um aumento de apenas 6,3% dos salários reais. Por outro lado, a evolução da produtividade capitalista seguia pulsante, segundo COSTA, esta registrou

³⁵ Também os setores da construção civil ocupando o primeiro lugar no número de profissionais (pedreiro, estucador e afins 223.885 trabalhadores, *ibidem*) participarão do amplo movimento social do pós-25 de Abril.

no mesmo período um aumento bastante superior, da ordem dos 88,6%, o que necessariamente não deixou de se traduzir num aumento da exploração da classe operária (1979:225). Esse aumento da produtividade esteve baseado na existência de uma elevada jornada de trabalho, que em média chegava a 46 ou 47 horas semanais mais os valores das horas extras, o que na prática traduzia-se num efetivo aumento da exploração.

As lutas sociais no interior do regime fascista eram bastante limitadas; o direito à greve foi negado logo no início do governo de Salazar e as greves que aconteciam eram sempre respondidas com muita repressão nas ações policiais. Mas, apesar dos limites que o regime punha aos explorados, nos anos que antecederam ao golpe de Abril a solidariedade entre os trabalhadores possibilitou que várias lutas fossem travadas. O tema da luta não poderia ser outro que não a melhora imediata nas suas condições de vida, assim que, as reivindicações operárias iniciadas em 1967, provocadas em grande parte pelo aumento da inflação³⁶, mantiveram-se quase sempre no terreno das reivindicações econômicas.

As greves e paralisações parece terem vindo a aumentar até 1970, daí apresentarem uma diminuição entre 1971 e 1973 devido a prática policial do Estado, o autoritarismo fascista e a repressão das classes trabalhadoras. Contudo, a partir do último trimestre de 1973 as lutas operárias alcançaram um volume e uma capacidade de movimentação que, nas palavras de SANTOS, LIMA E FERREIRA,

o 25 de Abril, pela revelação/descompressão dos conflitos de trabalho que operou, obscureceu, de certo modo, uma luta que, aproximadamente em outubro de 1973, se vinha a definir acentuadamente numa importante etapa para a criação de uma expressão política autônoma das classes trabalhadoras (1976:21).

As greves continuavam. Os trabalhadores “adoeciam” todos no mesmo dia. As principais reivindicações estavam centradas em questões salariais, melhores condições de trabalho, abolição das horas-extras, etc. Nas palavras de SARDÁ,

os trabalhadores desenvolveram, durante as décadas de 60 e 70, processos de organização e lutas a partir das suas reivindicações

³⁶ A inflação intensifica-se a partir de 1970 e relaciona-se com a exportação dos efeitos da crise do sistema imperialista para os países dependentes provocando a subida dos preços dos serviços, matérias-primas e produtos comprados ao exterior; expansão das remessas de emigrantes, despesas militares, crise da agricultura com a importação de produtos agrícolas mais caros (SANTOS, LIMA E FERREIRA, 1976:10).

econômicas, mas que se transformavam em problemas políticos ao afrontarem o enquadramento corporativo e a política salarial do regime. As formas de pressão realizadas resultavam, em alguns casos, na deflagração de greves, a despeito ou mesmo contra a estrutura sindical corporativa implantada na década de 30 (2004:229).

Ao lado de inúmeros movimentos reivindicativos levados a diante no âmbito das empresas, destacaram-se as greves da Carris (1968), Lisnave (1969), Grundig (1972) e da TAP (1973), dentre muitas outras. Neste primeiro exemplo, perante a insatisfação dos trabalhadores do transporte que exigiam uma semana de 40 horas e o 13º salário, cerca de 7.000 cobradores ao invés de paralisarem o trabalho deixam de fazer a cobrança de bilhetes, durante três dias. Essa ação teve uma enorme popularidade e se alia a outras novas formas de luta que começam a se esboçar nesse período.

A ampliação da classe operária urbana de 768.000 para 1.020.000 trabalhadores produtivos entre 1950 e 1970 proporciona mais um elemento para a eclosão de um conjunto de lutas que nunca havia ocorrido em Portugal. SANTOS, LIMA e FERREIRA entendem que,

o extraordinário surto de conflitos – greves operárias, reivindicações de salários mínimos, formas de resistência, comportamentos de baixa produção, desorganização oculta do processo de trabalho, conflitos ligados à habitação (ocupações), à saúde, aos transportes, as lutas nos campos (greve de seis mil operários agrícolas de Alpiarça, Almeirim e Benfica do Ribatejo), nas pescas (Peniche, Matosinhos), resistência nos quartéis – desagrega o bloco social que sustentara o fascismo e abrevia o seu derrube (1974:20-21).

Outro fator que é importante analisar neste momento se refere a espontaneidade em que ocorreram estes conflitos. Para Ramiro da COSTA, grande parte destas lutas não tem um centro dirigente. Ao contrário do que sucedera em períodos anteriores, o PCP está, pelo menos parcialmente, ausente da sua direção. Lutas operárias tão importantes como as da Lisnave (1969), da TAP (1973), a greve de Matosinhos, entre outras, não sofrem a influência do PCP e são em grande parte dirigidas por operários de vanguarda não organizados ou tendo deixado de estar organizados, fundamentalmente por corte com o revisionismo (COSTA, 1979:231). O partido comunista, com influência reduzida no meio operário, não estava em condições de dirigir esse movimento fortemente espontâneo. Nos documentos do PCP relativos a esse período³⁷, o movimento

³⁷ Comunicados da Comissão Executiva do Comitê Central do PCP, de 31 de outubro de 1973 e de 10 de novembro desse mesmo ano. Ver COSTA, Ramiro. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*. Segundo Volume, 1930-1975. Cadernos Peninsulares, Ensaio Especial. Lisboa: Assírio e

reivindicativo está ausente e o partido aponta como caminho principal da luta a continuidade da propaganda democrática e a referência aos trabalhadores só aparece no sentido de incluir as massas na sua grande campanha política. Nos dois comunicados do Comitê Central lançados em fins de 1973, o partido não lança nenhuma referência ao movimento social reivindicativo que pulsa nas fábricas portuguesas e que desemboca nas grandes mobilizações de 1974 e 1975. Não diz nada a respeito das melhorias das condições de trabalho e nem se refere a luta pelos aumentos salariais. Somente num comunicado de 31 de janeiro de 74 é que aparece a compreensão da importância dos processos de luta em desenvolvimento. Tal atraso na percepção da realidade social operária demonstra a distância que o partido estava dos acontecimentos em curso guiados pela movimentação dos trabalhadores, que não esperaram de braços cruzados a sua libertação, movimentando-se nas brechas do passivismo, da resignação e da repressão do regime fascista.

No campo sindical, era frequente a pressão das lutas ante a proibição da formação de sindicatos independentes e da unicidade sindical. É certo que a organização sindical que existia em Portugal neste momento não passava de estruturas que corporificavam o aparelho do Estado e, além de corporativas, suas estruturas eram extremamente divididas por sindicatos regionais, distritais, e, em menor número, sindicatos nacionais. Essa divisão dos sindicatos fazia parte da política fascista que fazia de tudo para propiciar a sua intromissão e fiscalização destes organismos. O Partido Comunista nesta altura desempenhava um papel significativo nos sindicatos, mas não exclusivo. Algumas direções tomaram posições marcadamente antifascistas e nalgumas delas, como ocorreu com o sindicato dos metalúrgicos, dos lanifícios e dos químicos, demonstraram seu apoio às lutas desenvolvendo também lutas próprias centradas nas negociações de contratos colectivos (COSTA, 1979:232).

É importante mencionar que, no período que antecede a revolução, houve importantes agitações sindicais, como o papel que desempenhou os sindicatos de serviços, os bancários, os caixeiros e os de seguros, onde se verificaram lutas com expressão política em manifestações contra a repressão e prisões de seus dirigentes, dentre outras ações. Mas, sobretudo, é na formação da Intersindical³⁸ que essas

Alvim, 1979.

38 A Intersindical nasce em Outubro de 1970 quando os sindicatos dos metalúrgicos, dos Caixeiros de Lisboa, dos Lanifícios e dos bancários convocam uma reunião com a presença de 13 sindicatos e começam a desenhar uma estrutura de coordenação das lutas sindicais. A partir da Intersindical se começa a lançar a luta pelo salário mínimo aliada a luta pela liberdade sindical e pela liberdade de expressão e reunião. A ação da Intersindical se mantém até Abril de 1974, altura em que se

agitações adquiriram um papel importante.

A mobilização das classes populares na luta contra a exploração, a dependência, a marginalização e o colonialismo acelera as contradições e a crise da ditadura e em 25 de Abril de 1974, o regime fascista foi desarticulado através do golpe protagonizado pelo Movimento das Forças Armadas.

2.3. O 25 de Abril: como se processou o “golpe”.

“O 25 de Abril mudou completamente o rumo da minha vida. Nunca mais voltei a ser o mesmo indivíduo. A aprendizagem política provocou uma revolução dentro de mim”.

Rogério Dias de Souza- pintor da construção civil³⁹

Após 48 anos de fascismo, a manhã de 25 de Abril de 1974 permitiu virar esta página da história portuguesa. Num primeiro momento, a revolução é a alegria e a simpatia em geral. Eram belos os cravos que enfeitavam os fuzis dos capitães sublevados. Toda a gente se torna democrata, o povo sai à rua confraternizando a derrocada de quase meio século de fascismo. Encabeçado pelo Movimento das Forças Armadas, o golpe de Abril derrubou o regime anterior sem grandes resistências, como afirma MAXWELL, *é preciso oponentes para fazer uma revolução sangrenta, mas em 25 de Abril de 1974 a vontade de resistir a um golpe não existia* (2006: 90). O regime português teve de ceder frente ao desgaste causado pelas lutas coloniais, pela decadência econômica e pela insatisfação da população como um todo.

O fim da ditadura portuguesa foi resultado de um golpe de oficiais das forças armadas que se recusavam a continuar a guerra. De imediato, e contra o apelo dos militares que dirigiram o golpe, começa um processo revolucionário. Mais do que temer os partidos da esquerda ou da extrema-esquerda, a burguesia apavorou-se diante à ofensiva dos trabalhadores e de pronto teve de apoiar as reivindicações populares e defender o que estava feito. Nas palavras de MAILER, *todos os jornais, por exemplo, diziam concordar com as reivindicações económicas da classe operária. Todos 'apoiaram' o 1º de Maio (...) o que acontecera depois do golpe fora, sem dúvida, uma revolução política* (1978:69). Por todo o país o movimento popular atingiu as mais

transformará na central única dos trabalhadores, agora com muito mais influência do PCP do que no movimento que lhe deu origem (COSTA, 1978:233-234).

39 In. *O Futuro era Agora! O movimento popular do 25 de Abril*. Edições Dinossauro (1994).

diversas áreas da vida social: a administração local, a habitação urbana, a gestão das empresas, a educação, a cultura e os novos modos de vida, a reforma agrária, as relações de dominação e subordinação nos campos, etc (1990:28).

Contudo, após o golpe de Abril não se operaram transformações profundas nas formas organizativas do Estado e a ideologia autoritária da administração pública manteve-se intacta, apesar de paralisada. Por virtude do próprio processo histórico da sua emergência – nascido de uma revolta no seio de um dos aparelhos do Estado – o MFA não se organizou, nem podia ter organizado, contra a dominação política capitalista. *Organizou-se contra a forma fascista da dominação política capitalista* (SANTOS, 1990:34). Está fora de dúvida que o objectivo do MFA ao desencadear o golpe militar era o de promover imediatamente a existência de um poder político concentrado, que tivesse autoridade e instrumentos para efetuar o trânsito até ao período constitucional com a máxima segurança ou, para empregar a expressão do próprio Programa do MFA, *a substituição do sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a sua – da Nação – paz, progresso e bem-estar* (MATTOSO, s/d:108).

Todavia, as grandes ondas de agitação social que em Portugal estavam a colocar em xeque a organização social herdada do fascismo fizeram com que à tomada de poder realizada pelo MFA sucedesse uma revolução popular onde o movimento social alcançou uma importância inversamente proporcional àquela que tivera na materialização do golpe. É aí que abrimos as cortinas para verificarmos, além das instituições da esquerda formal (PCP) e/ou da extrema-esquerda, a atuação autónoma dos/as trabalhadores/as portugueses/as. E foi tão somente a presença de um vigoroso movimento autónomo a se desenvolver na cidade, nos campos e nas fábricas e que tomou para si a organização das suas lutas, que propiciou o terreno em que pode se desenvolver o jornal COMBATE, entre 1974 e 1978.

2.4. O COMBATE nasce das criações autónomas da classe trabalhadora.

Em 21 de junho de 1974 é lançado em Portugal o primeiro número do jornal COMBATE, junto com seu Manifesto inaugural. A iniciativa de criação do periódico corresponde a Rita Delgado e João Bernardo, que, voltando do exílio em Paris, juntam-se a João Crisóstomo para concretizar a ideia do jornal. Dos seus três fundadores, os dois primeiros vinham de um grupo de esquerda radical, os Comitês Comunistas

Revolucionários (CCR), uma organização formada a partir da expulsão de João Bernardo⁴⁰ do Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP) em 1969. Os CCR foram articulados por João Bernardo em Paris num momento que, em Portugal, se começavam a multiplicar organizações da esquerda radical; esta organização vai se afastando da matriz marxista-leninista ortodoxa e caminhando para um modelo descentralizado, federativo e que prevalecia a coordenação em detrimento do centralismo democrático, característico das organizações leninistas-maoístas. Atuante na região de Lisboa quer em algumas empresas e associações operárias, quer no movimento estudantil, dos três primeiros articuladores do jornal COMBATE, João Bernardo, Rita Delgado e João Crisóstomo, apenas esse último, por situar-se na mesma área política e só por razões de segurança⁴¹, não fora integrado no aparelho clandestino dos CCR. O COMBATE, sendo uma experiência gerada no movimento clandestino antifascista foi indissociável do movimento anticapitalista português de 1974 a 1978.

A derrota da Revolução Cultural chinesa e a aproximação entre os governos da China e dos Estados Unidos haviam propagado acesas polémicas no interior dos CCR e à formação de uma tendência que passara rapidamente da crítica ao maoísmo à crítica ao próprio leninismo e que começara a defender uma orientação de carácter marxista libertário. Em *Para uma Teoria do Modo de Produção Capitalista*, que, segundo João PINTO (2006), foi o maior documento do movimento autogestionário português representado nas práticas do coletivo reunido em torno do jornal COMBATE. João BERNARDO (1975:07) aponta o seu rompimento com a tradição marxista-leninista ortodoxa, nas suas palavras,

Três factores me levaram a abandonar o *natural* político em que sempre havia vivido e a perguntar se seria tão 'natural' como se diz. A derrota da *revolução cultural* de que me apercebi tardiamente em fins

40 João Bernardo nasceu em 1946 na cidade do Porto. Aos 19 anos participou de organizações comunistas clandestinas onde manifestou oposição radical à ditadura civil de Salazar. Esteve sob influência do programa de Francisco Martins Rodrigues, mas não participava da organização do CMLP; manteve-se vinculado ao PCP (até 1966, quando o abandona) e diante da heterodoxia do programa de Martins Rodrigues, organizou no período de 1967 a 1969 um programa teórico político em defesa de um “maoísmo libertário” que teve como corolário institucional a organização dos CCR, práticas que o levaram ao rompimento político definitivo com o PCP e ao rompimento ideológico com o CMLP. Ver PINTO, João Alberto da Costa. In. *As origens políticas do marxismo de João Bernardo (Portugal/França: 1965-1974)*. http://www.espacoacademico.com.br/063/63esp_pinto.htm#_ftn2 Acessado em 05 de outubro de 2009.

41 Na entrevista que realizei com João Bernardo (06/01/10), ele explica que João Crisóstomo, falecido na década de 1980, era uma pessoa muito conhecida, totalmente detectada pela polícia política, então era um grande risco para o CCR mantê-lo como quadro da organização, mas era alguém que estava inteiramente na área política e que tinha relações pessoais com o João Bernardo e com outras pessoas desse grupo, mas não com a estrutura orgânica.

de 1971, foi cronologicamente o primeiro deles (...) os dois outros factores, à luz da experiência dominante da *revolução cultural*, foram toda a minha actividade em organizações leninistas e a contradição que verifiquei entre a prática aí possível e a prática revolucionária que era o meu fito, e o estudo a nova luz de experiências históricas cuja versão oficial tinha há muito arquivada como certa, ou única. E que não o era.

Dessa maneira, situamos o COMBATE no campo de um marxismo libertário que, diante a sacralização dos princípios leninistas e maoístas presente nas abundantes organizações da esquerda e da extrema-esquerda, se configura enquanto um documento fundamental para a compreensão das práticas autônomas da classe trabalhadora portuguesa.

A respeito do grupo inicial, João Bernardo diz que ele, Rita e Crisóstomo se complementavam: *nós três fizemos muito rapidamente o jornal, sem dinheiro, sem apoio, sem fundos, mas só porque os trabalhadores tinham o poder*⁴². Depois foram aparecendo outros colaboradores e houve alguns estrangeiros. Em contato com Phil Mailer⁴³, um irlandês que colaborou com o COMBATE assim me relatou sobre o coletivo,

Claro que a nível individual todos nós tínhamos relações com alguns membros dos partidos leninistas, o PCP, a UDP e o PRP em particular. E outros grupos revolucionários. Mas em geral, o que nos unia era uma crítica das ideias marxistas-leninistas, principalmente a ideia que de que a classe operária sozinha só poderia chegar a uma consciência sindical, e não revolucionária, e que os trabalhadores precisavam ser liderados por um grupo de intelectuais comunistas, a chamada vanguarda da revolução. Nós rejeitamos estas ideias elitistas. Nós acreditamos que só os trabalhadores poderiam libertar os próprios trabalhadores. Claro havia diferenças de classe, mas sempre nos aproximamos dos trabalhadores com respeito. Fizemos perguntas e não sugestões, embora as vezes fazendo perguntas certas é também fazer sugestões. (Mailer, entrevista por email)

Além de Mailer, outros colaboradores estrangeiros, Maria Luíza, brasileira, e o Gerry Vignola, australiano, passaram a residir em Lisboa e colaboraram no COMBATE de maneira regular. No jornal, as tarefas eram distribuídas com igualdade e não existiam cargos diretivos. A indicação de um nome de diretor, que aparecia no cabeçalho do jornal era fictícia, existia apenas por cumprimento de um requisito da lei de imprensa. Todos/as os/as presentes podiam dar a sua opinião e quando se tratava de votar, todos/as

42 Ainda me refiro a entrevista com João Bernardo no dia 06 de janeiro.

43 Retirei essa formulação de uma entrevista realizada por e-mail a Phil Mailer, em janeiro de 2010.

podiam fazê-lo com a condição de se encarregar da tarefa proposta. A norma era a de que só tinha direito de voto quem colaborava na prática. Essa opção foi aceita pelo coletivo e proposta por João Crisóstomo que, segundo João Bernardo, permitia distinguir quem estava realmente disposto a contribuir nesse processo. Os editoriais eram debatidos por todos/as os/as participantes e, uma vez decidido o tema, definiam-se as linhas orientadoras da análise e escolhia-se quem se encarregava da redação. Procurava-se geralmente chegar ao consenso, em vez de se tomarem decisões por maioria.

Até à edição de nº 47, enquanto o COMBATE manteve o formato de jornal, das suas oito páginas (com exceção de três números especiais, mais volumosos), sete páginas eram reservadas às lutas nas empresas, nos campos, nos quartéis ou nos bairros, e só uma era dedicada à análise da situação elaborada pelos/as colaboradores/as sob a forma de editorial. Os relatos das lutas eram sempre feitos diretamente pelos/as participantes. Equipes de colaboradores/as deslocavam-se por todo o país, iam aos locais de greve, gravavam entrevistas com membros das comissões de trabalhadores ou das comissões de moradores, muitas vezes entrevistavam também trabalhadores de base, e as declarações eram transcritas e publicadas na íntegra. Continua MAILER,

o Combate para mim tinha uma honestidade porque publicou todas as palavras das entrevistas e não só as partes que nos interessava. Outros jornais revolucionários (Luta Popular, Fronteira, Revolução etc.) só publicavam as partes que correspondiam as suas ideologias (Mailer, entrevista por e-mail).

Dessa maneira, o jornal tanto estabelecia diálogo direto com os/as trabalhadores/as (através das entrevistas, mesas-redondas com operários/as de empresas diferentes, dossiês que historicizavam alguns processos em curso, textos escritos pelos/as trabalhadores/as, assim como seus manifestos, jornais, comunicados de greve, etc.) como possibilitava que trabalhadores/as, tanto na cidade como no campo, dialogassem entre si, sempre na perspectiva de comparar processos diferentes que pudessem servir de aprendizagem e também ajudar a ampliar os contatos e as relações entre distintas organizações de trabalhadores/as implicadas nas lutas. O COMBATE não tinha como objetivo disputar *quadros* operários para o seu coletivo, embora tivesse sido frequente a participação de operários nas reuniões e também na colaboração com o jornal, em geral os/as trabalhadores/as iam às reuniões depois de terem feito uma entrevista, ou para participar de discussões ou mesas-redondas com outros

trabalhadores, sem, portanto, constituir frequência organizativa. O seu propósito se pautava no fomento da imprensa dos trabalhadores (da produção de textos sobre as suas lutas, suas vitórias e derrotas), pois

têm uma importância muito grande os jornais de fábrica ou de sector que começam a aparecer. Esses jornais são o eixo da imprensa trabalhadora, pelos trabalhadores fundada, escrita e difundida. São um dos principais meios de organização autónoma dos operários e restantes trabalhadores. É o aparecimento desses jornais de fábrica que mostra que, dentro da fase actual de organização e consolidação, a luta continua em ascensão (COMBATE nº3: p.4 – 12/07/74).

Proliferou então a imprensa operária, desde simples folhetos até jornais periódicos, e houve também boletins editados por comissões de moradores e de trabalhadores do campo. Do primeiro ao último número do COMBATE foram publicados textos, boletins informativos, trechos de jornais produzidos pelos trabalhadores, dentre outros meios de informação que se faziam necessários para o avançar das lutas. Como está descrito no quinzenal dos trabalhadores da Timex, *A Nossa Voz*, “*O porquê do jornal*”,

Era já ideia 'velha' de alguns trabalhadores a publicação de um jornal da TMX, mas, porque não davam bases nem auxílio para a sua construção, era retardada de ano após ano, pois tal órgão informativo podia ser uma arma contra a formação de 'carne para canhão' que alimentara as fornalhas da produção capitalista. Nada havia para os trabalhadores se informarem dos seus direitos e divulgarem os seus anseios, pois as poucas leis que os beneficiavam, eram viciadas ou escondidas para melhor servir a exploração que oprimia os operários, tirando todas as formas de luta e liberdade (COMBATE nº 3: p. 3 e 6).

Outro exemplo muito importante é o jornal da greve dos trabalhadores da EFACEC-INEL (Lisboa) que, desde que entraram em greve no dia 08 de julho de 1974, até muito tempo depois de a greve ter sido suspensa, publicaram diariamente o seu boletim informativo. No contexto de grandes dificuldades financeiras, a organização de um informativo diário demonstra uma grande força combativa e capacidade de organização autónoma. No boletim nº 1 dos operários da LISNAVE⁴⁴, empresa de construção naval, publicado no quarto número do COMBATE, os/as trabalhadores/as argumentam para que servia o seu jornal:

⁴⁴ As comissões de trabalhadores da Lisnave e da Setenave, que na época se contavam entre os maiores estaleiros navais do mundo, puseram também as suas oficinas gráficas ao serviço dos trabalhadores de outras empresas.

Para fazer propaganda das ideias revolucionárias do socialismo e do comunismo, ideias que têm as suas raízes na classe operária, que são de todos os operários, mas que muitos destes ainda desconhecem (...). Como podemos lutar contra o sistema capitalista que nos oprime e explora? Sabendo como é esse sistema e como ele funciona. Por isso, na medida das nossas forças, explicaremos com clareza o que é o sistema capitalista e como lutar contra ele. O jornal servirá também para orientar as nossas lutas concretas, as lutas reivindicativas e as lutas políticas (...) terá ainda um papel de esclarecimento dos camaradas menos conscientes e convocará operários através de panfletos e tarjetas, para reuniões e outras formas de luta. Por outro lado, divulgaremos lutas de outros trabalhadores, e particularmente dos trabalhadores da construção naval. Mas não nos limitaremos a divulgá-las. Delas tiraremos úteis ensinamentos, evitando repetir os seus erros e aprendendo com o que elas tiveram de concreto. **O jornal será, pois um elemento de ligação e solidariedade operária** (COMBATE nº4: p.6 – 19/07/1974).

Ao priorizar os órgãos de informação que a classe trabalhadora organizava para acompanhar e divulgar a sua luta, o COMBATE teve base suficiente de legitimação da sua perspectiva política autônoma, quero dizer, após a leitura dos jornais percebe-se que muitas das análises defendidas pelo coletivo têm origem ou confirmação nas conversas com os/as trabalhadores/as, porém, de maneira mais elaborada na forma editorial. Por isso entendemos que o jornal COMBATE esteve presente na revolução de maneira orgânica, a sua análise se faz em diálogo com a própria percepção dos/as operários/as a respeito dos seus processos de luta. Quer dizer, o COMBATE não se colocava diante a classe trabalhadora como a vanguarda que iluminará ideologicamente os trabalhadores e os conduzirá na sua luta. A esse respeito diz o COMBATE no seu último editorial: (...) *pensamos que o proletariado é capaz, não só de lutar, mas também de compreender a sua luta e de produzir a ideologia necessária a essa luta* (nº51, fevereiro de 1978).

O objetivo principal do COMBATE era o de divulgar e unificar as lutas dos trabalhadores e as suas formas organizativas, tanto na indústria e no comércio como nos campos do norte e do sul do país, sem esquecer o movimento nos bairros e os processos de resistência que se desenrolavam em outros países, especialmente os movimentos de libertação das colônias portuguesas em África. Além disso, o jornal dava todo o relevo possível às lutas contra a disciplina militar, o que era significativamente importante num contexto em que as forças armadas se encarregavam diretamente do governo e gozavam o enorme prestígio de haverem derrubado o fascismo.

A periodicidade do COMBATE era quinzenal. No entanto, o atraso na

publicação de algumas edições era explicado pelo coletivo na edição seguinte. Esses casos ocorreram nos momentos de greves nas gráficas ou ainda pela falta de condições financeiras que atrasaram alguns de seus números. O diálogo com os/as leitores/as era também um chamado à colaboração, tanto com textos e entrevistas, como ainda nas campanhas de divulgação e assinatura do jornal. Isso demonstra que os princípios defendidos pelo *coletivo Combate* eram colocados em prática na medida em que não teria conseguido subsistir sem o apoio dos operários das tipografias onde era impresso e dos/as operários/as que ajudavam na participação, distribuição e na venda do jornal.

Pelo pouco espaço do jornal, e diante a demanda de uma literatura política a respeito da auto-emancipação da classe trabalhadora, o coletivo buscou editar brochuras referentes a lutas em outros países e textos de autores libertários, como Pannekoek, Henry Simon, etc. Com isso surge a editora e livraria *CONTRA-A-CORRENTE*, primeiramente no Porto e, em fins de 1975, em Lisboa, no Bairro Alto, região central da cidade. Sobre a relação do jornal com a editora, dizia um membro do COMBATE ao jornal BATALHA:

isso parece mais ou menos como duas pernas, digamos: uma perna era o COMBATE, para andar para a frente; e, a outra perna, que era a CONTRA-A-CORRENTE, - aliás os nomes foram escolhidos com este sentido. COMBATE numa altura mais de avanço, e CONTRA A CORRENTE, pensando num sentido mais de refluxo, de debate (citado por BRUNO, 1983: XII).

A proposta da *CONTRA A CORRENTE* vinha também da necessidade de um espaço que pudesse reunir as pessoas envolvidas nas lutas e abrir o espaço para outros grupos autônomos. O grupo também destinou o espaço da livraria para a venda de produtos das fábricas em autogestão, em solidariedade diante as dificuldades que enfrentavam essas fábricas.

Inicialmente os fundadores do COMBATE só conseguiram reunir um escasso número de libertários, porque ainda era incipiente o movimento baseado nas iniciativas autônomas dos/as trabalhadores/as, e tiveram de procurar o apoio de certos maoístas relativamente avessos à burocratização partidária. Mas em breve esta colaboração se revelou insustentável, ao mesmo tempo em que as experiências autonomistas e autogestionárias se multiplicavam velozmente. Segundo João Bernardo, o coletivo não priorizava as disputas ideológicas, e isso foi fundamental para a aproximação do coletivo com os processos da luta onde eram discutidas questões de administração, da

autogestão, problemas concretos e não problemas teóricos e ideológicos. Nas suas palavras:

O fato de nós estarmos muito ligados às lutas dos trabalhadores e de não nos importarmos em nada com as polêmicas interpartidárias, fez com que nós tivéssemos uma noção da dinâmica do movimento muito diferente do que se pode encontrar nos jornais da época e nos livros dos historiadores que vão ser todos feitos a base nos jornais da época (Entrevista em 06/01/10).

A publicação de um aditamento ao *Manifesto do Combate* no nº 6, de 13 de Setembro de 1974, inaugurou o período exclusivamente libertário do jornal. É aí o momento que, segundo João Bernardo, saiu a parte dos maoístas de esquerda e começaram a aproximar o pessoal mais libertário, mais autonomista. Ainda na mesma entrevista, continua BERNARDO,

A gente faz sair o jornal com uma base política que não era a nossa porque tem a convicção de que com certa quantidade de números, passados algumas semanas, nós teríamos a base política adequada, foi isso que a gente fez politicamente. Isso nós nunca faríamos se estivéssemos presos às ideologias, o que é uma desculpa para não fazer nada; portanto, com a convicção de que os acontecimentos corriam ao nosso favor, nós fizemos sair o jornal com a base política que não era nossa e chegando a um dado momento a gente fez a ruptura, colocamos em discussão assuntos que sabíamos ter a maioria e os outros (maoístas, extrema-esquerda) seriam minoria. É isso, luta política (idem).

Na edição de nº 06 aparecerá a ruptura percebida textualmente nos acréscimos ao *ponto dez* e no “aprofundamento” do *ponto dois* do manifesto programático do jornal. O ponto que surge como acréscimo ao *Manifesto* diz o seguinte: *A luta prática desenvolvida pelos trabalhadores chega no seu próprio desenvolvimento (espontâneo) a formas antagônicas com o modo de produção capitalista*. Para o COMBATE, os trabalhadores diretamente sujeitos à exploração respondem-na espontaneamente com reivindicações de carácter econômico, que em si não punham em causa o sistema capitalista, porém,

as formas organizativas desenvolvidas para atingirem aqueles objectivos iniciais entram em completo antagonismo com a organização do trabalho no capitalismo e com as formas gerais de relação na sociedade, ou seja, as relações mútuas entre os

trabalhadores na prática comum da luta. (COMBATE nº6 – *rectificação ao Manifesto*).

No editorial do nº6 está claramente definida a posição política e ideológica do jornal ao reafirmar que, a partir do desenvolvimento da prática de luta reivindicativa, os trabalhadores chegam ao antagonismo com as relações sociais de produção capitalista e à consciência – ou a formas de consciência desse antagonismo. E deixa bem claro no mesmo editorial:

(...) não se constrói o comunismo só pela adição de experiências limitadas fábrica a fábrica. A derrota do capitalismo tem de passar pela destruição do seu centro nevrálgico – o Estado: as relações entre todos os capitalistas, o aparelho repressivo, etc. (COMBATE nº6, Editorial – 13/09/74).

O aprofundamento do “*ponto dois*” do Manifesto vem da reflexão sobre as lutas anticoloniais: *A luta anti-colonial deve desenvolver-se como solidariedade activa e militante entre os explorados em Portugal e os explorados em África* (idem). Depois do 25 de Abril, o governo português inicia as negociações com os movimentos africanos de libertação na busca de uma solução pacífica para a questão colonial. Desde o início o jornal afasta a ideia de “independência nacional” como solução para os trabalhadores africanos. Ainda no editorial do nº 6, está a seguinte questão: *então, a independência foi uma derrota? Será que, ao contrário de todas as forças políticas existentes o jornal COMBATE defende que a independência constitui uma derrota para os trabalhadores?* Para o jornal, a independência seria uma derrota se ficasse limitada à mera transferência de poderes políticos nas mãos da grande burguesia colonialista para uma burguesia nacional africana. Segue sua argumentação mostrando que os mesmos capitalistas que se sustentaram da exploração colonial (os Mello e os Champalimaud) e que têm atividades relacionadas com os territórios de Angola e Moçambique, passavam a defender publicamente as novas medidas e declararem-se favoráveis aos trabalhadores das colônias. Para o jornal, essa mudança de postura da grande burguesia portuguesa tinha motivos fincados nas lutas operárias que começam a desenvolver os/as trabalhadores/as africanos/as,

Nos últimos meses verificou-se, em Angola e Moçambique, uma luta operária como não há memória. A grande vaga de greves em Moçambique e, em Angola, as greves e especialmente a grande luta dos muceques de Luanda mostraram que o movimento das massas

trabalhadoras africanas ascendia a uma nova fase, entrando numa forma diferente da assumida até então pela luta anti-colonial e extravasando bruscamente os quadros tradicionais dos vários movimentos de libertação (COMBATE nº6, Editorial – 13/09/74).

Na visão do COMBATE nenhum dos movimentos de libertação de Angola e Moçambique havia concebido até então uma posição anticapitalista, *nenhum atribui à classe operária o papel condutor na luta* (Idem). Daí que as burguesias nacionais africanas que aspiravam a independência orientavam os movimentos de libertação para um sentido limitadamente nacionalista, desviando as lutas do seu curso anti-colonialista e anticapitalista. Portanto, a independência *por si só não chega para definir o que interessa aos trabalhadores africanos. Será uma derrota se mudar o grupo dominante, mantendo os trabalhadores como espectadores passivos*. O jornal termina por dizer que: *nossa obrigação de trabalhadores é a de apoiarmos ao máximo das nossas forças o desenvolvimento da luta anti-colonial em luta anticapitalista, conduzida pelo proletário africano* (Ibidem).

A partir da cisão do nº6, o COMBATE manterá a sua linha editorial contrária à condução da revolução pelos governos provisórios, tanto em Portugal como em África; tendo como base a observação das lutas autônomas em desenvolvimento ou em refluxo, o jornal nos dá elementos suficientes para a compreensão do processo de capitalismo de Estado em curso, assim como faz, na medida do possível, um mapeamento das lutas autônomas que também se desenrolavam em outros países.

2.5. O COMBATE de um lado e a revolução do outro.

Seguindo a orientação ideológica do COMBATE, a distinção fundamental que se tem no cenário português após o 25 de Abril de 1974 é, de um lado, as várias maneiras de implantação do Capitalismo de Estado e, do outro lado, a tentativa de alcançar o poder direto dos/as trabalhadores/as auto-organizados/as, sem recurso ao aparelho de Estado a partir do desenvolvimento e integração das diversas lutas. Os/as colaboradores/as do COMBATE consideravam o capitalismo de Estado como um perigo imediato mais grave do que o capitalismo privado, e era nos termos desse antagonismo que prosseguiam a sua atividade prática e elaboravam as suas análises políticas.

Em seu primeiro Manifesto, o jornal alertava os/as trabalhadores/as portugueses/as no que se refere aos caminhos que a Revolução de 25 de Abril seguia.

Dessa forma, a crítica ao Movimento das Forças Armadas e aos partidos e instituições de esquerda, controladores do processo 'revolucionário', baseou-se na crítica ao processo de transição do capitalismo privado para o desenvolvimento do capitalismo de bases estatais. De seu manifesto inaugural, o COMBATE assim definia a “revolução” em curso:

O 25 de Abril não assentou em formas organizacionais produzidas na luta dos trabalhadores, mas sim nos oficiais do exército, numa organização burguesa rigidamente constituída que nada tem a ver com a nossa luta. E nem podia ser de outra maneira, pois o golpe de 25 de Abril não se integra na luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e sim nas tentativas dos capitalistas para continuarem a exploração dos trabalhadores em novas condições” (Manifesto do Combate, 21/06/74).

Na abordagem dos trabalhadores da Timex, o 25 de Abril abria *as portas que durante 48 anos estavam seladas, os corações ainda um pouco oprimidos, mas livres, brotaram sangue novo nas veias viciadas pelo fascismo, deram um rosto novo na luta do trabalhador para melhores salários e condições sociais* (COMBATE nº3: p.5 - 12/07/74). Contudo, mesmo com as novas condições que o 25 de Abril inaugurou para o desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora, os trabalhadores não tinham ilusões. Segundo um trabalhador da Tróia,

o 25 de Abril não se destinou a derrubar a burguesia, mas a salvá-la. O 25 de Abril não se destinou a dar o poder às massas trabalhadoras, mas a melhorar o regime em que funciona o poder da burguesia capitalista. Cabe a nós, operários e trabalhadores, derrubar o regime da burguesia e destruir o regime burguês capitalista (COMBATE. nº3: p.6 - 12/07/74).

Enquanto vários partidos e organizações da esquerda proclamavam o MFA como o grande libertador do povo português, o COMBATE lhe dirigia uma crítica radical. A ação do MFA quanto às massas populares era a de utilizá-las para os seus fins determinados, situados numa política de '*salvação da economia nacional*' e democratização do regime, política abraçada também pelas estruturas formais da esquerda. Sem medir as palavras, o COMBATE aborda o MFA como uma instituição burguesa que defende a *liberdade*, a *democracia* e a *paz* na exploração (COMBATE: nº2 – Editorial, 05/07/74). À hegemonia do uso das armas pelos militares, o COMBATE defende o armamento geral dos trabalhadores⁴⁵ e a criação de milícias populares

45 Ver *ponto oito* do Manifesto Inaugural do COMBATE – 21 de junho de 1974.

fincadas nos seus locais de trabalho. O único caminho nesse sentido era o da destruição das estruturas militares e da luta antimilitarista. Essas estruturas, por sua hierarquia e especialização, estavam necessariamente separadas das classes trabalhadoras e por isso, diz o COMBATE no seu Manifesto, *nós não precisamos de delegar em terceiros a nossa defesa – armamo-nos e defendemo-nos nós próprios*. Para o jornal jamais uma estrutura militarizada poderia ser o instrumento da revolução popular, a permanência dessa estrutura o que fazia era agir na defesa de novas formas de gestão do capital.

No editorial do nº5, 26/07/74, o COMBATE discorre sobre algumas reações ao jornal, preferencialmente às críticas que tem recebido. A primeira das críticas se refere à posição que o jornal tomou frente ao Governo Provisório; para muitos, este governo estava a atuar em defesa dos interesses da classe operária e que, como havia no governo representantes dos trabalhadores, este não deveria ser criticado. Mas o COMBATE segue na sua argumentação defendendo que o salário mínimo nacional fixado pelo governo, não chegava a cobrir o aumento dos custos de vida e não chegava a muitos trabalhadores rurais; por todo o país processava-se um aumento no desemprego com despedimentos afetando milhares de trabalhadores e que a esse respeito o governo não se pronuncia; lança-se através dos jornais e dos outros meios de informação uma campanha de calúnias contra os trabalhadores em greve; é editada uma lei de imprensa que agirá principalmente sobre a imprensa operária; atua no reforço da economia capitalista e a exploração das colônias continua. Para concluir, afirma: *um governo que, em três meses de funcionamento, consegue fazer tudo isto – pode-se dizer dele que defende os interesses dos trabalhadores?* No que se refere à participação dos 'representantes' dos trabalhadores no governo, o COMBATE afirma que os trabalhadores não participam no governo da burguesia:

O interesse dos trabalhadores é o de acabar com a exploração e com o Estado, de lutar por uma sociedade sem classes, nem Estado, nem opressão. Aqueles que em vez de lutarem contra o Estado, participam no Estado, e que em vez de lutarem contra a exploração reforçam as condições de existência do capitalismo – esses não representam os trabalhadores. São representantes das correntes reacionárias que tem interesse na manutenção da exploração capitalista (COMBATE, nº5: Editorial – 26/07/74).

O golpe de 25 de Abril decorreu ainda da necessidade que as classes dominantes sentiram em remodelar as instituições governamentais e o próprio governo, adequando

suas instituições políticas às novas necessidades do processo de acumulação capitalista em Portugal: o projeto de passagem do salazarismo a um regime liberal, isto é, um regime onde fosse possível “libertar” as forças produtivas que o desenvolvimento do capital reclamava. Para o COMBATE, o 25 de Abril foi a data decisiva para a generalização do capitalismo de Estado (Editorial nº 37, 05/03/76). Na concepção desse jornal, o Estado é um elemento chave da estratégia do capital. O Capitalismo de Estado

(...) representa mais do que um sistema de propriedade; significa uma forma particular de gerir a economia. O principal no capitalismo de Estado é que a economia é gerida centralizadamente, portanto planificadamente; as organizações governamentais no sentido restrito, ou então as instituições administrativas, no sentido mais largo, têm nessa gestão um papel cada vez mais importante; as funções de gestão, e, portanto de controlo da economia são cada vez menos executadas pelos capitalistas privados e mais a cargo de uma classe especial de gestores, tecnocratas e burocratas. A propriedade do Estado não é uma causa destas transformações econômicas, mas uma consequência (...). O capitalismo de Estado é, portanto uma forma de desenvolvimento do capitalismo. Não é algo exterior ao capitalismo, que se imponha a ele. É o próprio capitalismo na fase contemporânea do seu desenvolvimento (Idem).

No caso português, a mudança na base do capitalismo privado para o desenvolvimento do capitalismo de Estado tinha como central na sua administração os *gestores*, que representam o papel de organização dentro do sistema produtivo. Como afirma João Bernardo⁴⁶, o marxismo das forças produtivas fundamenta o *Capitalismo de Estado*, já que o processo revolucionário limitava-se a estender ao mercado do livre arbítrio os fundamentos organizativos da racionalidade administrativa do espaço produtivo. Não surgiam relações sociais de novo tipo. Reproduziam-se societariamente as mesmas formas de poder existentes no capitalismo, só que agora, esse poder passava a ser controlado institucionalmente pelas representações políticas formais da classe operária, isto é, os Sindicatos e/ou o poder dos Partidos Comunistas, tal como nas experiências históricas do socialismo contemporâneo. Nesse momento, a classe operária não encontrava apenas a burguesia como antagonista de classe, encontrava também a classe dos *gestores* (a burocracia dos sindicatos, dos partidos e das empresas estatais).

Mas é preciso acompanhar também como se articulam os grandes capitalistas portugueses no contexto de remodelação institucional do governo. No segundo editorial

46 In PINTO, João Alberto da Costa. **A propósito do marxismo de João Bernardo**. In. Revista Espaço Acadêmico N° 43, dezembro de 2004. Acessado em 27 de outubro de 2008. <http://www.espacoacademico.com.br/043/43cpinto.htm>

do COMBATE, de 12 de julho de 1974, o coletivo se debruça sobre a criação da Confederação da Indústria, onde representantes de três quartos das empresas portuguesas se reúnem numa organização única com o fim de estabelecer linhas gerais de um programa de desenvolvimento capitalista e também para pensar quais as táticas a pôr em prática contra a classe trabalhadora. A confederação foi a expressão máxima da organização dos grandes capitalistas, os Mello, os Champalimaud, os Quina, os Cupertino e os Espírito-Santo juntamente com os representantes da média e pequena indústria. Porém, claro está que eram os grandes industriais quem dominavam todas as decisões. Segundo o COMBATE, *A confederação da indústria constitui, pois, o bloco único do capitalismo português. Ele é o principal sustentáculo da repressão, o primeiro apoio dos opressores* (Idem).

Após o sucesso do *golpe* de Abril, a Comissão Coordenadora do Programa do MFA, embora tivesse materializado o golpe, entrega o poder à Junta de Salvação Nacional (JSN). Desde então, como nos afirmam SANTOS, LIMA e FERREIRA (1997:166), foi esta “instituição revolucionária”, constituída por oficiais generais dos três ramos das Forças Armadas, quem passou a exercer o poder Executivo e Legislativo. A passagem do poder de Caetano para o General Spínola correspondeu à exigência formal-institucional de que o *poder* não caísse nas ruas; a guerra colonial, grande motor para a formação do MFA, ainda mantinha-se como um grande problema para o general Spínola que, a este nível, afirmam os autores citados acima,

não modificou o conteúdo da governação e da política econômica nas colónias; o general expressa claramente o direito das populações africanas à autodeterminação, mas através de um processo de mudanças graduais determinadas pela metrópole (1997:168).

Spínola decidiu alinhar-se com os monopólios numa tentativa de forçá-los assim à industrialização e politicamente, *queria abrandar e diluir as reivindicações feitas pelas classes trabalhadoras de Portugal, de Angola e Moçambique* (MAILER, 1978:108).

As ações de Spínola iam no sentido de diminuir a importância política do MFA, atirando-o para a subalternidade, porém, a relação de forças na condução do processo revolucionário transformava-se à medida que as expectativas da sociedade civil relativamente às liberdades de associação e reunião, realização de greves, manifestações, quer dizer, a *chacoalhada* que os movimentos sociais estavam a causar

em Portugal, mostravam *a incapacidade dos partidos, sindicatos e associações patronais para responderem às reivindicações de um movimento social operário espontâneo e radical, desestabilizou o poder político-militar recentemente instituído* (SANTOS, LIMA E FERREIRA, 1997:168).

As Forças Armadas não puderam reprimir o movimento social operário que, dada a sua espontaneidade e radicalidade, contagiava a própria instituição militar, esta, ao ser obrigada a sair das casernas para agir diretamente onde decorriam os conflitos – greves, manifestações, ocupações de fábricas, etc. – acabou por assimilar o conteúdo ideológico e reivindicativo desse movimento social (FERREIRA, 1997:169). O caminhar desse processo conduziu o MFA em dois campos políticos distintos: no que diz respeito às transformações operadas no nível da instituição militar, após o 25 de Abril a maior parte das reivindicações antes apresentadas não foram muito além de alguns saneamentos de oficiais gerais que não se identificavam com os objetivos do general Spínola e, por isso, os oficiais ligados ao MFA identificavam-se progressivamente com as demandas do movimento social, principalmente pela reivindicação de aumento do “nível de vida”; no outro campo, havia os oficiais que, ligados ao general Spínola, demonstravam-se incapazes de compreender as razões da radicalidade do movimento operário e opunham-se a qualquer agitação e movimentação operária.

Como solução moderada nesse impasse, Melo Antunes apresentou um plano econômico nas vésperas do golpe, a 11 de março de 75, que passou como 2º Programa do MFA; essencialmente, nos diz MAILER, *o plano via a importância do capitalismo privado, com um Estado como um mecanismo controlador e a redistribuição do capital entre vários sectores que o MFA decidisse serem mais importantes* (1978:108). O plano Melo Antunes era a expressão do compromisso com os monopólios: só seriam nacionalizados 51% dos grandes monopólios, continuariam a preservar seu domínio mas teriam de admitir melhorias pros trabalhadores (COSTA, 1979:272). Devido à expressão popular, o golpe de Spínola é sufocado e a partir de então, o MFA assume o controle declarado no governo.

Para o COMBATE o 11 de março significou, no plano político e econômico, o fim da iniciativa dos monopólios privados e a vitória da via estatal no controle da economia. Desde então, a hierarquia do MFA foi na sua maioria preenchida por oficiais afetos ao PCP e em menor proporção por militares afetos ao PS e a alguns grupos esquerdistas (MES, PRP/BR, UDP, MRPP). A base dessa aliança entre as forças

armadas e os partidos de esquerda era constituída fundamentalmente pela semelhança nos seus modelos de organização. Nas palavras de João Bernardo, *o exército foi o esqueleto do Estado. A esquerda moderada e o Partido Comunista foram as veias e os nervos que deram vida a esse esqueleto. Aliás, o exército e os partidos políticos partilham de um modelo hierárquico comum* (citado por RODRIGUES, 1994:209).

E foi o PCP quem melhor cumpriu o papel de contenção dos trabalhadores, na mesma medida que apresentou um projeto para “neutralizar” os monopólios, politizando-os. O partido deveria permitir a transição do fascismo para uma democracia em que se mantivesse o poder dos monopólios e permitisse uma reorganização tanto da base econômica quanto política, adequada às novas condições. O que o PC queria era o controle, por parte do Estado, dos monopólios gigantes e das grandes propriedades. Não em vão reforçava essa posição assumindo os Ministérios da Agricultura e do Trabalho, com o claro objetivo de enquadrar as lutas nas fábricas e no campo e constituir-se assim como grande defensor do capitalismo de Estado.

O *11 de Março* foi um passo em que a instituição militar procurou agir diante a imensa euforia que vivia a classe operária nos primeiros meses, *bancos, seguros, transportes, energia e outros sectores da economia foram totalmente apropriados pelo Estado, na esperança de que as organizações da classe trabalhadora não viessem, elas próprias, a apropriar-se deles* (MAILER, 1978:110).

De 7 a 9 de julho de 1975, a Assembleia Geral do MFA institucionalizou também o *pacto* entre o *'MFA e o povo'*. Ao definir *'poder popular'*, reclamava a descentralização do aparelho de Estado e ainda, defendia a entrega do poder às comissões de trabalhadores, moradores, aos conselhos das aldeias, às cooperativas, às colectividades; propunha que as assembleias locais se organizassem em assembleias municipais e que estas, se federassem no que chamaria Assembleia Popular Nacional, que substituiria o governo (1978:112). Por tais motivos, a Assembleia do MFA, na noite de 11 de março, determinou que o socialismo fosse instaurado na sociedade portuguesa (FERREIRA, 1997:179). Era o momento mais radicalizado da revolução, mas, é certo que foi a radicalização do movimento operário a responsável pelo discurso “avançado” do MFA neste momento, já que, como veremos o COPCON (Comando Operacional do Continente), se tornou um dos órgãos militares mais poderosos com a função de proteger a integridade territorial e assegurar a ordem pública, atuando em diversos momentos na repressão à classe trabalhadora em luta. Para o COMBATE, a criação do COPCON aparece *como uma necessidade para o poder em ter ao seu dispor um corpo*

armado, perfeitamente disciplinado e eficaz na dissuação das lutas operárias (COMBATE: nº6, p.15).

Em contrapartida ao processo institucional instaurado no parlamento pelas forças armadas e pelos partidos de esquerda, as massas populares passaram a movimentar-se, as fábricas, os quartéis, e os latifúndios começaram a ser ocupadas. O lugar que a classe operária começava a tomar dentro da relação de forças capital-trabalho tornava urgente para o primeiro apelar para o fortalecimento de uma organização sindical que pudesse controlar, no seu interesse, a ação autônoma dos trabalhadores. Segundo o COMBATE, os sindicatos já não atuam enquanto organização dos/as trabalhadores/as na resistência contra o capital. Ao contrário, passaram a ser a grande instituição de recuperação das lutas dos trabalhadores na dinâmica do capitalismo, numa estrutura que existe para disciplinar o trabalhador, para situar suas lutas na legalidade capitalista. Assim, como afirma Lúcia BRUNO (1983:49), a atividade sindical se expressava enquanto “agente da produção”, e a classe operária, enquanto agente de destruição do capitalismo, organizava-se fora das instituições vigentes e contra elas. Para o COMBATE, os partidos e os sindicatos apareciam como elementos chave no enquadramento das lutas autônomas em Portugal:

Face à repressão que se abate sobre o movimento operário autônomo, os partidos permanecem silenciosos. Quando as tempestades se aproximam, os partidos só pensam em defender os aparelhos burocráticos, garantia da sua força na luta entre os vários setores políticos pela repartição da mais-valia. Este silêncio prova a quem não queria acreditar que os partidos não só são inúteis para o movimento proletário, como são agentes activos da construção do capitalismo de Estado. (COMBATE - Editorial nº 33, 26/12/75)

Para a perspectiva do jornal, mais do que inúteis para o movimento dos/as trabalhadores/as, os partidos políticos situavam-se dentre os principais obstáculos para a construção da sociedade comunista. Um dos principais porque dada a sua inserção nos meios populares, ainda que apenas com um ou outro militante por fábrica ou por organização sindical, se legitimavam do discurso operário para contribuírem no desenvolvimento da exploração capitalista. É diante dessas práticas que o COMBATE direcionava a sua crítica ao não pautar-se no debate ideológico, que era tudo o que os elementos dos partidos buscavam. Em qualquer reunião, palanque ou assembleia os membros dos partidos e dos sindicatos eram os primeiros a polemizarem sobre questões teóricas das lutas dos trabalhadores, desviando o rumo da discussão que, para os/as

trabalhadores/as, maioria de pessoas simples e de pouca instrução, não era o que realmente deveria ser discutido. Era essa a percepção do jornal quando se decide por não atacar os partidos por ideologia. As práticas desses partidos é que entraram em questão para o COMBATE.

Uma dessas práticas, apenas para citarmos um exemplo, foi o caso da CTT (*Correios, Telégrafos e Telefones*). A luta da CTT começou muito antes do 25 de Abril com as paralisações dos carteiros e em maio de 74, os trabalhadores enviam um comunicado ao 1º Governo Provisório parabenizando o MFA e pedindo o saneamento (afastamento da direção) da empresa; daí em diante os trabalhadores passam à ação com a peculiaridade de as suas primeiras reivindicações serem de caráter político e sindical: querem o saneamento de indivíduos ligados ao regime fascista e também constituir-se em Sindicato de base. Nesse sentido, os trabalhadores organizaram uma reunião no Pavilhão de Desportos, a 05 de maio de 74, com a participação de mais de 10.000 trabalhadores dos CTT, vindos de todas as regiões do País e que se encontraram para a formação de um sindicato livre, onde os trabalhadores pudessem fazer frente às arbitrariedades da administração e dos seus delegados. Segundo o carteiro que presidiu à assembleia, citado por José PIRES, no sindicato deveria *predominar a iniciativa das grandes massas trabalhadoras, da base para o topo e não a forma contrária, isto é, não podem continuar os quadros a dirigir os trabalhadores. Deste ponto de vista, as massas é que assegurarão o controlo do sindicato*. A assembleia dos CTT não deixava margem para dúvidas de que a comissão Pró-Sindicato tinha o apoio dos trabalhadores (PIRES, s/d: p.90).

Ainda em maio, diante a situação de baixos salários, ausência de subsídio para férias e grande carga horária, dentre outras reivindicações, os trabalhadores decidem ir para a greve. Mesmo que os trabalhadores dos CTT tivessem no encabeçamento da luta uma Comissão Pró-Sindical, de fato, tanto pelas características da sua eleição como pela relação organizativa que mantinha com os trabalhadores, nos diz COSTA,

(...) esta Comissão Pró-Sindical aproximava-se mais das Comissões de Trabalhadores do que dos Sindicatos (...). Assim, mesmo neste caso único de greve nacional, pode-se dizer que foi uma Comissão de Trabalhadores que dirigiu a luta, embora aquela comissão aparecesse com o nome de Comissão Pró-Sindical (1979:259).

Os ataques contra os grevistas dos CTT começam a surgir de múltiplos lados com o intento de dividir os trabalhadores para destruir a greve. Na imprensa tradicional,

por exemplo, no *Diário de Lisboa* foram publicados três textos criticando violentamente a greve, em num deles lia-se o seguinte:

Não pode deixar de surpreender a opinião pública que os trabalhadores dos CTT – sem dúvida uma das classes menos activas na luta contra o fascismo, ao longo de cinquenta anos de repressão – esteja a sustentar uma espécie de luta sem quartel contra o Governo Provisório, emanação do Movimento das Forças Armadas. Os trabalhadores dos CTT, ou melhor, a sua Comissão Pró-Sindicato, parece terem guardado para canalizar todo o seu ímpeto reivindicativo contra as forças que se propõem encaminhar o país para a democratização política, social e económica que todos desejamos (citado em PIRES, s/d, p.101-102).

Eram constantes as declarações de que a greve dos CTT vinha de uma manobra da reacção contra o Governo Provisório, numa tentativa de invalidar a luta desses trabalhadores. É nessa linha que o PCP baseará a sua posição diante esse conflito, quando afirma,

Face à greve, o PCP tem o dever de alertar os trabalhadores para as implicações políticas e sociais que dela decorrem, no contexto de complexa situação que o nosso país atravessa (...) as manobras daqueles que, especulando com as justas aspirações dos trabalhadores, avançam reivindicações demagógicas e irrealistas, tem como objetivo lançar os trabalhadores contra o governo provisório e fomentar um clima de descontentamento e de revolta que só à reacção e ao fascismo aproveitam (...). É tendo tudo isso em conta que o PCP apela para os trabalhadores dos CTT no sentido de retomarem as negociações, de se reunirem em amplas assembleias, para nelas decidirem o termo da greve (citado por SANTOS, LIMA e FERREIRA, 1997:22).

A luta nos CTT aparece no segundo número do COMBATE, de 5 de julho de 74. Nessa edição, o COMBATE publica o comunicado nº 25 da Pró-Comissão Sindical dos trabalhadores dos CTT, comunicado que havia sido enviado a 29 de junho para todos os órgãos de informação e que nenhum publicou. No comunicado, a Comissão tenta se defender da campanha de calúnias que vinha a despejar-se publicamente contra a organização dos trabalhadores da empresa, veja-se aqui um trecho do comunicado:

“Diariamente recebe esta comissão centenas de telefonemas e telegramas de todo os pontos do País em que os trabalhadores dos CTT lhe demonstram o seu apoio, lhe comunicam a sua decisão de prosseguir unidos na luta que encetaram e lhes exigem constantemente que desmintam e denunciem as caluniosas afirmações lançadas contra a Comissão e contra todos os trabalhadores dos CTT. São essas vezes indignadas de trinta e cinco mil trabalhadores e o direito que consideramos ter o público de ser correctamente informado, as únicas

razões que nos levam a vir agora, mais uma vez, desmentir as falsidades e insinuações lançadas contra nós. Lançadas contra nós pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do chamado Partido Comunista Português, organização que apesar de se afirmar partido dos trabalhadores e defensor dos seus interesses, mais têm se distinguido nesta campanha encarniçada contra a nossa luta; organização que, conhecendo certamente a realidade dos factos (pois essa realidade esteve sempre à vista de todos os trabalhadores dos CTT, entre os quais certamente tem militantes e dos jornalistas que têm nos procurado), os tem vindo a deturpar e falsificar nos seus comunicados, nos seus comícios, na imprensa e mesmo através de outros órgãos de informação, por meio de artigos e declarações de membros ou simpatizantes seus” (Apud COMBATE, nº2: p.6).

A seguir, os trabalhadores respondem ao comunicado do PCP afirmando que a greve não foi uma decisão da Comissão Pró-Sindicato, mas aderida amplamente na reunião de 5 de maio e depois aprovada em outras reuniões de delegados, por contactos telefónicos com alguns pontos do país que lhes comunicavam as suas posições; a greve dos CTT fazia parte da grande movimentação dos trabalhadores de maneira independente dos sindicatos e partidos. A sua unicidade também adquire um destaque especial, conseguida diante a utilização da tecnologia da informação, inaugurava também formas novas de articulação das lutas. Mas, como vimos a luta não prossegue apenas à margem do PCP (e dos outros partidos) como encontra neste um forte opositor.

Ainda no comunicado publicado pelo COMBATE, a comissão termina por dizer que só estava respondendo a declaração do PCP por este ter sido até então o

(...) porta-estandarte da luta que nos é movida, a principal força que apoiou a ofensiva contra nós, trabalhadores e que tem, no entanto, a Comissão Pró- Sindicato dos Trabalhadores dos CTT outras tarefas mais urgente e importantes do que entrar em polémica com organizações políticas (Idem).

Portanto o exemplo da greve dos CTT já demonstrava uma consciência dos trabalhadores a se desenvolver de maneira autônoma e anti-partidária, já que, como veremos,

a participação de sociais-democratas e de estalinistas não teria sido neutral. Teria sido profundamente contra-revolucionária. O PS e o PCP teriam sido os agentes conscientes da centralização da economia, numa direcção de capitalismo de Estado. Todo o peso das suas respectivas máquinas partidárias teria sido usado para destruir as organizações autônomas da classe operária (MAILER, 1978:122).

2.6. Autogestão entra em cena – os processos autogestionários que marcaram o ciclo de lutas nas décadas de 1960 e 1970.

As décadas de 1960 e 1970 marcaram profundamente a história de aprendizagem das lutas sociais contra o capitalismo. As novas formas de lutas e a autonomia nas formas de organização colocadas em prática pelos/as trabalhadores/as e estudantes demonstravam que os partidos comunistas não apenas eram inúteis, mas obstáculos nas lutas operárias. A partir dos inícios da década de 1960, generalizaram-se greves sugestivamente apelidadas de “selvagens”, quer dizer, exteriores aos sindicatos oficiais, alheias aos mecanismos instituídos de recuperação dos conflitos. O Maio de 1968 na França marcou uma onda de movimentação que, mesmo caracterizada por insurreições efêmeras, atingiram alguns países do centro do sistema mundial e manteve-se aberta durante os anos 1970. Em 10 de Maio de 1968, milhares de estudantes manifestaram contra a prisão de colegas da Universidade de Nanterre no Quartier Latin (Bairro Latino) e, no final desse mesmo dia, mais de 20 mil estudantes ergueram-se na chamada “noite das barricadas”, num violento confronto com a polícia. Dos conflitos no Bairro Latino sucedeu-se uma série de protestos generalizados que levou em menos de três semanas a uma greve geral por todo o país onde mais de dez milhões de trabalhadores paralisaram o trabalho de praticamente todo o setor produtivo da sociedade. A articulação dos protestos de trabalhadores e estudantes colocaram sob ameaça as instituições políticas capitalistas; segundo João PINTO,

estudantes e trabalhadores em voz uníssona recusaram-se durante mais de um mês a qualquer diálogo com as representações políticas tradicionais nas negociações entre capital e trabalho no capitalismo (...) Nem partidos, nem sindicatos, nem o parlamento ou qualquer outra agência governamental podia assumir-se como porta-voz da colossal manifestação social que varria as ruas do país⁴⁷.

O encontro do movimento estudantil com o movimento dos trabalhadores também se verificou nesse mesmo período na Itália, o que contribuiu para o fortalecimento e ampliação das lutas sociais nesse país. Segundo NASCIMENTO (s/d:225), em novembro de 68 começam as ocupações de fábrica: Trento, Milão, Turim, Genes, Cagliari. Em março de 69, após 14 anos, os 100.000 operários da FIAT entram em greve. A presença constante dos estudantes nos locais de conflito estimula os

⁴⁷ Revista *Espaço Acadêmico*, nº 85, junho de 2008 www.espacoacademico.com.br/085/85pinto.pdf, acessado em Outubro de 2009.

operários. Inicia-se o “outono quente” com as mobilizações da massa trabalhadora a desenvolver formas novas de luta e novos conteúdos de reivindicação, principalmente pelo surgimento espontâneo do *Movimento de Delegados Operários* e pela prática das Assembleias de Trabalhadores e da Assembleia Operária estudantil, que se reuniu quase todos os dias durante maio e julho de 1969. Em 1970, há um renascimento da experiência dos conselhos: em poucos meses, são criados os Conselhos de Fábrica. Em um período relativamente curto, cerca de 7000 Conselhos de Fábrica foram fundados. No geral, 68% das empresas têm delegados operários eleitos ou nomeados após 1969. Durante os anos 1968 e 1973, as experiências das lutas sociais italianas apresentaram características de iniciativa espontânea, autogestão das lutas e participação dos trabalhadores na elaboração das suas reivindicações, onde a capacidade de gestão e organização dos seus próprios modos de intervir demonstrou mais uma vez que as lutas operárias se desenvolvem como uma alternativa à estrutura sindical e às estruturas partidárias.

Na Espanha, os anos de 1969 a 1975 são conhecidos pela decomposição do franquismo. O País viveu naqueles anos uma situação pré-revolucionária. Em Janeiro de 1969, pela primeira vez desde a guerra civil espanhola, Franco decreta, por três meses, o estado de sítio. A polícia vigia todas as faculdades onde, aos milhares, os estudantes se tinham manifestado. Em Barcelona os estudantes lançaram pela janela da reitoria o busto de Franco. A polícia assiste a dezenas de aulas por dia (dentro das salas de aula) e prende mais de duas centenas de opositores. Em 1971, segundo o politólogo Duran Muñoz, há em Espanha mais de 1.200.000 trabalhadores em greve. Em 1971, registaram-se 616 conflitos laborais, em 1974 são 2.290, em 1976, 40.179.

Na Iugoslávia se massificam as experiências de autogestão; no início dos anos 70, havia 11.000 conselhos operários, com um total de mais de 220.000 membros (170.000 operários e 50.000 funcionários). Cerca de 50% eram mulheres e jovens. Contava-se mais de 1 milhão de pessoas que tinham passado pelos órgãos de autogestão operária.

Considerando as peculiaridades das lutas sociais nos diferentes países, podemos dizer que em algum momento da história contemporânea as sociedades capitalistas foram confrontadas com a profunda necessidade de mudanças. Enquanto que na Europa os movimentos dos trabalhadores atingem o fulcro do capitalismo, não apenas com reivindicações sobre o tempo de trabalho e melhores condições sociais, mas com a

criação de organismos autônomos para a gestão das lutas e da produção, na América Latina, os regimes ditatoriais cobriam de sangue esse momento da história. O Maio Francês coincidiu com o massacre na praça Tlatelolco no México em outubro de 68, o *cordobazo* argentino, em maio de 69, e a passeata dos cem mil no Brasil, em junho de 68, processos que tiveram uma expressiva radicalização e que foram rapidamente derrotados. Essa vaga de mobilizações culminou com as vitórias dos processos insurreccionais na Nicarágua e no Irã, em 1979, tendo seu último suspiro com a criação do sindicato Solidariedade, em 1980 na Polônia, fechando pois este ciclo de lutas.

É interessante observar como esses processos se relacionam com a formação de relações sociais novas que se desenvolveram e se influenciaram, assim como a percepção política dos movimentos a respeito das estratégias de recuperação das suas lutas. Em Portugal, a luta dos trabalhadores cunhou um termo novo para o dicionário da classe trabalhadora, o termo *apartidário*⁴⁸. Em 14 de fevereiro de 1975, o COMBATE publica uma “Carta de Amargura” dos trabalhadores do correio de Paris, que se dirigem aos trabalhadores portugueses da seguinte maneira:

Lá como cá, os trabalhadores vêm as suas lutas traídas e torpeadas pelos chamados dirigentes das organizações operárias. Lá como cá, os trabalhadores vão se apercebendo, apesar de todo o martelamento ideológico dos diversos representantes, vanguardas, aspirantes a representantes e aspirantes a vanguarda da classe operária, que o reformismo e a colaboração de classes não são vírus a que estarão particularmente atreitos certos dirigentes, mas a consequência objectiva das formas de organização burguesas (hierarquia, separação entre o executivo e as massas, delegação de poder) no seio dos trabalhadores; as ditas vanguardas e seus aspirantes não são mais que candidatos a novos exploradores (COMBATE, nº 17: p.8).

Os trabalhadores do correio puseram-se em greve em 17 de outubro de 1974, espontaneamente, sem pré-aviso e fora do controlo de qualquer organização operária e sindical. Ainda na mesma carta, os trabalhadores afirmam,

Neste resumir da situação encontramos as conquistas da greve: aumento da consciência dos trabalhadores, desenvolvimento de novas relações entre os trabalhadores tendendo cada vez mais para uma

48 Segundo BERNARDO, “foi em Portugal que o movimento autônomo cunhou o termo “apartidarismo”, neologismo reconhecido e aceito pelo menos nos países de expressão latina, que indica a capacidade de unificar a classe trabalhadora acima da, e frequentemente contra, divisão em partidos. O apartidarismo é não só distinto do apoliticismo, como lhe é inteiramente oposto. Tratou-se, para o movimento autônomo, de se assumir diretamente como político, sem para tal recorrer à mediação dos partidos” (1991:363).

efectiva gestão das suas lutas de modo democrático e anti-hierárquico, novo golpe na 'credibilidade' dos sindicatos e partidos políticos, que se comportam abertamente como organizações contra-revolucionárias (idem).

Sem dúvida, as lutas dos anos 60-70 inauguram amplamente a desconfiança dos trabalhadores junto aos partidos da esquerda formal. Essa desconfiança funcionou também como um critério para o desenvolvimento da democracia operária, da participação de todos/as nos destinos das lutas e com isso, a realização da prática de autogestão da produção e das formas de organizar-se para isso. É evidente que toda a percepção ideológica dos/as trabalhadores é uma resposta às práticas integradoras dos seus organismos representativos⁴⁹.

A versão do capitalismo de Estado defrontou-se com a ira da classe trabalhadora quando esta percebeu as verdadeiras intenções dos comunistas, que, através dos PC's, foram administradores eficientes para esse tipo de capitalismo. Na China, o final do ano de 1966 e o início do ano 1967 marca uma enorme quantidade de greves e manifestações operárias que se alastram por outras regiões do país e que extravasam os limites em que o Partido Comunista Chinês queria manter a *Revolução Cultural*. Em seu estudo *Para um teoria do modo de produção comunista*, João Bernardo afirma que, em janeiro de 1967, mais de um milhão de trabalhadores reuniram-se em Pequim para protestar contra a *exploração dos quadros locais do governo e do partido* (1974:256).

Na Polônia, em dezembro de 1970 a classe operária se pôs em violenta ofensiva contra o desenvolvimento do capitalismo estatal, colocando em evidência a mistificação que constituíam os chamados 'países socialistas' e o caráter capitalista das relações que aí predominavam. Em 14 de dezembro, cerca de três mil operários, ignorando os sindicatos, reúnem-se e desencadeiam manifestações em diversas cidades. Tentam lançar um apelo ao país pelo rádio, mas não conseguem. Dirigem-se à sede do Partido Comunista, apedrejam-na e incendeiam-na. A efervescência vai ganhando adesão de

49 Na França, o Partido Comunista foi o principal responsável pelo deslocamento do movimento para a via parlamentar com a ajuda dos sindicatos sob seu controle. Nas palavras de João PINTO, "foi essa mesma esquerda a principal responsável pelas negociações políticas junto ao governo que levaram ao fim dos acontecimentos. Afirma João Alberto da Costa PINTO que o Partido Comunista Francês (PCF) foi o grande responsável pelo "estrangulamento" do movimento para a via parlamentar com a ajuda dos sindicatos sob seu controle. "O destino da grande experiência revolucionária que se desenhava nos acontecimentos derrotou-se quando sobre esse movimento social viu o PCF junto ao governo De Gaulle acertar no dia 25 de maio um aumento de 35% do salário mínimo, passando de 384 francos a 520 francos, aumento esse concedido um dia após os trabalhadores e os estudantes terem invadido a Bolsa de Valores e vários distritos policiais estando já Paris completamente paralisada em todos os seus serviços urbanos". In PINTO - *França: lutas sociais anticapitalistas no maio de 68*. Revista *Espaço Acadêmico*, nº 85, junho de 2008.

todas as cidades do Báltico e ameaçam esparramar-se por todo o país. A essa altura, o governo do Partido Comunista reúne o Comitê Central para organizar a repressão e no dia 17 do mesmo mês, o exército metralha os operários deixando inúmeros mortos e feridos, o que causa uma grande onda de violência na cidade; as sedes do PC polonês continuam a ser atacadas e incendiadas em outras cidades e os trabalhadores proclamam a greve em Gdansk, que se estende às cidades de Gdynia, Sopot, Slupsk, Szczecin, Elblag. O partido comunista demite o seu secretário geral, no comando desde 1965, mas a greve permanece. O partido admite o aumento dos salários mais baixos e promete o congelamento dos preços por dois anos, no entanto, essas medidas de apaziguamento das revoltas não consegue garantir o a "paz" por muito tempo. Os trabalhadores seguem em protesto contra o desaparecimento e morte de mais de 200 trabalhadores e da prisão de inúmeros outros. O movimento grevista continua e, em 22 de janeiro de 71 os estaleiros navais Adolf Warski de Szczecin param o trabalho e esboça-se uma greve geral (COMBATE: nº14, p. 8 e 7).

Nos dois casos, o Estado socialista perde qualquer credibilidade junto aos trabalhadores. A classe trabalhadora, após ter a sua luta sufocada pelos mecanismos integradores, renasce e reassume a forma de organizações que reivindicam a autonomia ante o capital e às burocracias dirigentes. Desde a degenerescência da revolução russa, mais acentuadamente desde a degradação final do stalinismo, diz Lúcia BRUNO, assistimos a uma retomada incessante, por parte da classe trabalhadora, dos princípios da autonomia como uma alternativa a burocratização dos partidos políticos e dos sindicatos (1983:VI).

Segundo SARDÁ, foram esses processos intensos de lutas sociais desenvolvidos no pós-Maio de 68, até meados da década de 1970, que propiciaram a propagação do termo autogestão no mundo ocidental. Anteriormente, o sentido dessas práticas era informado pelas expressões: *associação operária, auto-organização dos produtores, coletivização, gestão coletiva, gestão socialista, etc* (2005:201).

A experiência revolucionária portuguesa confirmou o que já estava a passar com as lutas desse mesmo ciclo, ou seja, a evidência de que a luta revolucionária não se desenvolve no campo partidário/ideológico. O avanço da revolução não depende de uma direção portadora da tática correta e da verdade revolucionária (BRUNO, 1983:II). Isso se confirma justamente porque as instituições que mais se radicalizaram na luta anticapitalista nas décadas de 1960/70, foram aquelas que não puderam ser controladas; nesse sentido, a prática autônoma dos/as trabalhadores/as destrói um dos grandes mitos

revolucionários do Século XX: o mito da vanguarda e a liderança do Partido Comunista na condução do processo revolucionário⁵⁰.

Em Portugal, as organizações autônomas baseadas em conselhos de trabalhadores atingiram uma grande extensão da sociedade, colocando em causa o próprio paradigma ideológico do sistema capitalista. Logo a seguir o 25 de Abril, o movimento social operário atingiu grandes dimensões e teve características espontâneas – como espontâneas devemos entender que as decisões de entrar em greve, ocupar as instalações, fazer os seus comunicados de luta e, nos diversos casos que atingiram maior radicalidade, entrar em autogestão, foram decisões tomadas pelos/as trabalhadores/as, legitimadas nas assembleias gerais em cada fábrica.

Porém, as ações autônomas dos trabalhadores não se restringiram aos seus locais de trabalho. Além do espaço de luta da fábrica, os movimentos sociais populares experimentaram uma criatividade social inovadora, ocupando casas abandonadas, recuperando hospitais, montando comissões nos bairros e de trabalhadores rurais, buscando soluções autônomas no domínio da habitação, da atividade cultural e da vida comunitária. Como diz SARDÁ (2003 p.227), também

nas administrações públicas, nas escolas e liceus, na âmbito da produção cultural, no sistema judiciário, no exército, na Igreja e na família, processos intensos de ruptura com a herança cultural do fascismo insinuaram-se e aceleraram efetivamente a história em Portugal.

Para uma população amordaçada por mais de 48 anos de fascismo, o golpe de Abril cria condições inéditas na história portuguesa para que o confronto com a opressão e exploração possa ser levado a cabo pelas classes trabalhadoras, onde estas se afirmam na história como classe organizada para si mesma em confronto com a exploração do sistema capitalista.

2.7. O desenvolvimento da luta autônoma no pós-25 de Abril

Logo nas primeiras horas após o levante militar e a queda do regime fascista, o mundo empresarial e o poder militar recém instituído no governo viram-se surpreendidos por uma onda de movimentos coletivos e ativos, nas palavras de

⁵⁰ PINTO, João. *França: lutas sociais anticapitalistas no maio de 68*. Revista *Espaço Acadêmico*, nº 85, junho de 2008 www.espacoacademico.com.br/085/85pinto.pdf, acessado em Outubro de 2009.

SARDÁ,

verificou-se todos os tipos de greve até então experimentados nos países centrais, vieram à tona todos os dias e ao mesmo tempo: greves de zelo, greves “tartaruga”, greves de solidariedade, greves com seqüestração dos gestores e dos estoques de produtos, paradas dos trabalhadores do transporte que não cobram as passagens, expulsão (saneamentos) dos encarregados, dos chefes, diretores e dos proprietários, e muitas, muitas greves com ocupação das instalações. Greve dos padeiros, greve “contra o aumento do preço da bica”, greve dos jornais em solidariedade à luta em outros jornais, greve dos camponeses, greve dos patrões (lock-out) e até o próprio governo decretou greve num certo momento (2005:216).

As principais reivindicações que se seguiram ao golpe militar centravam-se nas questões salariais, melhores condições de trabalho, férias remuneradas e, fundamentalmente, na diminuição da jornada de trabalho. No Manifesto do COMBATE de junho de 1974, o jornal, mesmo admitindo que as reivindicações econômicas não ultrapassam os limites do capitalismo, defende que a luta pela diminuição do tempo de trabalho é uma medida importante de defesa imediata contra o aumento da exploração (BRUNO, 1983:50). Além disso, a diminuição do tempo de trabalho, na medida em que implica no aumento do tempo livre, será também condição importante para aumentar a participação ativa dos trabalhadores na discussão das formas de luta, da participação em reuniões e outras atividades políticas; como diz um trabalhador de Pueblo Nuevo, *O maior perigo para o capital é precisamente que nós consigamos tempos livres e os saibamos utilizar* (COMBATE, nº19 p.8).

No jornal (quinzenal) dos trabalhadores da Timex, *A Nossa Voz*, publicado no primeiro número do COMBATE, 21/06/74, os trabalhadores esclarecem o porquê da luta pelas 40 horas semanais explicando como a luta pela diminuição da jornada foi sendo trilhada, já que a classe operária já conhecera jornadas de 12, 14 e mais horas diárias de trabalho, e que só depois da violenta repressão contra as lutas reivindicativas em Chicago, no dia 1º e Maio de 1886, foi que a burguesia de vários países aceitou reduções dos horários. Concluem os trabalhadores reafirmando a importância da luta pelas 40h,

(...) mais do que nunca a classe operária, bem como os camponeses, precisam de se organizar, de discutir, de se instruir, e para isso precisam de horas, não para as entregar para a burguesia, mas para si mesmos. Assim, as 40h são neste momento uma exigência

fundamental (COMBATE, nº1, p.4).

Continuando o movimento grevista em fins de 1973 e começo de 1974, a luta reivindicativa prossegue com o desenvolvimento de greves em quase todos os setores da indústria portuguesa: metalurgia, construção civil, cerâmica, vidraçaria, papel, alimentação, química, têxtil, setor de serviços, seguro e bancário (PIRES, s/d p.44). Rapidamente surgem reivindicações de caráter político, como na ampla luta pelo afastamento nas empresas dos elementos ligados à administração anterior, o que em Portugal ficou conhecido como *saneamentos*. Em praticamente todas as empresas a exigência da expulsão da administração ligada ao antigo regime esteve como pauta nos cadernos reivindicativos; em muitos casos, os trabalhadores defendem que o saneamento deva ser feito pelos próprios trabalhadores e que sejam estes também a definir a nova administração da empresa. No caderno reivindicativo da TAP (*Transportes Aéreos Portugueses*) publicado pelo COMBATE em 27/09/74, assim está:

Exigimos que sejam saneados todos os elementos que ao serviço do capital sempre tomaram atitudes contra os trabalhadores – reprimindo-os, denunciando-os, atirando-os para o desemprego. Queremos ser nós a proceder ao saneamento na TAP porque fomos nós que sofremos a vilania dessas pessoas. Não iríamos, porém, muito longe, se após correremos com esses elementos permitíssemos que voltasse a ser a administração a nomear os seus substitutos, que decerto seriam da sua confiança. Novos quadros sempre prontos a cumprir as ordens do patronato (...) exigimos também que sejamos nós a eleger os seus substitutos (COMBATE. nº7 p.1).

O saneamento de membros da administração - aqueles encarregados na repressão fascista ou mandatários e defensores diretos do patronato – foi uma preocupação de milhares de trabalhadores naqueles meses seguintes ao 25 de Abril. Ainda que os trabalhadores expressassem aí o seu repúdio aos elementos colaboradores do fascismo e do capitalismo, e encampassem uma luta para expulsá-los, o COMBATE levanta a reflexão de que os saneamentos em si não se opõem ao capitalismo. No editorial de nº 7, o jornal argumenta que, neste movimento, os trabalhadores encontraram apoio do governo e de todos os partidos reformistas; isso porque estes também estavam interessados no saneamento, contudo se se limitasse à substituição de algumas pessoas: *do mau gestor capitalista pelo bom gestor tecnocrata, que fala em democracia e direito dos trabalhadores, mas também que melhor sabe gerir e aumentar a rentabilidade do capital* (COMBATE, nº7, p.3). Esse processo foi aproveitado pelo

governo provisório que buscou oportunamente se valer das capacidades dos trabalhadores para organizar o trabalho, deixando-os fazer pequenas remodelações. Portanto, diz o editorial, os saneamentos em si não põe em causa o modo de produção capitalista, *antes pelo contrário, ajudam a reestruturar a economia, tão debilitada pelos regimes anteriores* (idem).

Ainda no COMBATE (nº 7, p.5), um texto do jornal da EFACEC-INEL demonstra como os trabalhadores dessa empresa pensavam a questão dos saneamentos,

Fala-se muito em sanear pessoas, mas talvez seja bom verificarmos melhor se a atuação das pessoas que devem ser saneadas não é só devido à posição que essas pessoas ocupam no sistema em que vivemos. Isto não quer dizer que esses elementos não sejam saneados, mas devemos é ter consciência que com esses saneamentos nada de fundamental se altera. Porque de duas uma, ou a pessoa que vem a substituir o saneamento desempenha um papel que lhe é confiado pelo patrão ou então é o patrão que o tira de lá. (...) Não há ninguém que possa agradar às duas partes em causa: patrões e empregados. Os trabalhadores só serão livres quando acabarem os chefes e para isso têm que acabar com os patrões.

Para os trabalhadores da EFACEC-INEL, está claro que os saneamentos não alteraram nada de fundamental no sistema produtivo, porém, vimos que dessa discussão os saneamentos aparecem associados à exigência do controle operário sobre a empresa, com o fim dos patrões, o que demonstra um progressivo avanço na consciência desses trabalhadores.

À demanda dos saneamentos, outros graves problemas pautam os cadernos reivindicativos das centenas de empresas em conflito com os patrões. O desemprego foi tema de muitas lutas, desde pequenas empresas até empresas de grande porte, como a TAP e outras. Não poderia ser diferente. Segundo a folha informativa da Inter-empresas, a previsão para março de 1975 era de 300 mil desempregados, cerca de 10% da população ativa (COMBATE, nº16, p.1). No processo da luta, o problema dos despedimentos constituiu um passo importante: nos seus comunicados e jornais, os/as trabalhadores/as discutiam o desemprego de maneira conjuntural e encontravam diversas saídas para o problema, seja na ampla recusa de cumprir horas extras, seja na resposta política ao despedimento. Na EFACEC-INEL, os trabalhadores se erguem na luta contra o desemprego e em assembleia, decidem que: *em caso do primeiro despedimento que se efectue na empresa, que seja feita paralisação total de todos os trabalhadores da empresa, até que sejam readmitidos de novo* (COMBATE, nº13,

Jornal da Greve dos trabalhadores da EFACEC-INEL p.4). Além de recusar cumprir as horas extras, os trabalhadores da EFACEC tentaram iniciar um processo de unificação das lutas em várias empresas contra o desemprego.

Numa entrevista aos trabalhadores da Tabopan (metalúrgicos), da Alves e CIA e das Oficinas Alberto Marinho, um trabalhador dessa última empresa fala ao COMBATE o que pensa sobre o esse tema:

(...) não são só os patrões, é todo o sistema capitalista que provoca o desemprego. A única forma de luta que temos é mesmo a greve, é mesmo deitar mão a greve quando se verifica despedimentos, seja ele qual for, seja ele quem for. Quando for um de nós despedido, temos de deitar mão à greve para que isso não aconteça. Mas deitar mão à greve e impedir os despedimentos, não soluciona o problema... Nós bem sabemos isso. Impedimos hoje um despedimento, amanhã impedimos outros e depois outro... quer dizer, são as lutas que a gente vai ganhando mas nós vamos chegar a certo ponto e vamos verificar que o deitar mão à greve não soluciona os nossos problemas: só temos os nossos problemas solucionados quando formos nós a gerir a fábrica (COMBATE, nº15, p.7).

Se a luta dos trabalhadores para a preservação dos seus salários, única forma de sobreviver em sociedade capitalista, não atuava em outro sentido que não o de fortalecer o capitalismo como sistema, o desenvolvimento da luta em si própria, *faz aumentar mais ou menos acentuadamente a consciência dos trabalhadores e avançar nas suas formas de organização* (COMBATE, nº18: Editorial). Por isso, a luta reivindicativa era um passo importante, pois permitia aos trabalhadores chegarem à compreensão do antagonismo entre as relações que estão a desenvolver e as relações de produção capitalista. No prosseguimento das lutas autônomas, forjava-se a consciência revolucionária, pois é a vivência da ação colectiva que modifica os comportamentos, através da consciência adquirida da resolução dos problemas concretos (Bruno, 1983:58). A esse respeito, diz um trabalhador da Cooperativa Novo Rumo ao COMBATE,

Não há aqui opiniões sectárias, posso mesmo dizer que não há lutas políticas e de partidos aqui não há. Há uma unidade bastante grande e uma consciência de classe. Já conseguimos aqui e eu sei que a maioria dos camaradas até o 25 de Abril não tinha percepção clara do que seria isso, nem lhe passava pela cabeça o que seria a consciência de classe. E eu entendo até que a melhor educação política de todos os trabalhadores será justamente a sua no dia-a-dia, em face dos problemas, na resolução dos problemas da classe, e é assim que se vai

atingir uma consciencialização política. Quanto a mim acho que é a melhor via (COMBATE, n°25 p.7)

Ao antagonismo presente entre as relações coletivas dos trabalhadores e as relações sociais capitalistas, os trabalhadores respondem com a formação de conselhos autônomos; ao contrário da forma sindical de organização que tem como fim a luta no mercado de trabalho (aumento de salários), os conselhos, nos diz João BERNARDO,

são a organização que une as massas em função da prática da luta e não em função de objectivos programáticos mais ou menos limitados (...) os conselhos de fábrica dão à generalidade dos elementos da classe proletária uma prática de luta que desenvolve a experiência do controlo directo da produção e da vida social, bem como os conceitos teóricos dessa experiência (1974:75).

É a partir da organização dos/as trabalhadores/as em conselhos, que se desenvolveu principalmente em 1974/75, que o jornal COMBATE baseou toda a sua argumentação ideológica. Para o jornal, nos diz BRUNO,

não são as reivindicações ou os objetivos últimos que são corrosivos do sistema capitalista, mas sim as formas organizativas criadas no decorrer da luta; para atingi-los entram em completo antagonismo com as formas de organização do trabalho vigentes no capitalismo (1983:54).

Quando a autonomia operária se projeta simultaneamente nos planos económico e político, quando se coloca em prática a democracia operária, as relações que os/as trabalhadores/as estabelecem entre si no processo de luta passam a reorientar a organização do processo de trabalho e instituir práticas autogestionárias. Por isso, para o COMBATE, o desenvolvimento dessas novas relações estabelece um ponto de partida para novos desdobramentos da radicalização das lutas, onde a autogestão

(...) significa serem os próprios trabalhadores a gerirem e organizarem globalmente a produção e o trabalho da empresa. Autogestão é uma forma bem avançada de luta em que os trabalhadores por si só organizam o trabalho, podendo acabar com as hierarquias, impor novos horários de trabalho, organizar de outra forma a produção, criando entre si novas relações e avançando no caminho da democracia operária (COMBATE, Editorial n° 18, 28/02/75).

Para o COMBATE, a autonomia operária adquire um significado radical. Não se

tratava de autonomia física orgânica com relação às instituições capitalistas. Tratava-se de uma autonomia com relação aos modelos capitalistas de organização em todos os níveis: econômico, político e social, pois implica na criação de uma nova totalidade antagônica à totalidade capitalista (BRUNO, 1983:57). Porém, para o jornal, não se tratava de mistificar as comissões de trabalhadores, mas de ver seu funcionamento por dentro. A sua relação com as empresas em luta não se limitava a compreendê-las ou teorizar sobre as experiências que acompanhavam, mas dispunha da sua estrutura para ajudar no que fosse possível. Mais ainda, pelas páginas do jornal é possível acompanhar por dentro o desenvolvimento da luta dos/as trabalhadores/as.

CAPÍTULO 3.

Produzir pra viver e não viver pra produzir: o COMBATE e o processo autogestionário nas empresas, nos bairros e no campo.

Aprendemos que os patrões não servem para nada

(Sousa Abreu 8 meses em autogestão nº19 p.8)

3.1. Lutas sociais nas empresas – as comissões de trabalhadores.

Foi ao longo de 1974 até novembro de 1975 que as experiências de autogestão se desenvolveram mais amplamente em Portugal. No princípio do mês de agosto de 1975, calculava-se que umas 380 fábricas estavam em autogestão. Depois do 25 de Abril, a fixação de um salário mínimo nacional, o fortalecimento da classe trabalhadora nas lutas contra o patronato, o clima de contestação social generalizado e a incapacidade do Governo Provisório em dar respostas à situação, acelerou a crise econômica de muitas empresas. Diante da perspectiva da perda de trabalho, os/as trabalhadores/as por toda a parte passam a se organizar em comissões ou conselhos operários, instituições através da qual se implementaria a tomada da produção. Os casos de autogestão foram mais frequentes no setor têxtil e metalúrgica, onde também as experiências de autonomia nas formas administrativas atingiram maior radicalidade. Isso porque as pequenas empresas tiveram desmoronada a estrutura que permitia aos seus proprietários garantir os seus lucros⁵¹.

Em todos os casos que aparecem no COMBATE a autogestão surge como um meio de evitar o desemprego; para este jornal, o desenvolvimento do processo autogestionário estabelece uma relação contraditória entre as relações igualitárias que praticam os/as trabalhadores/as e as relações sociais provenientes da sociedade capitalista, e uma solução se impõe: ou são as novas relações coletivistas que

51 Com o decorrer do processo de descolonização, todos os problemas críticos da sociedade portuguesa agravaram-se. O fim da economia de guerra eliminou a produção específica de bens e serviços. Resultado, muitas das pequenas e médias empresas que viviam da economia de guerra entraram em falência. Na prática (período de maio – junho de 1974), as consequências desse processo levaram ao fecho ou falência de cerca de 500 pequenas e médias empresas. Ver FERREIRA (1997: 279).

prevalecem, ou, pelo contrário, é a disciplina da fábrica que se reproduz (BRUNO, 1983:83).

A primeira empresa a ocupar as instalações e entrar em autogestão foi uma empresa de confecções de mulheres, a Sogantal. Com 48 operárias na linha de produção, no dia 20 de maio de 1974, estas apresentam um caderno reivindicativo à administração patronal em que se pedia um aumento de 1250\$00, um mês de férias e o 13º mês. Mesmo com o aumento que pediam as trabalhadoras, os seus salários, que até então não passavam de 1600\$00 por mês, não atingiriam os 3300\$00, valor do salário mínimo que o governo viria a decretar. Os franceses, donos da fábrica, recusaram as reivindicações alegando que, do contrário, a empresa iria à falência. Como resposta as operárias entraram em baixa de produção, ocupando a fábrica e os escritórios. Em 30 de maio, os patrões declaram que a fábrica fecharia e que os salários não mais seriam pagos, já que as trabalhadoras não haviam produzido o suficiente. Diante a posição patronal, as operárias decidem vender os uniformes de treino que produziam para garantir os salários. A seguir os patrões abandonam a empresa e, diante a iminente perda dos seus postos de trabalho, as operárias resolvem manter por si próprias o funcionamento da empresa e a produzir a sua subsistência de forma autogestionária.

No jornal nº 1 da Sogantal, publicado no COMBATE nº3, as operárias contam um pouco da sua luta:

A Sogantal, como todas as empresas de capital estrangeiro, instalou-se em Portugal para aproveitar as condições altamente lucrativas que a exploração dos trabalhadores portugueses oferecia. E isto devido aos salários de miséria que podia pagar, devido também à 'docilidade' dos trabalhadores garantida que, começando no local de trabalho se estendia até a bem conhecida acção das várias polícias (...) Num momento em que as trabalhadoras tomam consciência dos seus problemas e dão mostras de ter capacidade e iniciativa para lutarem pelos seus interesses, o patronato pretende encerrar as instalações em Portugal. Portanto, nós trabalhadoras da Sogantal não podemos tolerar essa situação; não podemos ser despedidas e lançadas na miséria só porque alguns capitalistas franceses que nos exploram desenfreadamente, não querem agora satisfazer as nossas justas reivindicações (...) Afirmamos a nossa disposição de lutar até o final e não hesitarmos em adoptar as formas de luta que melhor servirem os nossos interesses de trabalhadoras (COMBATE, nº3 p.5).

As 48 operárias (entre 15 e 24 anos) decidiram que a Assembleia Geral era o órgão soberano de decisão onde se discutiam os problemas da vida quotidiana e as soluções que eram necessárias pôr em prática. Já na primeira assembleia geral depois

que a fábrica foi ocupada, as trabalhadoras decidem tomar em mãos a organização da sua luta e da sua vida em função da nova realidade. Nessa mesma reunião, o gerente, um chefe e o mecânico, em desacordo, se retiraram da empresa. A outra chefe aceitou ficar na fábrica, mas ocupando uma função igual e recebendo o mesmo salário que as restantes operárias (FERREIRA, 1997:297). A partir daí, as operárias passaram a tratar dos assuntos antes dominados pelo gerente e pelo diretor da fábrica: *Nós tomamos conta da contabilidade. Algumas de nós têm o curso comercial completo ou quase e há outras pessoas que estão dispostas a ajudar-nos*. Também na assembleia geral era eleita a comissão de trabalhadoras, revogável a qualquer momento e que contou com uma rotatividade nos exercícios das funções, com vistas a evitar sua burocratização.

A decisão de tomar a fábrica e autogerir a produção era demasiadamente perigosa pois atingia em cheio o 'inviolável' direito da propriedade privada. Por isso, a reação dos patrões franceses vem logo em 24 de agosto quando decidem invadir a empresa e tirar de lá as máquinas e os 31.000 fatos de treino para levarem tudo para a França; 14 mercenários e 2 cães assaltam a fábrica e sequestram o guarda, deixando duas pessoas feridas. Para as operárias da Sogantal, nos conta FERREIRA, *esse acontecimento diminuiu ainda mais as suas esperanças, pois que a solidariedade do poder político-militar instituído estava do lado do patronato* (1997:298). As investidas violentas nas fábricas em que os/as trabalhadores/as optam pela ocupação e autogestão foi constante, tendo os/as trabalhadores/as resistido em barricadas permanentes e sempre buscando o apoio da população e de outras fábricas vizinhas.

Pudemos ver ainda que não é apenas a consciência revolucionária, ante a exploração do seu trabalho, que se realiza com o cotidiano da luta autônoma. As operárias da Sogantal não apenas entram em ruptura com a hierarquia do sistema capitalista, quando rompem a barreira do trabalho manual e intelectual, mas também rompem dia-a-dia com os valores opressivos que fazem parte da ideologia desse sistema. Numa coletânea de depoimentos organizada por Francisco Martins RODRIGUES a respeito do movimento popular do 25 de Abril, José Maria Carvalho Ferreira, relata sua aproximação com a Sogantal, onde diz,

Casos semelhantes estavam a dar-se noutras empresas mas aqui a ocupação assumiu radicalidade invulgar: supressão das cadências e dos horários obrigatórios; abolição das hierarquias; igualização dos salários; rotação das tarefas, inclusive de direcção; e, mais subversivo ainda, encetar a venda directa da produção. Tudo isto teve uma outra consequência da maior importância: as mulheres começaram a

libertar-se do marido e da família, dos valores patriarcais vigentes (1994: 46).

Apesar das dificuldades inevitáveis à luta das operárias, os seus salários, que não chegavam a 1.600 escudos, atingiram o valor do salário mínimo, de 3.300 escudos. As operárias conseguiram manter a sua luta autogestionária nos últimos meses de 1974, enfrentaram crises na empresa em 75 (um número de operárias abandonam a luta) mas conseguiram resistir até 1976, quando o sindicato dos têxtil e o PS tomaram o controle da sua luta.

Nas entrevistas que o coletivo COMBATE fez com operárias da Sogantal, pudemos ver uma preocupação constante das trabalhadoras com o isolamento da sua luta, e das lutas em geral. Redigiram manifestos em apoio a outras empresas, buscando sempre acompanhar o processo de lutas que se desenvolvia naquele momento. O COMBATE tentou agir nesse sentido: colocando em prática um dos seus objetivos principais, o jornal preferia, ao invés de discutir com as empresas sobre os seus problemas, colocá-las em contato através das mesas-redondas, onde eram os/as trabalhadores/as a levantar a discussão. Numa dessas mesas redondas, o COMBATE pôs em contato a Sogantal com uma outra empresa têxtil em que as operárias também vinham se movimentando, a Charminha. Nessa ocasião, as operárias dessa última empresa percebem, a partir da discussão com as operárias da Sogantal, que continuam a ser exploradas pela Comissão Administrativa da empresa. A Charminha estava em autogestão e, foi através do contato tido com a Sogantal que as operárias compreenderam o caráter reacionário da Comissão eleita e substituíram-na por outra (BRUNO, 1983:74).

O coletivo do COMBATE optou por fomentar o contato entre trabalhadores/as de empresas diferentes com a finalidade de que os problemas fossem discutidos por aquelas pessoas envolvidas no processo prático da luta, o que contribuiria no sentido do esclarecimento mútuo dos/as trabalhadores/as; a base das discussões pautaram-se em problemas concretos, e, principalmente, problemas internos que, a medida que são compartilhados, se pode identificar as semelhanças e dessemelhanças dos processos em questão, assim como possíveis saídas, como no exemplo da Charminha. Segundo me disse João Bernardo numa entrevista a 06 de janeiro de 2010, referindo-se a mesa-redonda com a Charminha e Sogantal: *preferíamos deixar os trabalhadores a dizer (...) nós pensávamos: vamos fazer uma mesa redonda e os problemas vão surgir lá, e eles*

vão ficar convencidos muito mais do que se formos nós a dizer, então a gente preferia fazer esse tipo de coisa do que ir lá fazer proselitismo (...).

No decurso da luta da Sogantal, e de centenas de outras empresas, como vemos em outra mesa redonda do COMBATE (nº23, p.6 - 16/05/75) com três empresas do setor têxtil em autogestão: a Firma Eduardo Pereira Pinto (EPP), a de Sousa Abreu e a de Manuel da Silva (Artedu), todas as empresas têm os mesmos problemas: dificuldades de fornecimento de matérias-primas e escoamento dos produtos. Outras empresas apresentam dificuldades maiores, como o caso da Artedu, em que a maquinária está em más condições e necessita de um investimento inicial para começar a produção. As dificuldades em manter a produção aumentam com o boicote dos fornecedores capitalistas e a ausência de capitais para a aquisição das matérias-primas necessárias. É aí que os/as trabalhadores/as são forçados a recorrer aos órgãos do poder para conseguirem fundos de investimento. Para o COMBATE, esse é o primeiro passo para a perda de autonomia (COMBATE: nº 23, Editorial). A problemática da necessidade de investimento e do escoamento da produção condicionam e limitam as lutas autogestionárias, estão na origem das maiores dificuldades enfrentadas pelas empresas.

As necessidades do aumento da produção tornaram-se um dilema para reequilibrar a capacidade produtiva das empresas e adquirir meios financeiros para o pagamento dos salários e dos credores. As dificuldades nos domínios físico, social e financeiro foram enormes. Um grande número de trabalhadores passou a trabalhar muito mais do que antes, inclusive nos sábados e nos domingos, o que significou, para que a luta pela sobrevivência fosse garantida, uma maior precarização do trabalho, ou, nas palavras de MAILER, *enquanto permacessece o regime capitalista, tudo isto não passava de autogestão da sua própria exploração: não se abolia a troca da força de trabalho por salários* (1978:86).

Mas, para além das dificuldades inerentes ao processo autogestionário, outros obstáculos surgem com frequência. Os intermediários técnicos e administradores aparecem constantemente como elementos que atrapalham as lutas autônomas. Os/as trabalhadores/as entendem que a destruição do capitalismo tem de passar pela abolição da divisão entre o trabalho manual e intelectual, e essa abolição constitui um passo fundamental para o avanço das lutas. Como afirmava um trabalhador de Setúbal ao COMBATE, *Chegou o momento de acabar com a impressão de que só os doutores conseguem resolver os nossos problemas* (COMBATE: nº9, p.6). É essa consciência que permitirá aos trabalhadores não esperarem por salvação exterior a sua luta, e assim,

tomarem a responsabilidade da autogestão.

As lutas coletivamente organizadas que abarcam a participação de todos/as afetam o âmago do capitalismo, pois, segundo a concepção de BERNARDO, a exploração da mais-valia não é apenas uma extorsão de valor, mas uma privação de conhecimento. A compreensão que os capitalistas manifestam do modo de produção decorre da sua capacidade de comandá-lo e organizá-lo centralmente (1991:332). Nos processos de autogestão, os/as trabalhadores/as vão adquirindo a consciência necessária para prosseguir no combate, assim, em muitos casos, puderam identificar quem e o quê nesse processo atua como empecilho ao desenvolvimento da luta operária. Pelo mapeamento das lutas autônomas que ocupam as páginas do COMBATE, os trabalhadores desenvolveram críticas massivas contra os intermediários técnicos e administradores; considerando-os uma classe que não produz, mas que organiza a produção, afirma um trabalhador da GPA (Grupo de planeamento e arquitetura) numa mesa-redonda com trabalhadores da SETENAVE, TAP e TRÓIA:

Acho que a classe operária, os trabalhadores, devem ter uma posição vigilante relativamente a essas posições, visto que esses técnicos burgueses são de facto uma classe periclante, tanto podem ir para um lado como para outro. De qualquer maneira, penso que, a organização autónoma da classe deve estar atenta a esse problema e deve saber em todos os momentos a jogar com os técnicos apenas como aliados da luta (COMBATE, nº12 p.4 e 5 mesa-redonda).

Para os operários da EFACEC-INEL (sul), não há dúvidas: *sabemos por experiência própria, que nas nossas lutas mais duras, a pequena burguesia, isto é, os técnicos, os administradores, os engenheiros, têm sempre tomado posição ao lado do patronato e contra a classe* (COMBATE: nº22, p.5). São muitos os momentos que, na fala dos trabalhadores ao COMBATE – por meio de entrevistas ou nos seus comunicados, fica clara essa desconfiança com os administradores e gestores das empresas. Isso porque na medida que a luta se realizava na prática, os trabalhadores percebiam que eram os únicos que podiam inverter a sua posição de explorados, como diz o nº 24 do jornal da greve da EFACEC-INEL, *a classe operária é, juntamente com todos os trabalhadores mais explorados, a única classe revolucionária* (COMBATE: nº8, p.4).

Para derrotar essa barreira, os/as trabalhadores/as haveriam de apropriar-se do conhecimento técnico e das formas de administração, ainda que modificassem essas

formas com o desdobramento das lutas, já que, como verifica um operário da Tróia, *a burguesia continua a reclamar-se proprietária da técnica, da decisão política, da decisão econômica* (COMBATE:nº11, p.5). Como medida para inverter essa situação, os trabalhadores da construção civil demonstraram a preocupação de *organizar, dentro das empresas, quadros técnicos da nossa confiança capazes de se apossarem das mesmas na altura adequada* (COMBATE: nº5 p.1).

A autogestão é uma fonte de novos ensinamentos, sobretudo por mostrar que a gestão proletária da economia tem de ser profunda e radicalmente diferente das formas de gestão capitalista⁵². Quando são os/as trabalhadores/as a organizar a produção e romper com a disciplina da empresa, inaugurando relações sociais de outro tipo, baseadas no coletivismo e na democracia operária, apresentam um modelo social alternativo ao sistema capitalista onde substituem a alienação pela compreensão por parte dos/as trabalhadores/as de todo o processo produtivo, além de caminhar no sentido oposto à divisão da sociedade entre os que mandam e os que obedecem.

As experiências de autogestão também ressignificam o espaço da fábrica, é o que acontece quando os/as trabalhadores/as tornam os locais de trabalho um espaço aberto para a visita e troca de experiências com trabalhadores/as de outras empresas, com a população em torno da fábrica, com grupos e coletivos de esquerda, jornais de trabalhadores, etc. Assim, rompem com o caráter fechado das empresas capitalistas; nas

52 São as relações entre as fábricas autogeridas e a sociedade que faz com que as empresas estabeleçam perguntas do tipo: “o quê”, “como” e “pra quê” produzir. Perguntas essas que são princípios alicerces da organização social e produtiva dentro da sociedade, esses/as trabalhadores/as discutem a mercantilização do processo produtivo e a função social empreendidas pelas empresas capitalistas. Mas não é apenas a função social da produção que entra em questionamento. O lema comum a experiência da autogestão, “Ocupar, resistir e produzir”, conduz à reflexão sobre o caráter da propriedade privada, ou seja, apoiados por outros movimentos sociais que realizam a ocupação de diversos outros espaços abandonados (casas, latifúndios, prédios, centros comunitários, entre outros), os/as trabalhadores/as discutem o direito ao trabalho e o caráter absoluto de alguns direitos como o da propriedade privada de bens imóveis e dos meios de produção. Para BERNARDO, as novas relações sociais implicam a produção de outros produtos, de outra maneira, para outro consumo (1991:341). Nesse sentido, uma mesa-redonda com as empresas têxteis: EPP (Porto), SOUSA ABREU, ORNITEX, MANUEL DA SILVA e o G.A (grupo de apoio às fábricas em autogestão) em maio de 75, tinha como tema: *Grandezas e Misérias da Autogestão*. Em certo momento, questiona um trabalhador: "Parece que nós estamos a fabricar produtos independentes de eles serem precisos ou não". Essa discussão continua numa entrevista do COMBATE à Cooperativa Novo Rumo, nas palavras do trabalhador C: "(...) fazíamos uns bonecos, umas bugigangas (...) mas tem que acabar, o superflúo acaba mesmo" (COMBATE: nº25 p.1,2 e 6). Na Candidinha, as trabalhadoras modificaram o estilo das roupas que fabricavam: "em vez de fazer vestidos luxuosos, começamos a fabricar vestuário mais prático e acessível" (Comunicado da C.T da Candidinha publicado no COMBATE: nº25, p.6).

Fora de Portugal, um exemplo importante, nos apresenta João BERNARDO (1991:337-338), é o que demonstraram os trabalhadores da LIP (França) quando, em julho de 1973, um negociante do Kuwait propôs a compra à vista de 30 mil relógios montados autonomamente pelos grevistas. Sob o ponto de vista material, essa contribuição resolveria muitas dificuldades mas, para os trabalhadores em luta, era o ponto de vista social o determinante, por isso recusaram a proposta e continuaram a vender os relógios diretamente aos trabalhadores de outras empresas.

palavras de SARDÁ:

O mundo da fábrica é fechado em si mesmo, sendo as relações com as outras empresas mantidas no aspecto estritamente comercial. As empresas ocupadas mantinham a porta aberta exatamente para permitir que os trabalhadores entrassem em relação direta com outros trabalhadores e categorias, possibilitando a criação de novas formas de luta e a sua propagação para outros setores (2006:201).

O fortalecimento da identidade coletiva fez com que os/as trabalhadores/as, reunidos/as nos organismos coletivos, identificassem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca, rompendo com o individualismo e a hierarquia. Em Portugal, não foram poucos os esforços dos trabalhadores em estabelecer a ligação entre as empresas autogeridas e entre essas e as unidades coletivas de produção e ainda com as comissões de moradores dos bairros populares⁵³. A urgência da unificação era sentida pelos trabalhadores, como está expresso no informativo da Sogantal: *Camaradas, não podemos permitir que tentem isolar as lutas destas e de outras lutas. Os nossos problemas são os mesmos de todos os trabalhadores. Só unidos e organizados os resolveremos* (COMBATE: nº6, p.11). Porém, mesmo com os esforços dos/as trabalhadores/as em estabelecer a ligação entre as empresas autogeridas e entre essas e as comissões de trabalhadores e moradores, a unicidade das lutas não desenvolveu um processo amplo e geral, a não ser no interior das unidades de produção, pois aí verificava-se que os/as trabalhadores/as conquistaram a sua autonomia e estiveram unidos/as na luta. No entanto, no que se refere à ligação das diversas lutas autônomas, nos diz o COMBATE no seu 29º Editorial,

Até agora, os trabalhadores têm lutado independentemente da tutela dos partidos, do Estado ou dos sindicatos no interior de cada empresa ou ao nível dos bairros. Mas, sempre que se trata da ligação com os trabalhadores de outras empresas ou de outros bairros, têm sido os partidos ou as instituições estatais e sindicais a servir de veículo dessa união. Parece-nos ser este o principal atraso do movimento operário.

⁵³ Depois do 25 de Abril, aparece uma estrutura que será denominada Inter-empresas, na qual se desenvolverá a ligação entre diversas Comissões de Trabalhadores e de diferentes empresas (COSTA, 1979:259). No depoimento de Manuel Monteiro, trabalhador da empresa Cergal na altura da revolução, assim está: *Para nós, que em grande parte não estávamos filiados em nenhum grupo nem partido, a Inter-empresas era vista como um esboço de soviets, órgãos apartidários mais combativos que os sindicatos*; porém, depois da manifestação contra a entrada no Tejo das tropas da OTAN, organizada pela Inter-empresas em 7 de Fevereiro de 75, afirmou o trabalhador: *foi também o seu fim, porque os activistas foram todos para os partidos (...) eu já não quis nada com o PCP e liguei-me à UDP. Muitos operários como eu que estavam nesse processo aderiram a essa altura*. In, RODRIGUES, Francisco Martins. O Futuro era Agora! (1994:26).

Aliado ao problema da não realização da unidade das lutas autônomas, os/as trabalhadores/as enfrentam a oposição dos meios de comunicação e à repressão do governo provisório quanto as suas lutas. Repressão por condenar as lutas dos/as trabalhadores/as como reacionária, organizando para isso campanhas nos meios de comunicação contra as greves e contra as empresas que tomaram para si a produção. Mas é fundamentalmente como resposta ao crescimento da luta autônoma dos/as trabalhadores/as que se dá uma incessante escalada da repressão. O COPCON (Comando Operacional do Continente), criado em julho de 1974 pelo MFA, aparece como uma necessidade para o poder ter ao seu dispôr um corpo armado, perfeitamente disciplinado e eficaz na dissuação das lutas operárias (COMBATE: nº23, p.3).

Segundo PANNEKOEK, o capitalismo só consegue controlar indivíduos desorganizados⁵⁴. Quando a classe operária consegue organizar-se num corpo capaz de realizar ações diretas e unificadas, alheias às formas de organização tradicionais, chega a hora da revolução. Em Portugal, são muitos os casos, documentados nas páginas do COMBATE, em que a polícia tentou reprimir fábricas em greve ou fábricas ocupadas e em autogestão, mas que tiveram sua ação paralisada pela solidariedade da população e de trabalhadores de outras empresas - como no relato ao COMBATE das operárias da ARTEDU:

dia 17 de fevereiro fomos surpreendidas pela polícia (cerca de 30) que arrombou a porta e nos ameaçou de porrada e de prisão. Nós pedimos ajuda e em menos de 10 minutos estava a rua cheia de povo e estivemos das 10h da manhã até as 3h da noite a discutir até que a polícia se foi sem ter conseguido fechar a fábrica (COMBATE: nº20, p.5).

A burguesia portuguesa esforçava-se neste momento por reorganizar e modernizar a sua economia, tão abalada com os longos anos do fascismo. Precisa reunir todas as suas forças para o grande "arranque".

Não possuindo gestores e tecnocratas em número suficiente e devidamente habilitados, nem uma tecnologia suficientemente avançada (na maioria dos casos), a sua margem de manobra é pequena, para poder fazer face a grandes reivindicações dos/as trabalhadores/as sem diminuir a produtividade (COMBATE: nº7, p.1 – Comunicado da TAP).

54 PANNEKOEK, Anton. *Sobre a organização dos trabalhadores*. Textos *CONTRA-A-CORRENTE*, s/d, p.8 e 9.

Segundo o COMBATE, a crise governamental que atravessa a burguesia *resulta fundamentalmente de divergências quanto a um ponto: qual a melhor maneira de reprimir o movimento operário ascendente e qual deve ser o estabelecimento das novas instituições burguesas no País?* (COMBATE - Editorial nº 4).

O desenvolvimento do capitalismo, que se processa através da fórmula da mais-valia, está sempre aberto aos conflitos sociais; nesse sentido, o enquadramento e o controle da força de trabalho no processo de produção deve ser garantido em todos os âmbitos possíveis. Para isso, o capitalismo desde sempre recorreu às armas como a principal forma de manter os/as trabalhadores/as em controle; assim foi com o regime fascista que, como expressão autoritária do capitalismo, inaugurou junto com o seu governo a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que depois transformou-se em Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), uma rígida estrutura de perseguição e repressão à classe trabalhadora e à oposição ao regime salazarista. Mas as lutas sociais portuguesas pautaram toda a remodelação do capitalismo português, pois, na conjuntura revolucionária das lutas autônomas, em 1974 e 1975, as classes dominantes teriam de repensar as formas de repressão, muito além da repressão policial clássica, outros mecanismos de controle tiveram de ser implementados.

Evidentemente o recurso às armas e à repressão continuaram a fazer parte do cotidiano das lutas, porém, uma série de medidas burocráticas foram ganhando prestígio pelo êxito que atingiram no seu propósito de afastar os/as trabalhadores/as do caminho que vinham traçando. Enquanto o PPD, representante da indústria moderna ou em modernização, desejava que amplos poderes fossem utilizados para reprimir o movimento operário e para abafar o seu desenvolvimento, a política das tendências reformistas não assenta na repressão direta, mas no desenvolvimento de um aparelho sindical burocratizado, que se substitua às massas trabalhadoras na luta. Assim, das grandes correntes que se chocavam no governo provisório, nos diz o COMBATE, *ambas estavam de acordo com a necessidade de manter a 'ordeira' passividade entre os trabalhadores, só divergindo nos métodos* (COMBATE, Editorial nº4, 19/07/74).

Mas não são apenas as instituições alheias a classe operária a funcionar como obstáculo e nem apenas os mecanismos de controle colocados em prática pelos governos provisórios que contribuíram para a recuperação das lutas. Em muitos casos, analisa o COMBATE no seu suplemento sobre os seis meses de luta autônoma, de 13 de janeiro de 1975, a comissão de trabalhadores limita-se a servir de intermediária entre o sindicato relativamente ao proletariado, limita-se a dizer o que os trabalhadores

gostariam que fosse feito e a dizer aos trabalhadores o que o sindicato decidiu fazer (um caso destes se passa na Abel Alves Figueiredo, entre outros); noutros casos, é a própria comissão de trabalhadores que é reacionária devido ao fato de os seus membros se destacarem dos trabalhadores por serem mais bem remunerados ou até mesmo não sendo operários da linha de produção (esse foi o caso da Charminha, que a comissão era integrada por pessoal de escritório).

Há ainda comissões de trabalhadores compostas por operários não privilegiados e bastante combativos, mas que reproduz o sistema de funcionamento dos sindicatos burocratizados, como na Propam em que a comissão de trabalhadores não informava aos trabalhadores os resultados das suas negociações com o Ministério do Trabalho, e os trabalhadores não se importavam em não serem informados (COMBATE: nº14, 13/01/75). Aí já vemos um caso extremo de abandono por parte dos trabalhadores do seu papel na luta. Há também muitos casos em que a comissão se isola da base, mas não por ser reacionária, ou outra coisa, mas pelos trabalhadores terem caído numa certa apatia. Daí, as comissões tomam toda a iniciativa das lutas e os trabalhadores se afastam do trabalho prático direto e passam apenas a assistir o trabalho feito pelas comissões⁵⁵. Há trabalhadores que, nos diz o jornal da greve do GPA,

não compreendendo que a melhor forma de resolver os seus problemas é a integração numa frente coletiva com o patronato, procuram a solução através de atitudes individuais sem ligarem os seus problemas aos problemas dos outros (COMBATE: nº8 p.7).

Dessa maneira, vemos que as comissões burocratizadas, antes órgãos representativos e controlados pelos/as trabalhadores/as mas que passaram a reproduzir internamente o sistema de hierarquia entre os que mandam e os que obedecem, acabam por ser integradas no sistema capitalista. Assim, os problemas internos de degenerescência das instituições trabalhadoras acabam por contribuir para a recuperação ideológica das suas lutas pelo capitalismo. Com relação às tentativas de integração das lutas pelos sindicatos burocratizados e pelos partidos reformistas, o que é muito importante de se evidenciar no processo português é que as lutas só foram controladas quando não mais eram expressões autônomas dos trabalhadores, quando, por vários dos motivos citados, os/as trabalhadores/as já não eram os/as protagonistas das lutas.

⁵⁵Ver Editorial do Suplemento do COMBATE: Meio ano de lutas e de desenvolvimento da luta autônoma dos trabalhadores. Nº 15, de 17 de janeiro de 1975.

Apesar de tudo isso, a classe trabalhadora em Portugal, percebendo o modo como o governo “revolucionário” se posicionava diante as lutas, o boicote do mercado capitalista, a posição dos administradores e intermediários, a repressão, as organizações sindicais e da esquerda e extrema-esquerda a atuar na desmobilização das lutas, as calúnias dos meios de comunicação, dentre outros elementos, pôde desenvolver a sua consciência de classe, a sua posição política contrária ao Estado, quer dizer, há na prática das lutas sociais uma totalidade contrária ao sistema capitalista; foi possível observar isso através da imprensa produzida pela classe operária, nos textos e nas falas dos trabalhadores que identificaram no Estado o seu principal inimigo. Para o COMBATE, o que essas lutas traziam de novo era, entre outras coisas,

a possibilidade e a necessidade sentida pelos trabalhadores de dar passos decisivos fora e independentemente das organizações sindicais e políticas (...) os trabalhadores começam a compreender que os seus problemas não são os da fábrica, mas os de todas as fábricas e deram um passo no sentido da afirmação pública da desnecessidade de sindicatos, de partidos e do Estado (COMBATE, nº23, Editorial).

A auto-organização das lutas em Portugal atingiu grande parte da classe trabalhadora, desenvolvendo-se nos bairros e no campo. Porém, o COMBATE parte da análise de que é impossível atingir um processo mais amplo de transformação se essas práticas mantiverem-se isoladas; a prática da autogestão implica necessariamente na sua generalização e na desestruturação permanente do Estado e de todas as instituições do capitalismo. O processo português demonstrou aos trabalhadores que não se trata de trocar dirigentes por outros, de operar com formas gerenciais mais ou menos democráticas, de transformar a propriedade privada pela estatal. A autogestão só tem sentido se alterar o sentido do próprio trabalho, tornando-o tão importante quanto a participação política nos assuntos do bairro e da cidade. Como afirmou Marx, a luta econômica e luta política estão unificadas, pois a dominação política dos trabalhadores pressupõe o fim da sua escravidão social (MARX E ENGELS, citado por SARDÁ, 2006:195). É nesse sentido que o jornal COMBATE afirmava que a emancipação dos trabalhadores só seria possível se realizada pelos próprios trabalhadores.

3.2. Lutas sociais nos bairros – as comissão de moradores

A empresa capitalista fundamenta-se na individualização e na hierarquização e,

por ser o local que concentra a exploração de grande parte da força de trabalho, reproduz para o conjunto da sociedade o seu modelo disciplinar. Por outro lado, o coletivismo e a horizontalidade que os/as trabalhadores/as inauguram via comissões autônomas no interior das empresas, consolidam um outro modelo de relações sociais diferentes da disciplina capitalista. Dessa forma, os conselhos autônomos de trabalhadores/as surgidos inicialmente no espaço da fábrica, esparramam-se para outros setores da sociedade, constituindo-se num amplo processo de organização e movimentação popular.

O rebento do movimento popular nos bairros advém de severas condições de habitação das classes trabalhadoras portuguesas durante os últimos anos do regime fascista⁵⁶. O surto da industrialização nos anos sessenta se apresenta como alternativa para o desemprego crônico dos campos,

sobretudo no Sul, onde o sistema latifundiário da propriedade mantém um exército de reserva permanente entre os assalariados agrícolas. Milhares de famílias instalam-se nos velhos e novos centros industriais – Lisboa, Barreiro, Porto e Setúbal⁵⁷.

Atraídos pela perspectiva do emprego, os trabalhadores do campo vêm, na sua maioria, desaguar nos bairros de lata na periferia das grandes cidades. A modernização econômica começa a traçar sua arquitetura social: verifica-se aumento considerável da população nos centros urbanos e uma diminuição da população rural. O desenvolvimento do capitalismo com a concentração de maquinaria e o reforço das condições técnicas exigidas, levaram a proliferação, nas *favelas* das grandes cidades, de uma vastidão de construções clandestinas que iam formando diversos 'bairros' sem o básico de infra-estrutura necessária (transportes, redes de esgoto, serviços de água e eletricidade).

Em Lisboa e no Porto⁵⁸ já havia antes do 25 de Abril uma luta pela melhoria das

56 Em 1966, em dez milhões de portugueses, seis milhões, dos quais cinco milhões habitavam em regiões rurais viviam sem água ou sem eletricidade, sem esgotos ou sem casa de banho. Trinta e três mil famílias viviam em bairros de lata, 68% dos quais na região de Lisboa e 8% no Porto. 60% do total dessas famílias habitavam as zonas urbanas. Além disso, 450.000 famílias viviam amontoadas em habitações sem conforto (BRUNO, 1983:156).

57 Em março de 1980, o coletivo do COMBATE publica pela editora *Contra-a-Corrente* um estudo conjunto de L. LEITÃO, A. DIAS, J.MANUEL E L.DIANOUX a respeito das lutas sociais urbanas, com o título: *Movimentos Urbanos e Comissões de Moradores – Portugal (1974-76)*.

58 Segundo NASCIMENTO, na cidade de Porto, a questão da habitação tinha características especiais: herança de alojamentos que remontavam à revolução industrial do século XIX: as “ilhas” insalubres; a superpopulação e a super-exploração nos velhos bairros do centro da Cidade (às vezes 7 a 8 pessoas por peça, sem equipamento sanitário); os guetos periféricos, construídos pelo fascismo depois da Guerra e, sobretudo, após 1956 (60.000 pessoas vivendo em um total de 10.000 apartamentos distribuídos em 26

condições de habitação e contra a repressão. Durante as décadas de 1950 e 1960, o governo dessa última cidade teria realizado um programa de construções que desalojava os moradores dos bairros pobres do centro, deslocando-os para bairros periféricos, conhecidos como bairros Camarários. Em Setúbal, o desenvolvimento industrial nas décadas de 1960 e 1970 resultou numa intensa concentração operária, o que proporcionou uma ligação direta entre as comissões de moradores e as comissões de trabalhadores a partir do Comitê de luta da cidade (BRUNO, 1983:157).

O COMBATE abrange nas suas edições a combatividade das lutas nos bairros, publica os comunicados e boletins dos/as moradores/as, realiza com estes/as entrevistas e mesas-redonda. No seu nº 10, aparece um comunicado sobre as lutas urbanas em Lisboa e no Porto. Nesse comunicado, um grupo de moradores do Bairro Icesa (Lisboa) reivindica creches e parques, um lugar no bairro que possam descansar:

Nós vivemos num bairro que não tem zonas verdes nem parques infantis ou creches. Os nossos filhos ficam na rua quando nós vamos para as fábricas e oficinas (...) Ainda por cima nos lugares em que se poderiam fazer creches e parques estão a construir mais prédios (COMBATE: nº10 p.8).

Num primeiro momento, as reivindicações urbanas que mais aparecem são de carácter social: creches, transportes, saúde, atividades culturais, etc.

A esse movimento reivindicativo, rapidamente outras demandas coletivas começam a fazer parte do cotidiano dos/as moradores/as de diversos bairros. A formação de reuniões com os/as moradores/as e daí a organização autónoma destes/as em Comissões de Moradores, eleitas nas assembleias populares, serão os próximos passos organizativos que o movimento popular dará em torno de melhores condições de habitação e de vida nos bairros pobres da cidade, numa situação em que os/as trabalhadores/as moram longe do local de trabalho, pagam os transportes e as casas são más e caras. O editorial nº12 do COMBATE está voltado à questão das lutas urbanas:

não é por acaso que os trabalhadores são expulsos das zonas centrais das cidades (ilhas e subalugas) e obrigados a habitarem os anéis periféricos das mesmas. A cidade, centro de 'comércio' e 'cultura' por excelência, só é acessível aos trabalhadores que habitam as zonas periféricas durante os fins de semana (...) Além de viverem longe do centro da cidade, os trabalhadores são distribuídos nas zonas periféricas, onde habitam de forma a que seus camaradas de trabalho não se concentrem na mesma zona habitacional. Impedindo-os assim

de discutirem sobre os conflitos surgidos nos locais de produção. Grande parte dos chamados 'tempos livres' dos trabalhadores é gasto em transportes morosos e aborrecidos, destinados a vencerem o espaço que separa o local de trabalho do local onde habitam (Editorial nº12, p.3).

Não apenas as más condições de moradia e reivindicações sociais dos habitantes referentes ao espaço da cidade ganham fôlego, mas as ocupações de casas vazias se torna uma poderosa arma para aqueles/as sem condições de pagar aluguel e em situação precária de moradia: *em maio de 1974 cerca de 2.000 casas são ocupadas em todo o país. Já em 11 de maio teria sido eleita a primeira comissão de moradores num dos bairros de lata de Lisboa, com a participação de 230 famílias* (MATTOSO s/d p. 107). O que vemos é que, apesar de todas as tentativas de isolamento e parcelização dos/as trabalhadores/as, estes/as souberam encontrar na sua luta formas organizativas autônomas adequadas à realidade concreta. Nos diz o COMBATE que,

desde as comissões de moradores eleitas e controladas pelos habitantes do respectivo bairro, até à transformação dos centros sociais em locais de discussão dos seus problemas, os trabalhadores têm-se oposto ao isolamento que o sistema lhes opõe e à integração pelo poder democrático (Editorial nº12).

Seguindo a decisão de agirem por si mesmos/as, diz um comunicado da Inter-Comissões de Bairros de Lata de Lisboa e arredores,

moradores de alguns bairros decidiram por conta própria e passaram a ocupar casas desabitadas ou em construção; a isso foram forçados por suas necessidades e pela não resolução dos seus problemas por parte do governo (COMBATE: nº24, p.5).

A movimentação nos locais de habitação foi mais expressiva em fins de 1974 e em 1975. No suplemento do COMBATE nº 15, de 17 de janeiro de 1975, aparecem 42 casos de lutas nas empresas e apenas 5 casos de lutas nos bairros (Bairro Chelas em Lisboa, Bairro do Cerco, S. João de Deus e um prédio da Subaluga no Porto e, Bairro do Castelo Velho em Setúbal). Nesses casos, os moradores denunciam as condições de habitação a que estão submetidos e desenvolvem ações diretas de ocupação de casas, realizam assembleias populares e, em todos os casos, os/as moradores/as chamam para a junção de novos bairros ao movimento. O principal deste movimento concentra-se em Lisboa-Setúbal, mas tem manifestações em todo o país. Segundo Costa, a principal

característica da movimentação de moradores, antes do 28 de setembro⁵⁹, é voltarem-se para a ocupação de bairros em construção ou já acabados e que se destinavam aos moradores dos bairros de lata. Assim, essas ocupações não colocavam em causa o direito da propriedade, já que eram casas municipais. Porém, depois do 28 de setembro, mais estruturadas as comissões nos bairros, é que o movimento de ocupação de casas desabitadas se intensificará e atingirá a especulação imobiliária, na base do qual numerosos senhorios conservam fechadas as suas casas (1979:279).

As ações diretas dos moradores e as suas formas de ação e organização (assembléias, eleição de comissões, ocupação de casas e da Câmara; criação de cooperativas de habitação e de consumo, de centros sociais de encontro, atividades culturais, parques, etc) logo foram se ampliando para outras cidades além de Lisboa, Porto, Faro, Coimbra, Braga, Setúbal. Em geral, é nos bairros pobres que se formaram as primeiras Comissões de Moradores. Aos poucos a população percebia a importância de se articular com outras lutas, seja nas fábricas ou no campo⁶⁰.

Em 1966 o governo de Salazar contabilizava a necessidade de quinhentas mil casas populares para 'resolver' os problemas, número que em fins de 1974 atingia quinhentos e trinta e um mil; a questão da habitação era essencial para os/as trabalhadores/as portuguesas na Revolução dos Cravos, tanto é que, os novos dirigentes pós-25 de Abril compreenderam isso articulando soluções institucionais que permitissem evitar a euforia popular e a continuidade da autonomia presente nas organizações dos/as moradores/as.

Nessa perspectiva, o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), organismo público de financiamento neste setor, lança, em 6 de agosto de 1974, o S.A.A.L (Serviço Ambulatório de Apoio Local). Esta instituição consistia-se num

59 Em 28 de Setembro, o setor à esquerda do MFA aborta o golpe fascista na base da manutenção da unidade contra os Spínolistas. Para o COMBATE, as massas trabalhadoras, tendo embora a percepção clara da necessidade de boicotar a manifestação fascista encabeçada por Spínola, foram mantidas na ignorância do essencial do que se passava e eram chamadas a tarefas limitadas e limitativas da sua ação. Editorial nº8, 11/10/74

60 Ainda que essa articulação não se desenvolveu de maneira unificada e autônoma, deu alguns passos: Em novembro de 1975, as comissões de moradores do Porto iniciaram um debate que levou a um sistema de 'troca direta' com os camponeses do Norte: vendas de produtos agrícolas diretamente aos moradores. A Comissão de Moradores de Igreja Velha, no Porto, buscou a possibilidade de venda aos camponeses dos produtos de fábricas de autogestão ou sob controle das comissões de trabalhadores. Estes laços solidários foram comuns; a cooperativa de Cortiços, perto de Mirandela, constituída no final de 75 pela ocupação de terras; em abril de 76, várias fábricas de Lisboa se cotizaram para enviar um trator a Cortiços e 300 operários vieram a Lisboa para levar o trator para cooperativa. Desta forma, negociando entre si, os trabalhadores criavam um 'mercado autogestionário' (NASCIMENTO, s/d. p.232).

corpo técnico especializado que deverá apoiar, por intermédio das Câmaras, as iniciativas das populações mal alojadas, a fim de colaborar na transformação dos seus próprios bairros por meio do investimento dos recursos existentes e eventualmente monetários (BRUNO, 1983:157).

O projeto do S.A.A.L visava institucionalizar o movimento social nos bairros como opção às “ocupações selvagens” que contribuíam para a instabilidade social do governo provisório. O campo de ação desse organismo articulava-se em torno das questões de apropriação dos terrenos para a implantação dos bairros; da realização de infra-estrutura – saneamento mínimo; controle dos financiamentos, normas e tipos de créditos a ser concedidos aos moradores e, por fim, estabelecia medidas de planificação urbana que, em geral, são anteriores ao 25 de Abril (BRUNO, 1983:161-162).

Este projeto, nos diz LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX,

lançado pelo arquiteto Nuno Portas, próximo da esquerda socialista, correspondia a necessidade de buscar uma saída rápida para o problema da habitação. O poder não tinha capacidades financeiras e políticas lhe dar a solução clássica dum programa de construções. Era por isso que o S.A.A.L assentava na idéia da autoconstrução (1980, p.6).

A proposta era de que o Estado forneceria o apoio técnico e material, mas a força de trabalho deveria ser dos/as moradores/as. No entanto, diz o comunicado da Inter-Comissões de Bairros de Lata e Pobres de Lisboa,

os moradores foram rejeitando as medidas anti-populares propostas como por exemplo a auto-construção, que para além de ser uma forma de sobre-exploração e divisão dos moradores que continuam a viver em barraca, vai contribuir para o agravamento da situação dos empregados postos na rua pelos capitalistas (COMBATE:nº24, p.5).

O COMBATE (editorial nº12) vem denunciar a proposta do governo provisório que, para resolver o problema da habitação, quer fazer com que os trabalhadores construam as suas próprias casas, com a ajuda de funcionários pagos para o efeito. A esse respeito, os/as moradores/as atribuem ao poder público as responsabilidades pelas más condições sociais de habitação, recusando-se a pagar a “solução” com a sua exploração. Assim está no caderno reivindicativo da Inter Comissões acima citada,

Depois de um dia inteiro de trabalho para encher os bolsos dos

capitalistas teríamos de ficar até às tantas a trabalhar na construção de casas! (...) O projecto das cooperativas de Habitação Económica do governo é uma maneira de fugir aos encargos de financiamento e construção de novos bairros. Permite controlar melhor as justas reivindicações populares, descarregando sobre as cooperativas toda a responsabilidade de construção de novos bairros⁶¹.

Houve uma recusa geral da idéia de auto-construção, por isso, foi na maioria das vezes cooperativas de trabalhadores da construção civil no desemprego que assinaram com o S.A.A.L os contratos de construção dos novos bairros.

O S.A.A.L, enquanto projeto governamental, não podia aceitar a autonomia do movimento de ocupações de casas e das movimentações dos moradores como um todo, pois a sua razão de ser era exatamente a de integrar esses movimentos na planificação central dos técnicos governamentais. Para o COMBATE os S.A.A.L,

ao nível dos bairros, é a estrutura que também tem como objetivo tirar o poder de decisão e de organização autónoma dos trabalhadores, que aparece com as decisões, com os projetos concretos, com a maquinaria, que pede os empréstimos... (COMBATE: nº50, p.15).

Tratava-se de canalizar a onda de protestos que começava a criar formas autónomas de organização para dentro de um projeto articulado a partir de cima, tentando tirar da população o poder de organização da luta e utilizar-se da mão-de-obra gratuita.

Mas, há de se notar que a dinâmica do S.A.A.L não foi a mesma ao longo do tempo que existiu. Num primeiro momento, esse órgão desenvolveu um trabalho importante junto aos moradores, promovendo a criação de centros culturais e, em alguns casos, contribuiu para o incentivo de jornais locais (1983:163). Nas discussões entre os moradores e o COMBATE através das mesas-redondas, está presente a consideração dos moradores quanto ao trabalho do SAAL, em que muitos o vêem como trabalho importante, principalmente nos processos de expropriação de terrenos e de financiamentos para as construções. Diz um morador de S. Pedro da Cova ao COMBATE,

Quando pedíamos um engenheiro para ver uns tubos que

61 Caderno reivindicativo da Inter-comissões dos bairros de lata e pobres de Lisboa, extratos publicados na *Vida Mundial*, Lisboa, 31 de julho de 1975. In. LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, *Movimentos Urbanos e Comissões de Moradores – Portugal (1974-76)*. Editora Contra-a-Corrente, março de 1980.

pretendíamos usar para o saneamento, os gajos arranjavam-nos. O mesmo aconteceu quando pedimos um projecto para a casa da caldeira (...) A nossa impressão em relação ao S.A.A.L, isto é quanto à brigada que trabalhava cá, é que nos ajudavam sempre (COMBATE: n°50, p.14).

Por outro lado, algumas comissões de moradores mantiveram-se receosas quanto ao envolvimento com o S.A.A.L, como podemos ver na mesa-redonda que o COMBATE organizou entre as Comissões de Moradores da Foz do Douro e S. Pedro da Cova. Nesse debate, os integrantes dessas duas comissões discutem demoradamente a respeito da ligação com o S.A.A.L; os representantes da Foz do Douro entendem que, se for preciso, recorrerão a este organismo, contudo, não vêem a necessidade de se ter um vínculo constante, com vistas a garantir a sua autonomia:

Nós não estamos ligados ao S.A.A.L, ou antes, não estamos dependentes do S.A.A.L como acontece com a maioria das comissões de moradores; Nós somos uma comissão de moradores tal qual está previsto no documento-guia do MFA: a comissão de moradores com vista ao verdadeiro poder popular. Uma comissão de moradores com o verdadeiro poder das bases, que não quer se manipulada directa ou indirectamente por uma cúpula que pode ver os problemas em conjunto mas não vê os problemas verdadeiros de determinadas zonas (COMBATE: n°30, p.4 e 5).

As próprias populações, nos diz LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, nunca se deixaram iludir no que se refere à funcionalidade do S.A.A.L, sempre consideraram este como um organismo ligado ao Estado. Como afirma um membro do Conselho Revolucionário do Porto⁶²,

Tem de haver um organismo a estabelecer a ligação entre nós e o governo. As C.M devem ser totalmente autónomas do aparelho do Estado. O S.A.A.L faz parte desse aparelho. No entanto, nós temos de considerar que ele é composto de técnicos mais ou menos progressistas que se põem ao lado dos moradores (...) eles devem seguir os moradores, não pôr-se à sua frente.

Porém, no projeto de planificação urbana desenhado pelo S.A.A.L, só receberiam os benefícios e os auxílios depois que os/as moradores/as se organizassem

62 O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto (CRMP) foi o órgão coordenador das Comissões de Moradores e bem depressa representou uma força face à crise na Câmara, e foi sob pressão do CRMP que os militares assumiram a gestão da Câmara. Mais tarde, inverter-se-ão os papeis e são os militares e o PCP que levaram o CRMP a participar no conselho municipal, órgão 'consultivo', fazendo aí entrar igualmente os sindicatos e outras instituições reformistas; assim, iniciaram o processo de decomposição do CRMP. Ver, LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, 1980, p. 21.

em Associações de Moradores ou cooperativas, o que de imediato consistiu numa hábil estratégia de cooptação já que, diz ao COMBATE um morador de S. Pedro da Cova,

no problema específico da construção de novas moradias, quem quiser uma nova casa tem de ser obrigatoriamente membro da Associação (...) A passagem das Comissões de Moradores para Associação era de toda a conveniência por questões jurídicas, não há nada que diga quem são os gajos que pertencem à Comissão de Moradores, enquanto que uma Associação é diferente (COMBATE: nº50, p.5).

Assim, o respaldo jurídico da Associação aparece como garantia das ocupações realizadas. Segundo Lúcia BRUNO, isto mostra a falta de solidariedade entre as diversas comissões, que as leva de forma isolada a procurar proteção na legalidade instituída (1983:164).

Junto à associação, era necessário por lei que tivessem estatutos. Continua o morador na mesma entrevista: *Além de ter os estatutos tem de ter o regulamento interno. Os estatutos já dizem sobre as quotas dos associados e a maneira do seu pagamento é decidido em assembleia geral. Só tem direito a casa os associados* (COMBATE: nº50 p.5). Temos aí outro grande problema, já que a legalidade das associações trouxe consigo a divisão dos moradores entre os associados e não-associados. Quanto aos estatutos, o COMBATE preocupou-se com a maneira que eram estabelecidos, quer dizer, seriam estes baseados nos problemas do cotidiano ou propostas feitas pelos intermediários do Estado (S.A.A.L e seus agentes e técnicos governamentais)? Para o COMBATE apenas na luta prática têm-se o fundamento da consciência, e aí, o estatuto aparece como resultado e não como pré-requisito para o avanço das lutas, e as associações, passaram a cumprir uma função meramente voltada para a prestação de serviços.

Ainda referente à passagem das Comissões de Moradores para Associação, diz na mesma entrevista outro morador de S. Pedro da Cova ao COMBATE,

uma das razões, volto a dizer, são os subsídios. Só eram concedidos às Associações. Além disso surge agora uma outra coisa porreira que se nós fôssemos C.M. não teríamos. Acontece que a Câmara está na disposição de arrumar pura e simplesmente com as C.Ms. Ignorá-las. Enquanto que às Associações vai passar uma credencial para, inclusivamente, poderem assistir às Assembleias de Freguesia. Mais uma prova da conveniência de nós deixarmos de ser C.M. para passar a ser A.M. (COMBATE: nº50 p.5).

Infiltrando-se diretamente nas formas organizativas da população, o projeto do S.A.A.L pôde conduzir um processo burocrático com muita eficiência, pois estava em contato direto com a realidade nos bairros. À pergunta se o trabalho do S.A.A.L era só técnico, um morador de S. Pedro da Cova responde ao COMBATE:

Não era só técnico, também tinham duas assistentes sociais que promoviam reuniões quase semanalmente com os moradores e iam de casa em casa a fazer inquéritos, fazendo com que as pessoas fossem aparecendo na Associação de Moradores (idem).

Outro morador complementa: *Tratavam de uma gama grande de assuntos (...) queriam fazer tudo dentro de uma ordem, quer dizer, não queriam estragar terrenos, não queriam estragar estradas, não queriam implantar casas onde não podia ser* (COMBATE: nº p.16). Pelas falas dos trabalhadores, o S.A.A.L tinha uma importância concreta, portanto, uma existência legitimada pela base, *essa coisa de ingressar no S.A.A.L interessa porque eles oferecem técnicos e além disso interessa-nos a expropriação* (Mesa-redonda C.M da Foz e S. Pedro da Cova, COMBATE: nº30, p.5).

Um órgão criado para orientar “soluções” para os problemas que os/as moradores já haviam mapeado e tentado resolver com seus métodos diretos (ocupação de casas e estabelecimentos, manifestações, etc), consegue, por meio do processo de passagem das C.Ms. para as Associações, cumprir a missão de integrar as iniciativas autônomas dos moradores no aparelho central do governo, que, desmoronada as suas antigas instituições, contava agora com o *aproveitamento burocratizado das iniciativas dos trabalhadores* (COMBATE: nº50 p.3). A inserção das Comissões de Moradores ao aparelho governamental precedia de duas condições: que a unificação das lutas autônomas não se processasse independentemente⁶³, mas que fosse promovida pelo Estado através do S.A.A.L e que as relações sociais do movimento perdessem cada vez mais o caráter de autonomia, desenvolvendo formas burocratizadas e elitistas (BRUNO, 1983:168). Quando as estruturas sociais são abaladas - mas não o suficiente para caírem

63 Apesar das tentativas dos/as moradores em desenvolver a integração das suas lutas (como fez a Inter-Comissões de Bairros que chegou a agrupar 24 comissões de moradores e que esteve ligada com as comissões de ocupantes, foi a mais importante das formas de ligação entre diversas comissões), nunca se chegou a desenvolver a união das diversas comissões de moradores e a constituição de organismos coordenadores da sua acção comum. Em Lisboa, a reunião de parte das Comissões de Moradores conduziu a uma importante manifestação em 17 de maio de 1975, sob a palavra de ordem <Casas sim, barracas não> e pelo direito à habitação. Mas ela não originou um aumento dos esforços de ligação das diversas comissões. Ver COSTA, Ramiro da. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal (1820-1975)*. Cadernos Peninsulares, Ensaio Especial. Ed. Assirio e Alvim, Lisboa, 1979. p.274

- o Estado tenta reestruturar-se criando novas instituições. Assim vemos que, a prerrogativa dos S.A.A.L, nos diz o COMBATE,

fazia parte da necessidade de edificação do novo aparelho central do poder, que na sua edificação aproveitam, para algumas reformas parcelares, a energia do movimento espontâneo das massas que então surgia, mas moldando essa energia a objectivos centralizadores: ou seja as instâncias executivas intermediárias e de base são *pensadas* contando com a iniciativa das massas populares, com a condição absoluta dessas iniciativas não se unificarem autonomamente, não se desenvolverem em instituições que escapem ao poder central. Pois que, quem detém a gestão e a planificação da globalidade dos processos particulares, tem também o controle em última instância desses processos particulares (COMBATE: n°50, p.11)

O S.A.A.L atuou desde o princípio no interior do movimento nos bairros, porém, não foi o único responsável pelo desmoronamento da autonomia que desenvolviam os/as moradores/as através das comissões⁶⁴. Para o COMBATE, como expressões do refluxo das lutas coletivas estão: o aumento da importância dos partidos (o antipartidarismo só existe enquanto o movimento prático é dominante e impede os trabalhadores de se dividirem por interesses ideológicos que são alheios aos seus problemas fundamentais); a influência dos caciques (proprietários) locais, e a integração na perspectiva de *prestação de serviços* que era a do S.A.A.L, perspectiva que confirma a separação relativamente ao movimento prático das massas populacionais (COMBATE: n°50 p.9).

Sendo-lhes a maior parte das vezes mais fácil intervir nos locais de habitação do

64 É importante referir-se à composição social dos membros do S.A.A.L em que a maioria dos seus membros são oriundos da classe média, e são portanto absolutamente estranhos às populações e aos bairros em que intervêm. Por outro lado, vemos no estudo de LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, o S.A.A.L não foi um serviço centralizado e burocrático e nunca teve uniformização de métodos ou mesmo na composição das brigadas. Aí se viam muitas vezes militantes da extrema esquerda (UDP, MES, LUAR, PRP, entre outros), mas também da esquerda tradicional ou ainda outras pessoas bem diferentes. Havia também uma certa participação de esquerdistas apartidários; não se pode dizer que uma dado grupo político como tal tenha imposto a sua linha. Os autores que aqui nos baseamos ressaltam que o S.A.A.L foi objeto de um ataque violento das organizações maoístas ortodoxas, que, nas suas palavras, *nessa altura faziam muito barulho e denunciavam o desperdício de dinheiro ocasionado pela admissão de dezenas de esquerdistas no SAAL. Afirmavam que esse projeto era um fracasso e que iludia a população com promessas não cumpridas.* Não significa necessariamente que essas críticas eram infundadas, porém, *o que eles criticavam era o facto de não se tratar da sua própria política.* Por parte do PCP, o projeto do S.A.A.L nunca encontrou apoio declarado, mesmo que muitos militantes de base do Partido tenham participado a título individual. Pode claramente afirmar que o PCP nunca apoiou o projeto porque nunca o pôde controlar. Durante os cinco primeiros governos, o Partido, bem implantado no aparelho de Estado, boicotou o projeto e só começou a apoiá-lo depois do 25 de novembro de 1975, quando o movimento de moradores já caminhava para a desmobilização e as ações de repressão se desencadeavam mais intensamente. Ver, LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, *Movimentos Urbanos e Comissões de Moradores – Portugal (1974-76)*. Editora Contra-a-Corrente, março de 1980.

que nas empresas, os militantes profissionais dos grupos esquerdistas (UDP, MES, LUAR, PRP, entre outros) elegeram as Comissões de Moradores como foco de disputa política. Nos bairros pobres, com frequência trabalhadores mais politizados são eles próprios membros de partidos políticos, no entanto, nos momentos mais intensos de agitação coletiva nos bairros, é ao nível das estruturas de coordenação (as intercomissões), que o controle dos grupos políticos mais se faz sentir⁶⁵.

Nas entrevistas do COMBATE com moradores de bairros diferentes, percebemos que a questão dos interesses partidários foram causas importantes para a desmobilização das lutas:

Tivemos aí uma fase que a população aderiu a tudo. Fizemos estradas, arruamentos, fizemos uma ponte... e não se fez mais porque no meio disto tudo começou a haver desvios. Começou a haver partidos... Começou a coisa a desviar-se e aqui começou a dar-se o impasse (Morador B, Porto da Paiã, COMBATE: nº50 p.12).

Continua o morador: *seguindo a velha tendência em dominar as lutas como critério de lutar, os partidos de esquerda, ao levar as suas questões em detrimento dos assuntos da população, levou muita gente a afastar-se* (Idem).

No prosseguimento da entrevista com moradores do Porto Paiã, vemos relatos de boicote de alguns partidos à ação autônoma dos moradores, como narra o morador A,

Posso citar um caso que mostra o boicote de determinados partidos: realizámos aqui um dia do campo, como todas as outras comissões, na ligação cidade e campo e o que depois infelizmente aconteceu foi que houve uma mobilização muito grande da população (aproximadamente 10.000 pessoas), mas as cooperativas fizeram um boicote a estas iniciativas e não apareceram cá (...) Houve alguém que as procurou desviar para outros lugares, uma vez que esse dia de campo não tinha cariz partidário (...) Inclusivamente até a Junta da Freguesia que inicialmente tinha dado apoio a essa iniciativa, mas retirou-o depois de saber que não era do partido que ele representavam

65 Por trás do *apartidarismo*, fachada indispensável num período apartidário do movimento social, muitos militantes da extrema-esquerda atuaram em instituições de coordenação das comissões, como nas Comissões Revolucionárias Autônomas de Moradores de Lisboa. Com uma existência muito efêmera, essa coordenação tinha um secretariado constituído por 20 membros que representavam cerca de 36 comissões, maioria composta por velhos bairros urbanos de Lisboa; a sua criação foi fruto da iniciativa da Associação dos Inquilinos de Lisboa, cuja direção estava nas mãos de elementos do PRP, que defendiam o apartidarismo, comissões independentes, etc; a mesma medida que contribuíam para o afastamento da população das discussões e provocavam a aproximação da coordenação com o aparelho de Estado, através da esquerda militar (inserida no COPCON). Os trabalhadores não se colocam contrários ao secretariado, mas passam a abandonar o movimento que se tornou uma estrutura sem base real nos bairros. Para a Inter-comissões de moradores pobres e de bairros de lata de Lisboa, no secretariado das Comissões Revolucionárias Autônomas de Moradores havia *pessoas com uma orientação partidária e que nem sequer são ocupantes*. In. LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, 1980, p.19-20.

(COMBATE: nº50 p.9).

Quando existe mobilização coletiva nas bases, a ação divisionista dos grupos esquerdistas é superada pelas organizações autônomas dos/as moradores/as, mas, quando o movimento refluí, as organizações que surgiram no processo da luta direta se burocratizam, mais ou menos rapidamente (BRUNO, 1983:171). A burocratização das comissões está fadada a acontecer sempre que a população deixar de ser ela a conduzir a direção ativa do movimento, assim passa a formas de contestação mais isoladas e individualistas⁶⁶; quanto aos ativistas, na perspectiva do COMBATE, uns separam-se dos trabalhadores (muitas vezes entrando para um partido, administração local) e outros mantêm os seus ideais revolucionários mas caem em contradição entre, por um lado, o que desejariam fazer e, por outro lado, a passividade do movimento coletivo dos trabalhadores (COMBATE, nº50 p.9).

Nas últimas entrevistas que o COMBATE realiza, já em contexto de refluxo das lutas em geral, está presente a situação de uma desmobilização por parte da população, que já não se identifica com os rumos que as suas organizações tomaram. Nesta situação, os/as trabalhadores/as não desenvolveram formas de crítica ativa e maciça à burocratização, não desenvolveram paralelamente a unificação autônoma das lutas (COMBATE: nº34, Editorial). As intercomissões de bairros, embora criadas por iniciativa de base, foram cedo controladas pelos partidos ou pelas burocracias locais, pois grande parte dos processos começaram a definhir. Assim, todas as formas de crítica que então se manifestaram tiveram a forma do desinteresse e da passividade perante as iniciativas das comissões de moradores burocratizadas. Na visão do COMBATE, *é a passividade, mesmo temporária e parcial, das massas o grande factor de burocratização* (Editorial, nº34).

Na véspera do golpe de direita de 25 de novembro de 1975, a crise das C.Ms era o sinal mais evidente da perda de fôlego do movimento social. Não há dúvida que o quadro institucional que o poder tinha imposto às comissões, por meio do projecto SAAL, entre outros, era um dos motivos desta separação crescente entre as bases e as

66 O COMBATE analisa o caso do Boletim nº8 da Associação de Moradores de Massarelos, nas suas palavras: "Se retermos as transcrições feitas em COMBATES anteriores dos Boletins desta Associação, dar-nos-emos certamente conta de grandes alterações dos primeiros para estes últimos, sobretudo para este nº8. Vêm agora os artigos assinados em nome individual, sem um único texto colectivo. Deverão os jornais de bairro privilegiar a divulgação dos que melhor escrevem? Não seria mais importante dar a conhecer o que pensam os moradores, fazendo transcrições do que eles dizem como o dizem e do que fazem (ou deixam de fazer)? Porque não entrevistar moradores? (...) Por agora, temos apenas interrogações que apontam no sentido de perceber qual foi/vai ser a função dos órgãos como as comissões e as Associações de Moradores (...). Jornal COMBATE: nº37, p.2.

direcções. Porém, nos afirmam LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX,

seria demasiado fácil explicar a evolução burocrática das comissões e a sua manipulação partidária pelo simples jogo das organizações políticas ou de sectores do poder de Estado (...) Devemos também buscar as raízes de tudo isso nas atitudes e na mentalidade dos trabalhadores (1980:28).

As lutas urbanas convivem com um elemento indispensável em qualquer análise, se refere a heterogeneidade na composição social do movimento. A presença de elementos pertencentes a classes sociais distintas terminou por dificultar a unidade dos moradores na luta, em que muitas vezes coexistiam reivindicações distintas e contraditórias, como diz um morador de Porto da Paiã ao COMBATE:

O que existe, e que é concreto, é que numa zona que está dentro da mesma área geográfica há duas zonas distintas: uma zona que já tinha água, luz, esgotos, estradas alcatroadas – podemos considerá-la média burguesia – e uma zona onde não existe nem água, nem luz, nem esgotos... E aí existe aí a divisão. Os senhores lá debaixo o que é que fizeram nessa altura: uma pista "Tartan" e uma piscina para tomarem banho e as pessoas cá de cima precisam de uma casa para habitarem, precisam de estradas... As pessoas lá debaixo não se sentem ligadas à luta das cá de cima (...) Uma coisa é certa, as pessoas não se metiam na luta porque não tinham essa necessidade. As pessoas lutavam por coisas muito diferentes (nº50, p.13).

Mas, não apenas a diversidade na composição do movimento agiu como entrave nas lutas, como também os limites das reivindicações apresentadas. Consideremos como exemplo a luta dos bairros de lata de Lisboa que, mesmo habitados por camadas operárias mais precarizadas e de origem rural recente, constituía-se de comunidades com grande homogeneidade social. A Intercomissões que agrupava as comissões desses bairros teve um importante destaque autónomo, como podemos ver num trecho de seu caderno reivindicativo:

recusamos entre nós as comissões de bairros pobres que se encontrem na dependência dos partidos e das Juntas. Nós distinguimo-nos dessas comissões porque os dirigentes do nosso movimento são efectivamente eleitos pela base e o seu mandato é revogável a qualquer momento desde que não seja apresentado e feito trabalho em benefício da comunidade (COMBATE: nº24, p.5).

Contudo, mesmo quando surgiam outras propostas de intervenção no âmbito

cultural e social, a reivindicação em torno das casas prevalecia e ofuscava outras propostas. A esse respeito, LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, nos dizem que, a partir da experiência com as brigadas do S.A.A.L,

podemos dizer que o problema das pessoas não era simplesmente se alojarem, mas de terem acesso à propriedade privada duma casa; queriam poder vender ou alugar essa casa (...) É também essa atitude que explica que muitas vezes os moradores se mostraram reticentes perante as novas formas arquitectadas pelo S.A.A.L para os novos bairros, onde se procurava criar locais de vida colectiva que quebrassem o individualismo da vivenda tradicional. Acima de tudo isso, faltou aos moradores dos bairros pobres uma visão social dos seus problemas, faltou-lhes pôr globalmente em questão o sistema social, o que lhes permitiria uma ultrapassagem dos seus interesses imediatos (1980:29).

Diferentemente dos bairros de lata em que a demanda principal esteve em torno da propriedade individual, os velhos bairros operários de Lisboa, do Porto e Setúbal, com um proletariado industrial mais desenvolvido e com forte presença de assalariados dos setores públicos, as reivindicações que diziam respeito à coletividade no âmbito social e cultural tiveram grande importância. Em Setúbal, surgiram iniciativas mais radicais, como a criação do *Centro Operário*, local de encontro entre os/as moradores/trabalhadores, desempregados, etc; no comunicado inaugural, assim escreveu um grupo de operários:

"Camaradas, o que propomos é a criação de um *Centro Operário*, onde nós, *operários, camponeses, pescadores e todos os explorados* nos possamos encontrar para expor as nossas idéias, onde perguntando a nós próprios poderemos obter respostas justas, que só a nossa classe as poderá dar" (COMBATE: n°9, p.6).

Aconteceram também tentativas de ligações com as zonas da reforma agrária, além do movimento de auto-reduções (aluguel) e reivindicações que tiveram em conta as condições difíceis da vida da mulher, por exemplo, criação de infantários (1980:31). Assim, precisamos entender que, nos bairros mais pobres, diante as condições de vida altamente precárias, a habitação constituiu em muitos casos a finalidade da luta, o que impossibilitou uma contestação mais geral do sistema e que contribuiu em muito para a recuperação das lutas urbanas dentro do projeto reformista do Estado.

A desestruturação das organizações coletivas nos bairros intensificou-se na

altura do 25 de Novembro de 1975. Logo no princípio de 1976, os despejos intensificaram-se: os proprietários recorriam à Justiça, que autorizava a intervenção da polícia para despejar os ocupantes. Segundo Lúcia BRUNO, na maior parte dos casos a reação, ou antes a ausência de reação dos ocupantes punha em relevo o papel legalista das comissões, bem como o isolamento dos ocupantes nesse momento (1983:172).

Não podemos deixar de levar em conta que o movimento de ocupação de casas, as discussões coletivas sobre os problemas da habitação e do consumo, a criação de centros culturais, clínicas populares, creches, jornais de bairros, dentre outros, ressalta Lúcia BRUNO, *pré-figuravam formas autogestionárias do social pelo coletivo dos trabalhadores, através das suas instituições autônomas*. No entanto, continua a autora, *a burocratização e o refluxo das lutas no setor da produção acabaria por se estender a toda a sociedade, limitando as possibilidades de expansão da luta nos bairros* (Idem, p.174). Para o COMBATE, as comissões burocratizadas não conseguiram arrastar consigo as massas proletárias, o que é um fato muito importante e que revela o avanço objetivo do proletariado contemporâneo. As lutas autônomas nos bairros, assim como as lutas nas empresas, só foram controladas quando suas organizações já haviam deixado de ser a expressão livre do/as trabalhadores/as auto-organizados/as.

3.3. Poder trabalhar à vontade: as lutas autônomas no campo.

A Revolução de 25 de Abril foi acompanhada de longe pelos camponeses. As notícias do golpe do MFA foram recebidas através dos rádios, da televisão e da imprensa. Pelo distanciamento das populações rurais relativamente aos centros urbanos, estas não puderam participar diretamente nas manifestações e na vida política que explodia nesse momento em Portugal. No entanto, as contradições sociais intensas que se verificavam nas regiões latifundiárias do país conduzirá, como afirma COSTA, *àquela que será a mais importante das conquistas populares, a Reforma Agrária* (1979:275).

Durante a normalidade das publicações do COMBATE, este dedicou pouco espaço as lutas dos/as trabalhadores/as rurais, e, para compensar, a sua última publicação, em fevereiro de 1978, é uma brochura de 66 páginas dedicadas as lutas sociais no campo. Essa brochura está dividida em duas partes: na primeira, entrevistas com elementos de quatro comunidades agrícolas e na outra, uma análise sobre a estrutura agrária de Portugal antes da revolução e sobre vários aspectos das lutas e da

reforma agrária.

O latifúndio como base do modelo agrário português já havia contado com manifestações dos camponeses no Sul do país; especificamente, o jornal aborda a tradição de luta do proletariado rural alentejano que, antes mesmo da existência de manufaturas em Portugal, continua o COMBATE,

já nos séculos XVII e XVIII a movimentação 'sindical' entre os assalariados agrícolas do Alentejo, para a fixação do preço a que venderiam a sua força de trabalho, revelara uma vastidão e uma violência muito grandes, suscitando os protestos e os receios dos grandes proprietários da época. Essa luta manteve-se constante e, durante a primeira república, travaram-se no Alentejo das mais importantes lutas grevistas e, ao longo dos cinquenta anos de salazarismo, o proletariado agrícola alentejano teve a honra, a sangue conquistada, de encher boa parte das salas de Caxias e Peniche⁶⁷.

O movimento de ocupação de terra que forçou os governos provisórios a decretarem a reforma agrária, teve sua força na região sul do País, onde se concentravam as zonas de latifúndio, ou seja, zonas de maior concentração proletária: das 1.305 propriedades com mais de 500 hectares, 1.233 se situam nos distritos do Sul, Lisboa, Santarém, Castelo Branco, Évora, Beja, Setúbal e Portalegre. No Norte, quase toda a população agrícola pertence ao setor do produtor isolado e a pequena propriedade é o sistema agrícola dominante. A estrutura e os problemas do Norte eram absolutamente diferentes dos do Sul.

A estrutura do latifúndio em Portugal resume-se à propriedades com grandes superfícies de terrenos que em grande parte são utilizadas em culturas agro-florestais; baixa produtividade; pequeno número de mão-de-obra; baixa produção animal e um modesto nível de maquinaria⁶⁸. Segundo o Inquérito sobre as explorações agrícolas de

67 O COMBATE se refere a duas prisões políticas do Estado Novo salazarista, prisão de Caxias e o Forte de Peniche. In. COMBATE, nº51. *As lutas sociais no Campo*. Fevereiro de 1978, p.51. Durante os anos de 1911 e 1912 houve uma série de greves gerais em todo o Alentejo, reivindicando aumentos salariais. Em 1918 houve uma greve nacional em que participaram operários e camponeses em protesto contra o alto custo de vida. Após a segunda guerra mundial houve várias greves generalizadas, mas foi em 1962 que se verificou a greve mais organizada e reivindicativa. O objectivo desta greve era a instituição das oito horas de trabalho diário e a obtenção de melhores salários, principalmente para trabalhos especializados, como a extracção da cortiça. Há que salientar nesta greve e noutras movimentações o papel importante do Partido Comunista Português (P. C. P.). Durante o período fascista, o Partido Comunista foi a organização política clandestina mais forte e melhor organizada. O papel do Partido Comunista no Alentejo e as péssimas condições de vida dos trabalhadores criaram uma grande consciência política, que se manifestou claramente logo após a alteração do regime político, em 1974. In. ESTRELA, A. de Vale. *A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses: uma revisão crítica*. Análise Social, vol. XIV (54), 1978 p. 236.

68 Podemos ter uma idéia da posição internacional que Portugal ocupava neste domínio ao vermos que, o número de tractores por 100 ha de superfície arável era, em Portugal, de 0,7, sendo de mais de 16 na

1968, havia em Portugal 811.665 explorações agrícolas, distribuídas por 5 milhões de hectares. Do número total, cerca de 9.200 ocupavam uma superfície superior a 2,5 milhões de hectares. Em contrapartida, 480.000 explorações ocupavam cerca de 350.000 hectares. A grande concentração de terras se dava essencialmente na região Sul, onde as propriedades com mais de 500 hectares estavam concentradas: num total de 625 propriedades entre 500 e 1.000 ha, os distritos do Sul (Beja, Évora, Faro, Santarém, Portalegre, Setúbal e Lisboa) possuíam 576 (FERREIRA, 1997:253). As propriedades com menos de 4 ha representam mais de 77 % do total de propriedades, mas ocupam apenas 15 % do solo agrícola.

A economia agrícola de tipo latifundiário no período de Salazar e Caetano foi caracterizada pela persistência de um baixo nível de emprego e de um alto grau de proletarização. Grande parte da mão-de-obra empregada nas explorações era temporária, o que significava instabilidade para os/as trabalhadores/as que recebiam apenas quando ocorriam as sementeiras, a debulha, colheita de azeitonas, da cortiça e corte de madeira. Quanto aos trabalhadores permanentes (vaqueiros, pastores, carpinteiros, etc), recebiam salários muito inferiores aos aplicados no resto do país, porém, tinham a “vantagem” de receber os salários durante todo o ano.

A intensificação da miséria impulsionou o abandono do campo por muitos trabalhadores, seja para irem para outros países (cerca de 1.500.000 trabalhadores portugueses, maioria de origem camponesa, emigraram entre 1960 e 1974) ou para os grandes centros urbanos de Portugal. Embora o número absoluto de trabalhadores agrícolas tenha decrescido entre 1960 e 1970, aumentou o número de assalariados rurais por patrão: *com efeito, a proporção assalariados/patrões era de 10:1 em 1960, mas em 1970 era de 26:1* (ESTRELA, 1978:227).

O despovoamento no campo resultou na reconversão do proletariado agrícola e do campesinato pobre em proletariado urbano. Segundo FERREIRA, isso se verifica claramente nos dados do INE (Estatísticas Agrícolas, 1976) em que os distritos onde predominava o latifúndio viram a sua população decrescer no período de 1960 a 1970, respectivamente 18% em Évora, 25% em Beja, e 22% em Portalegre. No mesmo período, mais no sentido inverso, o desenvolvimento da urbanização dos distritos de Lisboa e Setúbal traduziu-se, respectivamente, num aumento da população de 19% e de 24% (idem, p.259).

Alemanha, de mais de 7 em França, até quase 2 na Grécia e de mais de um em Espanha. Esses e outros dados ver COMBATE, nº51, p.41.

Para o COMBATE, a situação que se percebe da economia agrícola antes da Reforma Agrária pode ser definida por uma palavra: estagnação. Como evidência dessa situação, temos que, no período entre 1960 e 1972, o crescimento anual da produção industrial foi de 9%, exatamente o verificado na produção agrícola entre 1954 e 1963, ou seja, a produção industrial cresceu anualmente o que a produção agrícola crescia numa década (nº51, p.40). A repartição da propriedade fundiária em Portugal, criando por um lado, um grande número de explorações agrícolas de superfície muito pequena e, por outro lado, um pequeno número de grandes latifúndios que ocupavam a maior parte da terra cultivável, impossibilitou que se criasse uma classe de capitalistas rurais que pudesse levar a cabo o desenvolvimento produtivo da agricultura. Havia pois, um impasse entre o crescimento do setor industrial e a paralisia da economia agrícola. A estagnação de lucros na agricultura afastava o capital industrial dos investimentos no campo, e, pela condição do crescimento industrial acelerado, a estrutura arcaica da economia latifundiária não poderia ser mantida sem comprometer irremediavelmente o próprio desenvolvimento da indústria. A indústria em expansão precisava aumentar o consumo interno, e exigia para isso uma dinâmica capitalista na agricultura, o que, para o COMBATE,

comprometeu o equilíbrio tradicional entre latifundiários e industriais no seio da classe dominante. Estas contradições haviam chegado a uma situação quase explosiva durante o marcelismo, e ainda aqui o 25 de Abril veio resolver ao capitalismo português problemas prementes (COMBATE, nº50, p.46).

Como pôde então o Estado Salazarista manter por tanto tempo uma situação de paralização da economia agrária? Primeiramente, as instituições corporativas do regime foram todas dominadas pelos grande proprietários, que assim também dominavam os créditos agrícolas; foi também muito notável o atrofiamento dos sindicatos agrícolas, do direito à associação e do direito à greve. Simultaneamente, nos diz FERREIRA, para compensar as insuficiências de emprego, Salazar criou nas zonas latifundiárias obras públicas (hospitais, estradas, escolas, entre outras) que atenuava uma parcela do desemprego (1979:258). Segundo o COMBATE, juntamente com o subsídio dos preços à produção, aos latifundiários era tradicionalmente deixado o controle de certos ministérios (principalmente o do Interior) e os investimentos do capital industrial e financeiro na agricultura do continente eram vetados e canalizados para as colônias, onde desenvolviam grandes explorações agrícolas (CUF com as oleaginosas, o grupo

Champalimaud com o açúcar e café, o Banco Nacional Ultramarino com algodão, café e outras produções) (nº51 p.45).

O sistema de créditos concedidos às explorações agrícolas no período salazarista foi outro elemento importante para manutenção do sistema latifundiário em Portugal. Entre 1963-1968, enquanto que só 0,6% das explorações de superfície entre 0,05 e 1 hectare recorriam ao crédito por parte das entidades bancárias particulares, esse número crescia para 21% nas explorações de área superior a 200 ha. Os organismos de crédito estaduais e de crédito agrícola mútuo funcionavam de maneira idêntica ao da banca privada, tanto é que, nos dados relativos aos pedidos de crédito para o setor público, só menos de 1,3% explorações de superfície entre 0,05 e 1 hectare recorriam, enquanto que nas explorações superiores a 200 hectares, esse número eleva-se para 37%. Em suma, conclui o COMBATE,

as cooperativas de crédito mútuo, os organismos de lavoura, as instituições de crédito públicas e as estaduais serviam sobretudo para garantir aos grandes e muito grandes proprietários rurais uma estabilidade de rendimentos e uma situação de baixos preços tabelados dos produtos agrícolas de consumo básico (Idem).

O crédito não significou em nenhum momento o desenvolvimento do capitalismo agrário, contribuiu, pelo contrário, para a manutenção da paralisia econômica do setor agrícola, onde os pequenos proprietários foram anulados de qualquer financiamento.

A seguir ao 25 de Abril, começam a se organizar os sindicatos rurais, porém, o que vemos é que esses novos sindicatos (ou Comissões pró-sindicatos, fortemente sob a influência do PCP) passaram a defender posições muito mais moderadas do que as que defendiam os trabalhadores que partiam para a luta direta. Vemos que em Montoito, a primeira reivindicação dos trabalhadores referia-se a salários iguais para todos, enquanto que o sindicato buscou a conciliação com os agrários, defendendo a manutenção dos leques salariais. Diz um trabalhador de Montoito ao COMBATE:

salários baixos e desemprego são alguns dos factores de descontentamento dos trabalhadores, mas não são os únicos. Têm consciência nítida da exploração a que estão submetidos. Por isso, não recuam na sua luta, pelo contrário, avançam pressionando o sindicato para a resolução dos seus problemas. Com as negociações em ponto morto e como os agrários não cedem, os diversos apelos, feitos pelo secretariado do sindicato: *não recorram à greve, não parem os*

serviços porquanto quando for preciso uma greve o Secretariado decretá-la-á e as greves podem prejudicar-nos muito são ignorados pelos trabalhadores (COMBATE: n°7 p.2).

Assim, em fins de maio de 74, cerca de 200 trabalhadores rurais do Alto Alentejo, em Montoito, articularam-se para exigir ao patronato um aumento dos seus baixos salários e pela igualdade de salários para todos os trabalhadores do sexo masculino. Essa é a primeira movimentação referente ao campo que aparece no COMBATE. A reação patronal negou o aumento para os trabalhadores braçais e, numa tentativa de divisão dos trabalhadores, concedeu aumento somente aos tratoristas, com vistas de vir a utilizar-se desse restrito número de trabalhadores como intermediários nas negociações com o restante do proletariado. Porém, os tratoristas mantiveram-se ao lado dos demais trabalhadores e recusaram-se a receber os aumentos. Em 24 de junho, após a resposta negativa dos agrários, os trabalhadores de Montoito entraram em greve total. A seguir, trabalhadores/as de Nossa Senhora de Machede, Vendinha, Reguengos de Monsaraz e região de Monte da Virgem também iniciaram movimentações reivindicativas (COMBATE: n°3 p.7).

No rescaldo do 25 de Abril, a luta dos/as trabalhadores/as rurais se deu em torno da demanda por melhores salários, das 45 horas semanais e pelo estabelecimento de acordos de trabalho. Para os/as trabalhadores/as agrícolas alentejanos, com uma percentagem elevadíssima de trabalhadores/as temporários, as greves e diversas outras formas de luta correspondiam a uma necessidade emergencial de garantir a sobrevivência.

No Sul de Portugal, até 1974, os assalariados rurais foram o único agrupamento social a protestar contra as suas más condições de vida. Embora as condições de vida dos pequenos agricultores, rendeiros e parceiros também fossem más, estes mantiveram-se passivos durante os períodos de agitação e contestação. Para ESTRELA, uma importante razão para isso se verifica em os pequenos produtores agrícolas utilizarem a mão-de-obra familiar na produção de bens para consumo doméstico e só em pequena escala para venda. Todavia, a sua participação no mercado era insignificante e um boicote ao mercado teria diminutas consequências para a economia. Estavam por isso em fraca posição negocial perante o Estado para obtenção de aumentos de preços e serviços. Já os trabalhadores assalariados têm a possibilidade de recusar o seu trabalho (1978:234).

Diante as movimentações reivindicativas o patronato agrícola, em fins de maio

de 74, criou a ALA (Associação Livre dos Agricultores) numa primeira tentativa de organizar-se diante a intensificação dos conflitos rurais. Entre julho e dezembro de 74, sob pressão dos sindicatos, foram assinados pelo Ministério do Trabalho e pela ALA uma série de convenções de trabalho temporário nos distritos de Beja, Évora e Santarém. As conquistas obtidas pelas convenções de trabalho provocou uma melhoria nos salários, que em média passaram de 120\$00 para as mulheres, de 160\$00 para os homens e de 190\$00 para os maquinistas. O horário de trabalho foi fixado em 45 horas semanais, com parte da tarde de sábado e domingo para o descanso. Certamente essas vantagens não abarcavam todos os distritos onde predominava o latifúndio, esses acordos não integraram os distritos de Faro, Castelo Branco, Setúbal e Lisboa (FERREIRA, 1997:263).

Para os grandes latifundiários, aceitar pagar essas regalias para os trabalhadores significava o fim dos seus “lucros fáceis”, por isso, além da maioria descumprir os contratos coletivos de trabalho, procuraram sabotar a produção e desviar os capitais. Esta prática, nos diz FERREIRA, concretizou-se na venda de gados, na recusa de ceifar, debulhar os cereais e apanhar a cortiça, o que provocou, no mês de agosto de 74, um aumento enorme de desemprego principalmente para os trabalhadores eventuais e também para os alugadores de máquinas, a quem os latifundiários recusavam a concessão de pequenas searas que habitualmente cultivavam. Nesse momento, o desemprego no distrito de Évora atingiu o número de 2.993 desempregados oficiais e 5.000 potenciais, o que ocasionou um profunda crise do setor agrícola na região do latifúndio. Mesmo com a intervenção do MFA pela constituição de Comissões Paritárias (com delegados sindicais, representantes do patronato e dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho) na tentativa de resolver a situação com as convenções coletivas, os/as trabalhadores/as rurais e os tratoristas seguiam uma via bem mais eficaz e nada conciliatória, começaram a ocupar as terras: estatísticas oficiais mostraram que em 8 de Agosto de 1975⁶⁹, 206.645 hectares de 330 diferentes propriedades latifundiárias tinham sido ocupados por 6.000 trabalhadores (MAILER, 1978:126).

As ocupações desenvolveram-se a margem dos sindicatos, atingindo primeiro as herdades abandonadas, mas passando rapidamente à ocupação das herdades cultivadas, apoderando-se simultaneamente das máquinas agrícolas e do gado (COSTA, 1979:276).

69 É certa a ocupação de terras já em fins de 1974, embora os únicos dados sistematicamente recolhidos, até a data em que o COMBATE publica a sua edição sobre as lutas no campo, em Fevereiro de 1978, dizem respeito unicamente ao período a partir de Janeiro de 1975, e isto só no distrito de Évora (nº51, p.45).

Resultante de um complexo de problemas que se resumem ao sistema latifundiário, a reforma agrária teve no desemprego o seu estímulo inicial⁷⁰. À crise no latifúndio assistiu-se também à crises no setor industrial (sobretudo nos ramos da construção civil e da indústria têxtil), o que provocou que boa parte de operários que trabalhavam nos centros urbanos voltassem novamente às suas terras e, juntamente com o movimento de trabalhadores agrícolas, procuraram garantir o trabalho e o salário indispensáveis para a sobrevivência.

Em termos gerais, foram nas zonas do latifúndio, quer dizer, zonas de mais forte proletarização agrícola e com número maior de desempregados que primeiro iniciaram as ocupações coletivas das terras. Para MAILER,

as ocupações apresentam de mais notável o fato de que nunca se falavam em dividir a terra. Resultado da luta autônoma do proletariado agrícola, a terra seria trabalhada e possuída pela aldeia em seu conjunto (1978:127).

Nas áreas ocupadas, que depois se transformaram em Cooperativas ou Unidades Coletivas de Produção (UCP's), as decisões geralmente eram tomadas em assembleias gerais onde todos/as discutiam os problemas abertamente e buscavam as soluções que lhes fossem necessárias; as reuniões eram facilitadas pelo fato de todos/as viverem na mesma aldeia, ou em locais vizinhos e de se conhecerem a muito tempo. Por isso, para além das discussões referentes aos assuntos das cooperativas, era ainda possível a discussão informal, o que aproximava mais os/as trabalhadores/as.

Cada unidade de produção teve uma comissão de gestão composta por membros eleitos pelas comissões de trabalhadores, representando as explorações agrícolas que formaram as UPC's e cooperativas. As comissões eram eleitas em assembleia geral de trabalhadores, porém, é claro que, em muitos casos, a constituição dessas comissões foi imposta e controlada pelos sindicatos, e estes controlados pelos partidos; porém, no período mais intenso de ocupações, durante o verão de 1975, os/as trabalhadores/as se auto-organizaram independentemente das estruturas sindicais e partidárias e, muitas vezes, abertamente contrários às intervenções destas organizações no interior das suas lutas. Podemos ver nitidamente esse aspecto nas entrevistas feitas pelo COMBATE com

⁷⁰ Tanto é que, analisa o COMBATE, depois das ocupações e relativamente às áreas transformadas em cooperativas e unidades colectivas de produção, o número total de trabalhadores tivesse aumentado de 184% (antes das ocupações: 22.600; entre 1975 e 1976: 71.900 e, entre 1976 e 1977: 64.200) sendo esse aumento muito maior relativamente aos trabalhadores permanentes (311%) do que aos eventuais (79%), o que revela o aumento da segurança de emprego (nº51 p.45).

duas cooperativas diferentes. Em Barcouço, na cooperativa Cobar, composta por 46 pequenos agricultores, afirma um trabalhador:

Convém dizer que somos rigorosamente apartidários e isto é muito importante. Não admitimos qualquer tutela política aqui dentro e ninguém pense aqui vir pôr o dedo, porque nós aceitamos as ajudas de todos, venham elas donde vierem, mas aceitamos ajuda desinteressada, verdadeiramente humana, mas nada mais.

Pergunta o COMBATE a este trabalhador porque é que pensa assim, e ele responde:

Porque já vi uma cooperativa que é controlada por um determinado partido político e reparei que em muitos casos os interesses do partido são postos acima dos interesses da cooperativa. Vi outra cooperativa de facto apartidária e vi que eles trabalham simplesmente para que o povo se liberte da exploração (...) nós decidimos que a cooperativa seria de todos nós trabalhadores, e que não teríamos controlo de mais ninguém (COMBATE: n°41 p.5).

No Boletim *Camponeses em Luta*, produzido por um grupo de trabalhadores camponeses da UNICAMPO (União dos Camponeses Pobres de Ourentã) estes reiteram a sua posição autónoma:

Seguimos uma linha apartidária. No entanto, já houve tentativas internas de infiltração, que não admitimos; os interesses partidários só provocam discussões e, portanto, desorganização (...) O que é importante é estarmos bem unidos, conscientes e organizados (COMBATE: n°43 p.2).

Vemos que também no campo foi expressiva a autonomia das ações e das organizações dos/as trabalhadores, principalmente no que se refere às ocupações de terras; assim, o processo que desencadeou a reforma agrária resultou de uma mobilização autenticamente proletária, independente da atuação dos sindicatos e em antecipação às decisões políticas dos aparelhos partidários “de esquerda”. O próprio governo teria reconhecido esse fato, colocando no preâmbulo do decreto da Reforma Agrária, Decreto-Lei 406-A/75 que,

Este processo não constitui, no entanto, no que tem de profundo e essencial, um facto ou uma iniciativa do poder de Estado (...) Tem de construir - e em larga medida constitui-o já - obra do poder de

iniciativa, de imaginação, de organização, de luta e de trabalho dos operários agrícolas e dos pequenos agricultores⁷¹.

O intenso movimento de ocupações atingiu principalmente as regiões do Alentejo, o Ribatejo e a zona à volta do Castelo Branco. Diante o contexto de radicalização das ações no campo, o 3º Governo Provisório criou o IRA (Instituto de Reorganização da Agricultura) com a finalidade de resolver os principais problemas da agricultura portuguesa. Esse organismo apoiou diversas ocupações de terra, pois, como afirma Lúcia Bruno,

o projeto de Reforma Agrária do Estado e a legalização do processo desencadeado autonomamente pelos trabalhadores surge a partir do momento em que este se mostrou demasiado geral e profundo para poder ser reprimido. Os governantes decidiram então, reconhecê-lo para poder controlá-lo (BRUNO, 1983:129).

Além do IRA, a criação dos Conselhos Regionais da Reforma Agrária (CRRA), em 5 de julho de 1975, enquanto uma estrutura dependente do Ministério da Agricultura e Pescas, teve por objetivos a elaboração das listas de propriedades rurais que seriam objeto de intervenção estatal caso fossem mal exploradas. Estes conselhos também acompanhariam o movimento de ocupações no sentido de transformar e institucionalizar essa ação através das Unidades Coletivas de Produção (UCP's) e das Cooperativas Agrícolas. Acontece, porém, que o processo de ocupação prosseguiu fora do controlo dos CRRA, ficando o papel destes reduzido à expropriação legal de algumas propriedades que já tinham sido ocupadas há muito tempo. A ação dessas instituições se baseava no apoio institucional e no papel de intermediação entre os trabalhadores e o Estado, principalmente pela concessão dos créditos e pela organização e gestão das UCP's e cooperativas.

O Decreto-Lei nº 406-A de 29 de julho de 1975 determinou a institucionalização da reforma agrária, tendo como base a expropriação e estatização das terras pertencentes aos latifundiários. As propriedades fundiárias de 50ha com regadio e as propriedades que ultrapassem 700 ha, seriam objetos de expropriação. Para os proprietários que trabalhassem convenientemente as suas terras o decreto não seria aplicado (FERREIRA, 1997: 270). Com esse decreto, todos os trabalhadores passaram a ser assalariados. A

71 Ministério da Agricultura e Pescas, Decreto-Lei 406-A de 29 de julho de 1975. In. http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/DL_406_A_75.htm, acessado em 16 de março de 2010.

Revolução de 25 de Abril não transformou a organização agrária de Portugal. As reformas que deviam ter contemplado o setor rural - embora fosse este o sector que abarcava a maioria da população e também o setor em que era mais urgente o desenvolvimento econômico e social – foram assim adiadas (ESTRELA, 1979: 234). Temos que as ações do Estado foram decorrentes da movimentação dos trabalhadores no campo, como diz o COMBATE, *Foi a reforma agrária, e não o 25 de Abril, que marcou um corte efectivo no domínio da produção agrícola* (nº 51 p.39).

A transformação mais importante vinda com a reforma agrária no domínio das relações sociais de produção residiu na transferência da propriedade jurídica da terra, dos meios de produção e da sua gestão, que, segundo FERREIRA, passou das 'mãos' dos grandes proprietários fundiários para as 'mãos' do Estado. O instrumento dessa transferência foi a estatização da agricultura fundiária através das UCP's (1999:274). Na perspectiva do COMBATE, o decreto 406-A de 29 de julho de 1975 marca o primeiro passo para o controle estadual da reforma agrária, tentando definir limites a impôr às ocupações⁷². Porém, o controle estadual, sob o ponto de vista econômico, efetiva-se a partir de Outubro de 75, quando o Crédito Agrícola de Emergência (CAE) foi alargado para cobrir os salários dos cooperantes (nº51 p.55).

O acesso ao mercado de capitais se fazia necessário para a manutenção das áreas ocupadas, para fazer as sementeiras e alargar a área cultivada, para comprar tratores e outras máquinas, rações para o gado, construir instalações e para a manutenção da mão-de-obra através dos salários. Assim, entende o COMBATE que, a partir da nacionalização do sistema bancário com o 11 de março,

o recurso ao crédito significa sempre uma relação directa com o Estado. A necessidade de recorrer ao crédito implicaria sempre para a reforma agrária, qualquer que fosse a forma desse crédito, a dependência directa do aparelho de Estado, oferecendo ao corpo político o seu mais importante campo de manobrar para conter, orientar e reprimir a reforma agrária (Idem).

O objetivo principal do COMBATE com as entrevistas publicadas ao longo dos seus números, precisamente no número 51, foi o de analisar as novas relações que os trabalhadores desenvolviam na sua luta por reforma agrária. Referindo-se as lutas nas

⁷² Duas semanas depois do decreto 406-A, a 11 de agosto, o COPCON emitiu um comunicado proibindo as ocupações ilegais; Álvaro Cunhal declarou que as 'ocupações selvagens desarticulavam o processo produtivo', proibindo-se quaisquer ocupações de propriedades que não eram resultantes da aplicação da lei pelo Conselho Regional da Reforma Agrária (BRUNO, 1983:136).

zonas de latifúndio, pois, nas entrevistas realizadas com rendeiros nas zonas de pequena e média exploração, as lutas são constantes e muitas vezes expressivas, no entanto,

essas lutas, apesar de certas formas de solidariedade entre a vizinhança, quase sempre dão lugar a demandas judiciais (...) não se desenvolveram a partir dessas lutas movimentos maciços e, por isso, não se produziram numa escala considerável de relações sociais de tipo novo (...) é para as lutas na zona de latifúndio e para as novas unidades de produção aí surgidas que devemos olhar (COMBATE: nº51, p.58)

As relações sociais novas inauguradas pelos/as trabalhadores/as passaram a reorganizar toda a vida social e econômica nas cooperativas agrícolas ou unidades coletivas de produção. O aspecto que para o COMBATE deve ser sublinhado em primeiro lugar se refere à diferença entre os critérios proletários e os critérios capitalistas na própria gestão da produção. No interior das unidades de produção verifica-se um claro antagonismo entre a perspectiva dos trabalhadores e os critérios dos antigos agrários, que consistia em retirar de cada terra um lucro máximo imediato. Os/as trabalhadores/as pretendem sobretudo, do ponto de vista econômico, assegurar os postos de trabalho; afirmam claramente que, embora com prejuízos a nível do lucro, pretendem levar a cabo um tipo de exploração que assegure a estabilidade dos empregos, o que para o jornal revela uma mentalidade puramente proletária. Assim, a mecanização e todos os progressos de tipo técnico, afirma o COMBATE,

não são nunca encarados como uma maneira de fazer economias de força de trabalho, como concebem os critérios capitalistas, mas, pelo contrário, enquanto forma de aumentar a superfície cultivada e, desse modo, poder até acrescer o número de cooperantes (Idem).

Da mesma maneira, continua o jornal,

em lado nenhum a procura de créditos, o eventual recurso aos técnicos e às autoridades oficiais, etc., nos aparecem com o fim de desenvolver a produção só pela produção, ou seja, com vistas ao lucro. Pelo contrário, procura assegurar-se o futuro econômico de cada cooperativa porque ela aparece como a melhor garantia de uma vida nova, não só pela existência de um emprego assegurado que não transforme o dia-a-dia numa aflição quotidiana, mas de uma forma mais geral e radical – uma vida assegurada consoante critérios diferentes que se começa desde já a realizá-los praticamente (Ibidem p.65).

Considerando as elevadas taxas de analfabetismo no campo, em muitas cooperativas e UCPs os/as trabalhadores organizaram encontros de estudo, onde os trabalhadores, muitas vezes ex-operários alfabetizados, estudantes, grupos militantes voluntários, etc., dedicaram-se em “ensinar” o que sabiam e trocar conhecimentos diversos. Numa entrevista com integrantes da Cooperativa Comunal da Árgea, diz um trabalhador ao COMBATE:

Bem, depois de um dia de trabalho, vou dar umas lições para a 4ª classe, isto é um aspecto muito pequenino e muito concreto, mas para a cooperativa é extremamente importante. É esse enorme desnível de cultura entre as pessoas que tem de ser vencido, a pouco e pouco, e uma maneira de o vencer é na prática, é fazer com que aquelas pessoas que sabem muito menos passam a saber muito mais e, sobretudo, a saber coisas úteis e não coisas estúpidas que muitas vezes as pessoas lhes ensinavam (COMBATE: nº23, p.5).

Diferentemente das cidades que, apesar de os trabalhadores já terem alcançado mudanças nas relações de trabalho com inúmeras empresas em autogestão, a experiência coletiva não se estendeu a todos os aspectos da vida quotidiana, como se passou no campo. O viver coletivamente, o morar juntos, as refeições coletivas, diz o COMBATE, *aspectos antes individuais a cada família e hoje discutidos e decididos colectivamente, vêm enriquecer a experiência das pessoas* (nº23, dezembro de 75, p.1). Aos poucos, os/as trabalhadores/as rurais foram construindo espaços coletivos para reuniões, foram percebendo a importância das relações coletivas e do compartilhamento das experiências, como diz um membro da cooperativa Escoural ao COMBATE, (...) *vivemos melhor assim, e gostamos mais de trabalhar assim* (nº51 p.12).

Contudo, o processo das ocupações de terras colocou os/as trabalhadores/as agrícolas diante a tarefa de garantir a sobrevivência e portanto, produzir. A falta dum estatuto legal, de assistência técnica e especialmente de recursos financeiros para o pagamento de salários ocasionou que, no decurso dos primeiros meses, os trabalhadores tentaram superar as dificuldades financeiras vendendo o gado, madeira, vinho, cereais e outros produtos que tinham disponíveis, o que possibilitou-lhes receberem salários, porém, essa situação não podia manter-se. Consequentemente, as cooperativas e UCP's aumentaram a sua sujeição em relação ao Estado, sobretudo no que se refere a aquisição de matérias-primas (adubos, semente, maquinário, etc) e no que se refere à comercialização dos seus produtos. Segundo Ferreira, como a maior parte da produção

agrícola foi orientada para os circuitos comerciais tradicionais, não houve uma política comercial dinâmica. Pode-se afirmar que tudo o que estava relacionado com a comercialização dos produtos agrícolas não sofreu alterações de qualquer espécie (1999:279).

O Estado foi capaz de fixar os preços de venda dos produtos, enquanto as UCP's se limitaram a organizar esporadicamente vendas simbólicas de produtos diretamente ao consumidor nos centros urbanos mais próximos. Porém, esta atitude foi incapaz de contrariar o mercado capitalista e dos intermediários que comercializavam os produtos agrícolas. Além do que, em muitos momentos, a perspectiva dos trabalhadores rurais em vender mais barato os seus produtos diretamente para os trabalhadores na cidade foi atravancada pelo governo, como diz um trabalhador de S. Manços ao COMBATE,

(...) quando fomos nós lá a Lisboa com couves, feijão, repolho e mais material, o governo proibiu-nos de vender em certos sítios, porque íamos vender mais barato. Por várias vezes lá fomos, nós e outros trabalhadores, e foi o próprio governo a proibir-nos (nº51 p.13).

Ainda nessa mesma entrevista, o trabalhador coloca a possibilidade do Estado em adquirir os produtos como forma de acabar com os intermediários, o que para o COMBATE, se relaciona com a ausência de uma estrutura, a nível dos trabalhadores, coordenadora da própria gestão das várias unidades de produção e da comercialização dos seus produtos⁷³. A dependência das cooperativas e das UCP's com relação ao mercado de capitais, nos diz BRUNO, impôs-se à medida em que não foi possível estabelecer a troca direta entre os trabalhadores das diversas unidades de produção, tanto na agricultura quanto na indústria (1983:139). As novas relações sociais que os trabalhadores desenvolveram no processo das ocupações defrontaram-se com os limites do mercado capitalista.

As ocupações de terras não pararam com a implementação da reforma agrária, porém, depois de agosto de 1975 o movimento começa a perder o impulso, embora aumente o número de propriedades ocupadas. Para COSTA, isto acontece precisamente

⁷³ A ausência de uma articulação autônoma dos trabalhadores com relação a comercialização dos produtos não significou a inexistência de tentativas a esse respeito. Como diz um trabalhador de Ourentã: *Para o escoamento dos produtos temos em conjunto com o Barcouço, estabelecido contactos com C.M e C.T e com outras cooperativas de produção do sul. Com esta venda directa pretendemos colocar os produtos nas mãos dos nossos companheiros operários, mais baratos e livres de intermediária* (nº43 p.2). Há documentado no COMBATE outras ações a esse respeito, que se verificaram importantes passos na articulação e apoio das lutas. A solidariedade cidade-campo mostrou-se recíproca quando operários da Lisnave ofereceram à cooperativa do Barcouço um tractor e alfaias agrícolas. Ver artigo *Operários e camponeses: uma luta contra o mesmo inimigo* COMBATE: nº43, p. 6 e 7.

quando os sindicatos rurais passam a conduzir burocraticamente o movimento de ocupações, o que é resultado da política do Partido Comunista que procurou canalizar a torrente das ocupações como arma de pressão política afim de conquistar mais lugares nos Ministérios e nas Forças Armadas (1979:277). Nesse momento, existem em Portugal dois grandes tipos de projetos de integração da reforma agrária no capitalismo. Um desses projetos é principalmente defendido pelo Partido Comunista, e corresponde a orientação capitalista de Estado da economia portuguesa; o outro, defendido pelo Partido Socialista, assegura um papel econômico importante às empresas privadas ao lado dos setores estatizados da economia. Assim, os dois partidos que disputavam forças com relação ao controle do Estado tinha, cada qual, o seu projeto com interesses eleitoreiros particulares e buscavam apoiar-se nos movimentos sociais para impor o seu modelo (BRUNO, 1983:145).

No projeto do PCP, o desenvolvimento da agricultura portuguesa passaria por 4 fases, que, resumidamente, possibilitaria aumentar a curto prazo a superfície cultivada e assim o aumento da produção agrícola e com isso, diminuiriam as importações dos produtos alimentares e das matérias-primas de origem agrícola para assim poder-se importar meios de produção para a indústria, tornando-a mais concorrencial; daí a médio prazo a indústria poderia absorver o excedente de mão-de-obra nas cidades e no campo. Com essas medidas, a agricultura poderia diminuir seu caráter intensivo, cultivar as terras mais férteis e, ao aumento absoluto da produção, substituíria-se pelo aumento da produtividade (Idem, p.147). Nos diz o COMBATE que esse plano nunca concretizou-se, nas suas palavras,

as pressões inelutáveis sobre a economia portuguesa e a luta de classes a nível nacional determinaram a interrupção deste tipo de projectos e a sua substituição pelos projectos do Partido Socialista, que a partir do 25 de Novembro é a força política que detém a iniciativa no seio da classe dominante (nº51, p.61).

Numa primeira fase da reforma agrária, desde as movimentações a seguir o 25 de Abril de 1974 até o 25 de Novembro de 1975, o Partido Comunista encabeçava a maioria dos sindicatos agrícolas e teve papel fundamental na ações referentes ao campo desencadeadas pelo Estado, assim como teve o controle de muitas UCP's. A crise entre o modelo de reforma agrária a ser aplicado tem como marco a reunião do Conselho de Ministros, em 21 de Setembro de 1976, em que foi decidido que todas as terras

ilegalmente ocupadas tinham de ser devolvidas aos seus legítimos donos. Este processo teve o apoio do Conselho da Revolução, mas o PCP manteve sua posição contrária, o que levou à demissão do ministro da Agricultura e à neutralização da influência do PCP no Alentejo. Nas palavras de ESTRELA, *esta fase do processo caracteriza-se fundamentalmente pela tentativa do Governo de neutralizar a influência política do Partido Comunista no Alentejo, para assim poder pôr em prática a sua própria política* (1978:243). O processo de institucionalização da reforma agrária entrava em uma nova fase, onde o Partido Socialista até 1976 com pouca influência no campo, passou a partir daí a hegemonizar o controle dos sindicatos agrícolas e das decisões políticas no seio do Estado.

Foi durante a vigência do VI Governo Provisório, sob a hegemonia do PS que se realizaram as últimas explorações de terras; passou-se à legalização das UCP's e das cooperativas que o processo revolucionário tinha originado. Para COSTA, foram os compromissos assumidos na constituição do VI Governo que levaram à aceitação do princípio de concessão de reservas aos latifundiários expropriados e permitiram a conservação nas mãos dos latifundiários de mais de 500 mil hectares com direito à expropriação⁷⁴ (1979:278).

Nessa altura, o governo recorre com frequência aos meios repressivos contra as cooperativas e UCP's, mas é fundamentalmente a promulgação da *Lei Barreto*, a nova lei da Reforma Agrária, proposta pelo Partido Socialista⁷⁵ e aprovada pela Assembleia da República em 29 de setembro de 1977, o maior ataque às conquistas dos/as trabalhadores/as. A lei Barreto, diz o COMBATE (nº51 p.3), considera que as reservas devem constituir unidades econômicas rentáveis; e, se, para tal, for preciso destruir cooperativas, estas serão destruídas (art. 36, nº5). Várias desocupações de terras eram preparadas e algumas já se davam com bastante violência sobre os/as camponeses/as. A

74 A não expropriação de uma parcela tão grande como essa provocou, na perspectiva de ESTRELA, num dos maiores erros técnicos da reforma agrária; nas suas palavras, “o maior erro da reforma agrária portuguesa é a completa marginalização dos pequenos e médios agricultores, que precisam de mais terra. Tal erro é resultado da luta política que caracterizou o processo, mas actualmente há tendência para atribuir o erro à acção dos trabalhadores agrícolas e dos sindicatos. Mas os verdadeiros responsáveis são os diversos partidos políticos, em particular aqueles que tiveram influência directa na aplicação da reforma agrária, assim como os serviços oficiais que tinham essa tarefa (1978, p.247).

75 Mesmo antes da aprovação da Lei Barreto, o Partido Socialista traçava estratégias para a desmobilização das lutas no campo. Nas falas dos trabalhadores de S. Manços alertam sobre a construção de cooperativas pelo PS com o intuito de pulverizar as cooperativas em dificuldades pelo oferecimento de contratos com salários (COMBATE: nº51, p.20). O PS explorou também alguns conflitos surgidos no seio das UCP, o que levou algumas a romper com o controlo dos sindicatos agrícolas dirigidos pelo PCP e a formar o Movimento Unificado de Cooperativas. O MUC, bem como algumas ligas de pequenos agricultores, foram as organizações através das quais o Partido Socialista tentou reforçar a sua posição e tornar-se o principal partido político no Alentejo (ESTRELA, 1978: 246).

esse respeito, diz um trabalhador de S. Manços ao COMBATE,

Quando veio a intervenção da G.N.R. (Guarda Nacional Republicana) – foi aqui a primeira propriedade em que intervieram – foi na altura em que o Dr. Mário Soares foi à TV dizer que as ocupações que houveram foram as ocupações selvagens. Eu assisti a várias ocupações e posso dizer bem alto que nunca houve ocupações selvagens. As desocupações que ele manda fazer é que são selvagens, porque são feitas à mão armada. Eu nunca levei um pau ou uma espingarda para lado nenhum, e ele agora manda a G.N.R. partir-me a cabeça: "ou sai ou morre". Eu considero isto uma desocupação selvagem e o Dr. Mário Soares sabe bem que é assim que os trabalhadores pensam (Idem).

Para além das intervenções militares enviadas pelo governo contra as ocupações, a Lei Barreto atuou na repressão econômica às UCP's e cooperativas pelos cortes dos créditos, principalmente para cooperativas menores. Os créditos foram definitivamente suspensos a todas as unidades de produção que não tinham prestado contas ou não tinham devolvido as reservas por elas ilegalmente ocupadas. Para o COMBATE,

Se os trabalhadores lidam com tantas dificuldades, com repressão, boicotes governamentais, a necessidade de superar os cortes de crédito, a desanexação das reservas e de todo o acréscimo de trabalho resultante da organização da produção nas cooperativas, se os trabalhadores lutam com tantos obstáculos é só porque, por detrás de tudo isto, há uma coisa verdadeiramente nova: as novas relações sociais que se criaram. É um modo novo de vida. É o que um trabalhador classificará de *'podemos trabalhar à vontade'* (idem p. 45).

Perguntando a um trabalhador da cooperativa 6 de agosto se, mesmo com a situação de sufoco das cooperativas, tanto pela repressão quanto pelo crédito, valeria a pena que elas continuassem a existir, responde o trabalhador,

A sua vantagem é muito grande. Havia gente que só trabalhava quando era da azeitona e depois trabalhava duas semanas, logo a seguir passavam cinco e mais de vida boa. Agora levanta-se toda a gente de manhã e todos sabem onde ir ganhar o pão, e antigamente não sabíamos (COMBATE, nº51 p.13).

Como consequência da Reforma Agrária em Portugal, o jornal aponta para o grande acréscimo das áreas cultivadas e do volume da produção; um reforço de

mecanização, apesar do aumento do número de trabalhadores:

Se nos reportarmos à superfície total de 1.130.00 ha, ocupada pelas 536 cooperativas e UCP's, vemos que antes das ocupações a área semeada era de 94.500 ha, passando para 271.000 em 1975/76 e mantendo-se sensivelmente idêntica no ano seguinte - 1976/77: 265.000 ha (Ibidem p.59).

O decréscimo das taxas de desemprego é, de fato, o aspecto mais positivo da reforma agrária portuguesa. Entre os trabalhadores efetivos e eventuais, pode-se calcular em mais de 40.000 trabalhadores. Além disso, em termos de desenvolvimento no setor rural, um dos pontos a salientar é uma distribuição mais equitativa da riqueza, com o aumento dos salários. Os trabalhadores agrícolas passaram a ganhar, por dia, cerca de 180\$ os homens e 140\$ as mulheres. A diferença de salários entre os homens e as mulheres é passível de crítica, porque muitas vezes ambos cumprem as mesmas tarefas. Mas há outro ponto positivo, que é o de os/as trabalhadores/as terem direito ao descanso aos domingos e feriados e do direito de férias que, para o COMBATE, *permite aos trabalhadores, junto com o alargamento do seu horizonte cultural, o estreitamento com os trabalhadores do resto do país e, assim o reforço da solidariedade operária* (nº 51 p.65).

Pode-se marcar o fim da fase de desenvolvimento das lutas nas zonas de latifúndio a partir do momento em que, tendo o proletariado industrial do resto do país, para não falar já do restante proletariado agrícola, permanecido por razões várias numa fase de desenvolvimento mais atrasada; acresce ainda a situação do relativo isolamento da luta operária em Portugal no contexto internacional (ibidem, p.55). Dessa forma, não foi possível aos trabalhadores no campo articularem-se com o restante dos trabalhadores do país; nota-se nas entrevista um certo lamento a esse respeito: *Só é pena que os trabalhadores assalariados não se tivessem juntado à gente que então tínhamos avançado mais...* (Entrevista no Vimieiro, COMBATE: nº22, p.4). Na visão de outro trabalhador de Barcouço, fica claro o problema da falta de unificação das lutas em setores sociais diferentes:

A minha idéia é que enquanto os trabalhadores do campo, os trabalhadores da cidade não se unirem profundamente e não ultrapassarem todas as divergências políticas que possam existir e não puserem os sectores de produção agrícola, industrial e comercial ao serviço dos trabalhadores, pois até que isso aconteça, não há possibilidades de se abalar o capitalismo e continuaremos sempre a ser

explorados e até alguns aspectos cada vez mais... (COMBATE: nº41 p.5).

O projeto vitorioso foi o do Partido Socialista, que teve por finalidade sujeitar a reforma agrária portuguesa ao Mercado Comum Europeu, proibindo ou desincentivando a produção de alimentos que fossem concorrentes à produção desses países. O projeto de reforma agrária do PSP acentuou a submissão completa da economia capitalista portuguesa aos grupos do capital internacional. Nas palavras de ESTRELA,

A futura admissão de Portugal na C. E. E. exige a adaptação da agricultura portuguesa aos modelos dos países europeus. As más condições económicas de Portugal tornaram-no dependente de empréstimos dos Estados Unidos e outros países. Tais relações condicionaram o curso seguido pela reforma agrária em Portugal (1978: 246).

CAPÍTULO 4.

O fim do COMBATE (1978): as estratégias de recuperação das lutas autônomas pelo Estado

Os anos passaram e os vencidos d'então são hoje cidadãos formidáveis, armados não da espingarda revolucionária, mas de um legal boletim de voto, e que, em lugar de erguer barricadas nas ruas, fazem deputados socialistas nas eleições.
Eça de Queiroz – *Echos de Paris*

Do II ao V Governo Provisório com o coronel Vasco Gonçalves à frente do governo, a intensa movimentação da classe trabalhadora portuguesa nas fábricas, no campo e nos bairros forçou os condutores do aparelho de Estado a reconhecerem importantes conquistas no que se refere a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras; da mesma forma, a movimentação social dos trabalhadores dava legitimidade suficiente para a ala mais à esquerda do MFA desarticular as tentativas de golpe. Logo a seguir a tentativa malograda em 11 de Março, avança a posição da esquerda (principalmente o PCP) no poder, pautada certamente pela grande mobilização desencadeada nas cidades e no campo. Nesse período são realizadas nacionalizações de grandes setores da economia portuguesa, e assim, no plano político e econômico consolidava-se a opção da via capitalista de Estado.

Na noite de 11 de março a Assembleia do MFA determinou que o socialismo fosse instaurado na sociedade portuguesa. Institucionalizava-se a aliança Povo-MFA com o Estado a defender a entrega do poder às comissões de trabalhadores, moradores, cooperativas, etc. Para garantir a governabilidade do país e aumentar a produtividade, o MFA precisava do apoio popular e, para isso, espalhava em todos os meios de comunicação possível (desde a TV, os jornais, até pela boca dos milhares de militantes do PCP e outros partidos da coligação) a sua aliança “com o povo”. Porém, o discurso que o Movimento das Forças Armadas fez em torno da Aliança Povo-MFA foi muitas vezes posto em causa pelos/as trabalhadores/as. Na TAP, uma das empresas mais importantes de Portugal e onde se desenvolveu uma grande luta, cerca de 200 operários foram despedidos em setembro de 1974; o discurso do governo parece não ter sido recebido com muita simpatia por estes trabalhadores que se expressam de forma clara:

Não somos nós que estamos contra o governo provisório. O governo provisório é que está contra os trabalhadores em luta. É um governo que está do lado dos patrões (COMBATE: nº 7, p.7). Outro trabalhador (Tróia) diz numa mesa-redonda com as empresas GPA, Setenave e TAP: *Nós estamos a trabalhar para quê? O nosso próprio governo é capitalista! Só podemos é falar mais, de resto, o Governo foi só mudança, mais nada, é um governo de burguesia na mesma* (COMBATE: nº11, p.5). A certa altura, nos diz SARDÁ, a aliança Povo-MFA será retificada por alguns militares, não sem sentido, propondo que mude para MFA-Povo. Jogo de palavras? Talvez, se a alma do exército não fosse a hierarquia (2005: 237).

Em 28 de Setembro, após a segunda tentativa (falhada) de golpe, o MFA continua a aparecer no plano político como o grande libertador das massas, realizando a prisão de alguns dos principais representantes do antigo regime, permitindo a democracia partidária e a liberdade sindical; contudo, no plano económico, o governo segue com o desenvolvimento da repressão aos trabalhadores da TAP, dos CTT, da Lisnave, da Soares da Costa, dentre outros casos. É evidente que diante os intensos ataques da classe trabalhadora à propriedade privada, seja de empresas, de casas abandonadas ou de terras, diz um trabalhador da TAP: *sempre que se põe em cheque as suas estruturas e se esgotam as suas possibilidades de manobra, a burguesia recorre a sua última arma – a repressão* (COMBATE: nº7, p. 4). Nunca foi diferente no capitalismo.

Mas o que é importante perceber é que o Estado não poderia ter êxito se fosse utilizar-se preferencialmente da repressão pois, no período de ascenso, entre 1974 e 1975, as lutas se multiplicavam dentro das empresas, nas terras ocupadas e em centenas de bairros por todo o país. O Estado não contava neste momento com uma estrutura militarizada que pudesse conter pela força as movimentações operárias. Houveram vários casos em que os soldados se recusaram a voltar as armas para os trabalhadores, como na Manifestação de 7 de fevereiro de 1975 contra o imperialismo e as forças da OTAN: no local encontravam-se os soldados do RALIS para protegerem as instalações contra um eventual ataque dos operários. Quando a manifestação se aproximou da praça ouviu-se uma palavra de ordem: *“Soldados sempre, sempre ao lado do povo”*. Os soldados viraram as metralhadoras para o chão, cerraram os punhos e responderam: *“Soldados, sempre, sempre ao lado do povo”*⁷⁶. Contudo, em grande parte dos casos desse período, o insucesso das ações policiais se deu por consequência da solidariedade

76 Retirado do Jornal *Mudar de Vida*. 7 de Fevereiro, uma manifestação decisiva. Abril-Maio 2008, nº7.

e da determinação presente na luta social dos trabalhadores: muitas vezes articulados com trabalhadores de outras empresas ou bairros, conseguiram fazer frente às intervenções policiais, mantendo barricadas nas empresas, nas áreas de terra ocupadas ou, mantendo todo um bairro alerta para que, caso viesse a polícia com intuito de desocupar as casas, outros moradores pudessem tentar impedir.

Diante a instabilidade da conjuntura pós 25 de Abril, o governo precisava da confiança dos trabalhadores, tanto é que, diz o COMBATE, para os partidos reformistas e para o MFA, a classe operária passou a ser considerada um exército de reserva cuja mobilização se torna necessária para cumprir os seus objetivos, dentro de uma política geral de 'democratização' do país e de salvação da 'economia nacional' (Editorial nº8). Quer dizer, outros mecanismos de recuperação e de controle das lutas no interior do Estado haviam de ser rapidamente planejados.

Dentro do MFA, prossegue o COMBATE, os partidos reformistas iam avançando opções contraditórias no modo de gestão do capital e declarando-se mais ou menos defensores das classes trabalhadoras. Mesmo com os impasses no modelo de gestão a implementar, a composição política do governo consensuava em promover a modernização rápida das estruturas econômicas e administrativas, aproveitando uma certa iniciativa controlada dos trabalhadores; como também a criação de um aparelho sindical capaz de enquadrar e eliminar as classes trabalhadoras (Editorial nº8).

O atraso da economia portuguesa, tanto no setor industrial como principalmente no setor rural, impedia que se desenvolvesse a modernização do sistema produtivo; diante disso, diz o COMBATE no seu editorial nº11: *todas as tendências políticas, econômicas e os mais importantes dos grupos de investidores privados reclamam ansiosamente o aumento da intervenção do Estado na economia*. Em outro campo, eram inúmeras as empresas em autogestão que também exigiam à intervenção através das nacionalizações e estatizações das fábricas, obrigando a intervenção estatal ir mais longe do que desejava⁷⁷. Com o controle de diversos setores da economia e o domínio

⁷⁷ As nacionalizações significam coisas diferentes para diferentes estratos; na visão do COMBATE, as nacionalizações constituíam uma plataforma de entendimento entre classes antagônicas. Para os operários, nacionalização significa, a curto prazo, a garantia dos salários (Editorial nº20). O apelo às nacionalizações das empresas em autogestão era a saída emergencial, o que não significava ser o objetivo último das suas lutas. Podemos ver essa concepção nos trabalhadores da Efacec-Inel, que afirmam: *As nacionalizações são uma forma que a burguesia no poder tem para, a par de medidas de controle burocrático e ideológico das massas, procurar recompôr a economia capitalista, porque enquanto as classes mais exploradas não conquistarem o poder, nenhuma nacionalização representa o fim da exploração, mas única e exclusivamente uma modificação da sua forma*. Jornal da greve (suspensa) da Efacec-Inel (COMBATE: nº22, p.5). Ainda para os tecnocratas e capitalistas de Estado já existentes, significa, conscientemente, a sua expansão como classe, a realização integral do capitalismo de Estado. Já para muitos pequenos acionistas, significa a garantia dos seus capitais nas empresas em via de falência

no setor monetário, o Estado passava a controlar também a indústria. Diante os limites do mercado capitalista, as empresas em autogestão não tinham possibilidades de funcionar independentemente do Estado, recorrendo a este sempre que precisavam do financiamento pela concessão dos créditos. Para FERREIRA, as nacionalizações não criaram um sector de propriedade social dos bens de produção, mas criaram sim um sector de capitalismo de Estado, em que as relações de produção se mantêm as mesmas e ao Estado burguês cumpre o papel de capitalista colectivo, assegurando ele mesmo a apropriação e a redistribuição da mais-valia produzida pelos trabalhadores (1999: 282). O controle dos bancos nas mãos do Estado (MFA+ PCP e seus aliados) agiam diretamente no desmoronamento das lutas autônomas; assim diz João BERNARDO,

(...) Minou tudo. As empresas autogestionadas tinham que ter os empréstimos. Os empréstimos eram dados pelos técnicos do Partido Comunista, que só davam os empréstimos se eles alterassem as condições de funcionamento interno e o organograma de funcionamento. Foi com isso que o Partido acabou com a autogestão e com a autonomia, foi assim: ou vocês alteram os estatutos ou vocês não têm empréstimos (...) isso porque os estatutos permitem ver a eficácia da empresa, e aí têm os técnicos nos cargos de comando⁷⁸.

Para o COMBATE, com as nacionalizações o governo articulava a tentativa de integração pacífica dos grandes capitalistas privados num sistema de capitalismo de Estado, de forma que, deixando de ser proprietários das empresas que o Estado passa a possuir, continuam como gestores principais dessas empresas ou dos ramos de actividades que elas dominam (Editorial nº9, 25/10/74). Os técnicos e profissionais militares e da esquerda, convertidos em capitalistas de Estado, teriam agora como função a organização do trabalho e a administração das empresas que o Estado se apropriou. Numa Mesa-Redonda entre TAP, Sociedade Central de Cervejas e Bancos, sobre o tema das nacionalizações, diz uma trabalhadora da TAP,

Parece-me que no plano das realidades a nacionalização nos vários sectores, não foi uma apropriação pelo trabalhador das forças de produção, mas a defesa da classe dominante para que alterando-se as circunstâncias se mantivesse no domínio da situação, isto é, se mantivesse senhora e proprietária das forças de produção. Isto parece-me muito importante para explicar tudo o que vai acontecendo neste país, neste momento (COMBATE: nº23, p.5).

(Editorial nº20). Alguns dos trabalhadores acentuaram que a nacionalização não lhes tinha trazido senão dificuldades (MAILER, 1978: 139).

78 Refiro-me aqui a entrevista que realizei com João Bernardo no dia 06 de Janeiro de 2010.

O processo de nacionalização não foi o mesmo para todas as empresas. Foram nas empresas mais afastadas do mercado mundial que se pôde desenvolver mais efetivamente a organização coletiva do trabalho. Em fábricas de tecnologia mais simples como as têxteis Sousa Abreu, Charminha, TexMalhas, as comissões de trabalhadores geriam diretamente a produção, vendendo os seus produtos em feiras e bairros populares, ou para empresas maiores. Para isso montavam o que BERNARDO chamou de “*mercados de solidariedade*”. Nas grandes empresas (Lisnave, Setenave, Efacec-Inel, etc), com processos de produção complexos e dependentes diretamente do mercado mundial, os/as trabalhadores/as não poderiam ter ido mais fundo na proposta de controle operário da produção. Segundo João BERNARDO, nestas empresas

as comissões de trabalhadores eram absolutamente democráticas quanto à forma de eleição, mas os seus membros agiam como gestores capitalistas a partir do momento em que tinham necessidade de organizar o trabalho. Por isso surgiam sistematicamente conflitos entre a base e as comissões, que levavam à demissão de membros e a novas eleições. A repetição desses insucessos motivava o desânimo, o recuo da base e a crescente apatia da massa trabalhadora, o isolamento da comissão e, finalmente, a sua transformação definitiva em órgão inserido na gestão capitalista da sociedade portuguesa (1994:211).

A burocratização nas empresas, afirma o jornal, teve um papel fundamental no desenvolvimento da burocratização geral da sociedade e limitou as possibilidades de expansão das lutas nos bairros. Por outro lado, a crise no aparelho administrativo constituía terreno ótimo para a atribuição às comissões de moradores de um papel administrativo inserido no aparelho capitalista (Editorial nº34, 16/01/76). Mais afastadas do mercado e das imposições da gestão capitalista, as comissões de moradores puderam revelar-se mais duradouras do que as comissões de trabalhadores. O principal organismo responsável pela integração das lutas urbanas nos aparelhos do Estado foi, como vimos, o SAAL que, assim como o IRA no campo, era composto por ativistas e revolucionários que souberam muito bem lidar com a base dos/as trabalhadores/as, ou seja, ocupou-se de agir por elas.

O complexo sistema de definição de aluguéis de casa estabelecido por algumas comissões de moradores (Setúbal e Cedro) é para o COMBATE uma boa demonstração da interferência dos especialistas, funcionários das Câmaras e integrantes dos programas governamentais, como o Fundo de Fomento da Habitação, às comissões de moradores.

Sutilmente os técnicos do governo utilizavam-se da força de vontade e mobilização das comissões para organizarem os sistemas de pagamento, criando uma situação em que a maioria dos/as moradores/as não é apenas afastada da elaboração dos critérios de arrendamento das casas,

como a sua aplicação aos casos concretos escapa inteiramente aos trabalhadores, que ficam na dependência dos novos especialistas, como até agora estiveram sujeitos aos antigos especialistas (...) Ao estabelecer estes critérios ultra-complicados, a burocracia está já a criar as condições da sua reprodução (COMBATE, Editorial nº34).

As comissões de moradores, pela proximidade nas relações com o poder central enquanto fornecedor de infra-estruturas, tiveram um papel importante nas pressões que levaram à reconstrução do aparelho de Estado.

Com relação às lutas no campo, percebemos que a medida que os trabalhadores seguiam com as ocupações de terra e iam organizando as áreas ocupadas, as lutas nas empresas e nos bairros caminhava para uma desmobilização. A radicalização do movimento dos trabalhadores rurais, com o movimento de ocupações e com a gestão coletiva das terras ocupadas, juntamente com a necessidade do Estado em modernizar a economia agrícola, desencadeou a aprovação da Reforma Agrária. Para efetivar a condução formal do processo de expropriações e estruturação das propriedades agrícolas, o Estado criou as suas instituições, IRA e o CRRA. No que se refere ao controle das iniciativas autônomas e das formas de gestão criadas pelos/as trabalhadores/as nas Unidades Coletivas de Produção e nas Cooperativas Agrícolas, o PCP teve papel fundamental e ocupou a direção de inúmeros sindicatos agrícolas. Segundo FERREIRA, o PCP e a Intersindical tinham grande autoridade quando se tratava de escolher os trabalhadores agrícolas para as UCP's: em geral, só aqueles que aderiam ou faziam prova de simpatia ideológica para com o PCP eram admitidos (1997:275). Em certa medida, nos diz MAILER, tanto o SAAL como o IRA agiram como agentes do capitalismo de Estado, orientando as lutas para formas aceitáveis pelo Estado, fazendo inventários do que estava ocupado e dando informações aos Ministérios sobre o que ia acontecendo (1978: 130).

Depois do 25 de Abril e logo nos dias imediatos, os sindicatos fascistas são ocupados pelas oposições sindicais, de influência dominante do Partido Comunista. A principal característica da integração da atividade sindical no capitalismo está no modo como os sindicatos se apresentam como a organização dos trabalhadores para a defesa

dos seus salários. Segundo a concepção do COMBATE, enquanto que a burguesia procura aumentar a mais-valia que extrai aos operários, os sindicatos procuram reduzi-la com aumentos salariais. Em termos de mais-valia absoluta (aumento do tempo de trabalho, redução dos salários, etc) os sindicatos defendem os trabalhadores, no mínimo, contra seus piores aspectos. Mas, em termos de mais-valia relativa (modernização da maquinaria para o aumento da produtividade do trabalho, aumento da intensidade do trabalho sem prolongar o mesmos limites do horário de trabalho) os sindicatos sempre concedem (COMBATE: n°49, p.10).

Numa mesa-redonda com trabalhadores da Função Pública, apresentando como temática os sindicatos e o processo revolucionário, percebemos que os trabalhadores não rejeitaram totalmente a utilização dos sindicatos, mas evidenciaram que o sindicato, mesmo nas mãos dos trabalhadores, é a organização através da qual se luta contra o capitalismo, só que no interior das relações de produção capitalistas. Nas palavras de um dos trabalhadores temos que,

O sindicato, se nasceu como organização autónoma de defesa de interesses económicos da classe trabalhadora, degenerou a partir daí e neste momento essas estruturas, no meio de produção capitalista, quer privado, quer de Estado, aparece fundamentalmente como um instrumento de contenção dos trabalhadores e de diálogo. De contenção por um lado, e de diálogo por outro, entre as estruturas de Estado e as massas trabalhadoras. Por outro lado, a própria organização sindical aparece fundamentalmente como estrutura de cúpula e em que as bases têm muito pouco a dizer (COMBATE: n°20, p.2).

Os sindicatos atuaram no sentido de desviar as lutas autonomistas, ou quando não tinham forças para isso, caluniavam e se posicionavam contrários às iniciativas autónomas. Foi assim quando diversas comissões de trabalhadores (cerca de 40 comissões cinturão industrial de Lisboa), que já vinham se articulando através da Interempresas, decidiram convocar uma manifestação para o dia 7 de Fevereiro de 1975, cujo eixo principal era luta contra o desemprego e contra os despedimentos. Mais uma vez, nos diz SARDÁ,

tal iniciativa de autodeterminação foi fortemente combatida pelos sindicatos (a União dos Sindicatos do Sul chegou à comparar a iniciativa das CT's à “maioria silenciosa” de 28 de Setembro) e foi inclusive proibida pelo governo (2005: 244).

No entanto, com caráter expressamente “apartidário”, cerca de 30 mil pessoas uniram-se ao ato, sem levar em consideração a oposição dos sindicatos e a proibição do governo.

O mais importante de se compreender neste processo é que a integração dos sindicatos no capitalismo, como um dos suportes fundamentais do modo de produção, exprime-se na própria forma como estes se estruturam internamente. Os sindicatos reproduzem em seu interior as hierarquias dominantes na sociedade capitalista, cultivam a passividade dos filiados face ao monopólio das decisões, em suma, são um dos elementos que fazem com que, no capitalismo, uns produzam sem gerir e os outros dominem a gestão sem produzir (COMBATE: n°49, p.10). Dessa maneira, no momento em que as lutas estão a desenvolver relações novas e antagônicas à estrutura disciplinar capitalista, entram em choque com as formas de organização e decisão dos sindicatos, ultrapassando-os; somente quando as lutas autônomas entraram em declínio é que foi possível aos sindicatos exercer o seu controle livremente. Na perspectiva de BERNARDO,

a burocratização sindical foi a forma imediata de recuperação destas lutas, a sua assimilação mais profunda, enquanto estágio superior de recuperação, consistiu na remodelação dos próprios processos de trabalho, de maneira a aproveitar esse reforço disciplinar de mão-de-obra (1994: 213).

Quanto aos partidos políticos, têm como sua principal função a gestão do Estado, perpetuando a divisão entre o econômico e o político, entre dirigentes e dirigidos, base de toda a sociedade de exploração. Nos primeiros governos provisórios fica claro que o PCP foi a principal estrutura partidária na condução formal do aparelho de Estado. Simultaneamente, as lutas dos/as trabalhadores/as desembocavam-se em formas de organização autônoma: demonstraram um profundo anseio de que as suas lutas não fossem manipuladas por forças externas. Por isso, em muitos casos, nos diz SARDÁ, os militantes dos agrupamentos políticos tinham que se apresentar sem qualquer distinção partidária no interior das organizações de base, e em algumas manifestações públicas chamadas por movimentos articulados por essas organizações, os militantes dos partidos eram proibidos de levantarem suas bandeiras (2005: 244). Os partidos tiveram de usar a capa de apartidarismo, muitas vezes criando organizações paralelas 'não-partidárias' para conseguirem instalar-se no interior das lutas.⁷⁹ Ao longo

⁷⁹ Até os partidos foram residualmente infectados pelas formas autônomas de organização dos

deste capítulo, procuramos mostrar como se deu a atuação prática dos partidos (principalmente o PCP e o PS) no entrave das lutas, assim como pudemos ver na documentação do COMBATE que muitos/as trabalhadores/as rejeitavam a perspectiva partidária.

Já em meados de 1975 observa-se um refluxo da ação autônoma e espontânea dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que estas passam a estar cada vez mais permeadas pelas forças políticas de esquerda, que disputam estas organizações de base operária, tanto nos sindicatos como nas comissões de trabalhadores e comissões de moradores. Nas empresas, desenvolveu-se uma ampla luta autônoma com as comissões de trabalhadores nas unidades de produção, mas, o grande desacerto foi o de deixar aos partidos a coordenação destas lutas, o que também se passou nos bairros. Quanto às lutas sociais no campo, o PCP num primeiro momento teve o controle de inúmeros sindicatos agrícolas, sendo substituído o seu controle pelo PS depois de novembro de 1975.

O Partido Comunista havia se apresentado como uma grande força revolucionária para os trabalhadores rurais, mas, logo teve as suas estruturas ultrapassadas pelo movimento de ocupações. Na cooperativa de Caselas se passou algo curioso. Nos conta MAILER que, com uma área de 4.000 ha ocupados, os trabalhadores eram comunistas de puro sangue: a terra e tudo que nela estava era de todos, diziam. Em março de 1975 puseram à entrada uma placa dizendo *A Ditadura do Proletariado*. Álvaro Cunhal ia fazer uma visita na cooperativa junto com um grupo de “auxiliares” e, quando o presidente viu a placa afirmou que esta era 'ideologicamente correta', mas teria de ser retirada. Eram as eleições que ocupavam o horizonte do PCP. *Mas está nos vossos textos, vimos lá a expressão*, argumentou um dos trabalhadores. *Há um equívoco*, explicou o delegado do PCP, o *VII Congresso do nosso Partido votou contra a ditadura do proletariado* (MAILER, 1978 :154).

Essa história mostra o abismo que separavam os trabalhadores comunistas do partido que dizia representá-los, assim como o grande objetivo central do PCP, utilizar-se das massas e das suas lutas com a perspectiva eleitoral. No campo da extrema-esquerda havia as organizações que não tinham o parlamento no seu horizonte, porém, algumas dessas organizações verificarão profundas mudanças nas suas orientações

trabalhadores, tanto que tentaram criar cada um as suas. No final de abril de 1974, o PRP pronunciou-se pela “criação da organização autônoma do proletariado”. Jornal República, 29 de abril de 1975. E até mesmo o PPD afirmou em seu congresso a transição da co-gestão à autogestão. Jornal República, 25 de novembro de 1974. (Citado por SARDÁ, 2005: 261).

estratégicas no curso da revolução, e talvez o caso mais marcante seja o do MRPP que, de posicionamentos de extrema-esquerda e muito dinâmico praticamente no primeiro momento, sendo por isso a organização mais perseguida e reprimida pelas forças armadas (tendo em certa altura 400 militantes presos), chega ao final do processo revolucionário a reboque do PS (SARDÁ, 2005:240).

Por fim, na percepção do COMBATE há uma exterioridade na relação da base com os partidos: por um lado, vários dos trabalhadores entrevistados encaram os partidos de base operária úteis para entrar em contato com outros trabalhadores, ou até para pressionar o governo; por outro lado, os vêem como aparelhos exteriores às lutas práticas quotidianas, procurando impôr padrões inadequados, que têm como único efeito travar as lutas (COMBATE: n°51, p.30).

Tanto os partidos quanto os sindicatos foram ultrapassados pelo movimento auto-organizado da classe trabalhadora portuguesa. Estas organizações só puderam controlar efetivamente as lutas que já não representavam a grande maioria dos trabalhadores. O enquadramento das instituições autónomas no aparelho do Estado representou, na prática, a remodelação dessas instituições num modelo de organização definido pelo Estado. A pedra-de-toque desse processo foi a transformação das comissões de trabalhadores em cooperativas de produção e a passagem das comissões nos bairros para associações de moradores. De acordo com o jornal, as cooperativas aparecem como uma saída que permitiria o enquadramento das empresas em autogestão, ou em vias disso, na planificação económica, subordinando assim o trabalho produtivo dos trabalhadores às directivas elaboradas pelos dirigentes políticos (Editorial n°23, 16/05/75).

No final de 1976, grande parte das experiências de autogestão haviam assumido a forma jurídica de cooperativa. No final deste ano existiam cerca de 700 experiências de empresas geridas de forma cooperativa em Portugal, e algo em torno de 100 experiências que continuavam em autogestão⁸⁰. Esta transformação em cooperativa era o resultado principalmente dos problemas económicos e jurídicos, decorrentes estes tanto dos credores como das tentativas dos antigos proprietários para retomar o controle da empresa (SARDÁ, 2005:265). A necessidade de encontrar um arcabouço jurídico para as experiências foi provocada também pelo próprio bloqueio do processo

80 As cooperativas de produção (658 experiências), gerando 30 mil empregos diretos, estavam localizadas na sua grande maioria nos grandes centros industriais do país (sobretudo Lisboa, Porto e Setúbal), e os principais setores económicos eram: indústria de transformação (têxtil; artes gráficas; produtos metálicos, máquinas e material eléctrico) e construção civil (SARDÁ, 2005: 265).

revolucionário, que retirava das empresas em autogestão as condições para a sustentabilidade social.

Ao nível das relações de trabalho nas unidades produtivas em regime de cooperativa, após o 25 de novembro as alterações eram visíveis. Podemos ver tal processo nitidamente na fala de um trabalhador da cooperativa Eduardo Ferreira Pinto.

Nós lá na nossa casa fomos obrigados a ter uma direção, não uma comissão de trabalhadores. Nós, para formarmos uma cooperativa fomos obrigados a fazer uma direção; três para o conselho fiscal, e três para a Assembleia Geral. Estamos constituídos em 11 elementos, colocados na direção... Fomos obrigados em ata a assinar cada qual o seu posto de presidente, secretário, etc. Era a única forma de conseguirmos os empréstimos que precisávamos. A alternativa era a falência (COMBATE: nº24, p.6).

Temos assim que a passagem da autogestão para o sistema cooperativo implicou na substituição da comissões de trabalhadores por uma diretoria, reconstituindo-se a hierarquia que caracteriza as empresas capitalistas.

Em 25 de novembro o golpe deu certo. No verão de 1975 governos ocidentais deixaram muito claro a Lisboa que a assistência econômica dependeria do bom comportamento político⁸¹. Parece que o Partido Socialista entendeu muito bem o recado. É verdadeiramente com a instalação do IV Governo Provisório, em 19 de setembro de 75, sob hegemonia do PS que se generaliza o refluxo das movimentações da classe operária. Nas fábricas, bairros e campo, exemplos de violência, de ataque da mídia, cortes no fornecimento de créditos... De inspiração social-democrata, o 6º governo provisório, dirigido pelo vice-almirante Pinheiro de Azevedo, procurou *eliminar os excessos que conduziram à estatização da economia portuguesa, limitar as reivindicações das massas trabalhadoras, disciplinar o aparelho de Estado e estabelecer a paz social na sociedade portuguesa*⁸². O 25 de Novembro assumirá como característica fundamental a recomposição da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas. Para SANTOS, em 25 de novembro procurou-se, acima de tudo, pôr termo à paralisia do Estado, reconstruir a autoridade e, para isso, bastava desmoralizar os movimentos sociais populares, neutralizar as forças políticas mais radicais, disciplinar as forças armadas, reactivar o aparelho repressivo e concluir a definição constitucional do

81 Maxwell, Kenneth. *O império derrotado. Revolução e Democracia em Portugal*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1995, p. 186.

82 Essas são as palavras de Azevedo no discurso da sua posse. In. FERREIRA, José Maria Carvalho. *Portugal no Contexto da "Transição para o socialismo"*. Editora FURB, 1997, p.249.

novo regime (1990:34). O que não foi um processo simples⁸³.

Em *Economia dos Conflitos Sociais*, João BERNARDO mostra que a repetida suspensão dos processos revolucionários não tem resultado da sua derrota perante a repressão (...) "os casos mais conhecidos mostram que, antes dos capitalistas contra-atacarem, já tinha entrado em desorganização as formas coletivas e igualitárias surgidas na luta autônoma. É sempre essa desorganização prévia que suscita a investida capitalista" (1991: 339). A degenerescência das formas de organização da luta autônoma é assimilada pelo capitalismo enquanto formas de organização do processo de trabalho, como afirma um trabalhador da TAP a respeito do conselho de trabalhadores criado inicialmente: *funcionou apenas para a reestruturação da empresa; em termos simples, os trabalhadores foram chamados a tentar para o capital novas vias para obtenção de mais-valia* (COMBATE: nº10, p.5).

A partir dos mecanismos de recuperação das lutas autônomas pelo capitalismo, este se renova. Ainda segundo João BERNARDO, a reconstrução do aparelho de Estado foi um dos aspectos da iniciativa dos trabalhadores e da autonomia da sua acção. E, evidentemente, revelou os limites dessa autonomia (1994:209). Os trabalhadores encabeçaram a construção de infra-estruturas sociais nos bairros, com parques, creches, centros culturais, clínicas populares, etc; no âmbito da produção, os trabalhadores não raro tiveram que enfrentar condições duríssimas para a manutenção dos postos de trabalho. Além das dificuldades de financiamento e dos obstáculos que se levantavam pela linguagem contábil e jurídica, os/as trabalhadores/as viram-se diante a necessidade de aumentar o número de horas trabalhadas, via-de-regra não-pagas, para fazer frente à descapitalização da empresa e o descontrolo financeiro. Na zona rural, os dados relativos à produção agrícola depois da reforma agrária demonstram que o aumento da produção foi fundamental para a economia capitalista pois provocou uma diminuição das despesas com as importações e uma sustentação da receita obtida com a exportação de alguns produtos, como por exemplo o tomate e seu extrato que, comparativamente ao ano anterior à reforma, teve sua exportação acrescida em 198%⁸⁴.

83 O PS criou organizações que para disputar a base dos trabalhadores, mas não conseguiu governar com eficácia, teve de contar com a oposição do PCP e de muitas organizações esquerdistas, além de que no campo, os trabalhadores rurais realizaram muitas ações ainda em 1976. Nas empresas e nos bairros, mesmo com a luta tendendo para o refluxo, temos importantes situações de confronto, como na manifestação dos operários da Construção Civil que, em novembro de 1975 haviam entrado em greve e, com uma verdadeira massa de trabalhadores vindo de vários sítios, inclusive camponeses alentejanos com tratores, ocupam as cercanias do Palácio de São Bento, prendendo no interior os deputados constituintes (SARDÁ, 2005: 258).

84 Na última edição do COMBATE referente às lutas sociais no campo, o jornal faz um estudo baseado nas estatísticas oficiais que dizem respeito à produção agrícola nos anos da revolução e em períodos

A violência é um dos principais sustentáculos do sistema capitalista. Dependendo de como se expressa o equilíbrio de forças entre as classes sociais, essa violência pode ser de maneira mais, ou, menos, direta. Nos períodos históricos em que há uma sublevação das classes trabalhadoras, quando estas irrompem do “*civismo*” e da resignação para agirem nos destinos da sociedade, essa violência toma outras formas e se realiza de maneiras mais sutis. Vimos um pouco de como essa “violência” se corporificou no enquadramento e sufocamento das novas relações sociais criadas pelos/as trabalhadores/as na revolução portuguesa e como a partir desse enquadramento o sistema capitalista pôde se renovar pelo aproveitamento dessas novas relações criadas pelos trabalhadores⁸⁵.

“Houve um tempo em que os operários escreviam nas paredes das fábricas: *Aqui acaba a liberdade*”. Com essa frase, o editorial nº22 do COMBATE é inteiramente dedicado à abordagem da violência, trazendo o seguinte título: *Contra a violência do capital, vamos produzir pra viver e não viver pra produzir*. A ordem da empresa reina em toda a sociedade. Fora da fábrica, a violência do Capital aparece-nos por toda a parte e se já a não sabemos ver bem é porque estamos a habituar-nos a ela. Com efeito, continua o COMBATE,

o modo de produção capitalista, sobretudo na sua fase actual, caracteriza-se por ser uma subordinação forçada dos trabalhadores às máquinas de produzir mercadorias. Dessa forma, a situação daqueles que têm de fazer de si próprios mercadorias para sobreviver permaneceu idêntica, venha a opressão do Estado dos patrões ou dos patrões do Estado-patrão. A violência do trabalho assalariado é esta: para sobreviver é necessário trabalhar por conta alheia e renunciar a viver livremente (Idem).

O objetivo fundamental do jornal COMBATE ao longo do período em que esteve em ativa, de junho de 1974 a fevereiro de 1978, foi o de divulgar as lutas da

imediatamente anteriores. Ver COMBATE: nº51, p.50-53.

85 No seu livro *Economia dos Conflitos Sociais*, João Bernardo analisa como a recuperação das lutas autônomas é a base da organização do próximo modelo de gestão do capitalismo. O taylorismo foi um resultado da rápida e completa burocratização dos sindicatos, sem a qual não poderia existir. Nas palavras do autor, “Contra a escola taylorista de organização trabalhista, a corrente iniciada por Elton Mayo e que encontra equivalente na esfera da URSS reconheceu a importância dos grupos informais constituídos no processo de trabalho e pretendeu, em vez de reprimi-los ou dissolvê-los, recuperá-los. Não procurava dispersar um coletivo no individualismo, mas tornar passivos os coletivos que antes haviam sido ativos, neles acrescentando um novo tipo de disciplina capitalista. Mayo reconheceu, por exemplo, que um movimento ativo de greve, reforçando a solidariedade entre os participantes, permitia ao patronato recuperá-la, uma vez reiniciado o processo de trabalho, em formas superiores de cooperação, ou seja, assimilá-la enquanto acréscimo da produtividade. Esta recuperação da autonomia organizativa dos trabalhadores permitiu a intensificação da mais-valia relativa, estimulando consideravelmente seus mecanismos” (1991: 359-360).

classe trabalhadora e as suas formas organizativas, de modo a contribuir para a unificação de trabalhadores inseridos em lutas particulares. Num texto escrito em 2006 por alguns dos principais integrantes do coletivo COMBATE, falam sobre o fim do jornal:

O *Combate* resistiu o mais que pôde, mas o declínio das iniciativas de base da classe trabalhadora e a extinção da autogestão das empresas comprometeu a razão de existência do jornal. Transformando-se em revista, o *Combate* deixou de funcionar de portas abertas e restringiu-se a um número de colaboradores que, se já se tornara pequeno, ao longo dos meses ficou ainda mais reduzido. A experiência do *Combate* foi indissociável do movimento anticapitalista de 1974 e 1975, nascendo e morrendo com ele⁸⁶.

O COMBATE teve uma audiência restrita, entretanto, configura-se numa iniciativa com profunda originalidade em meio a um contexto dominado por diversas disputas ideológicas da esquerda portuguesa; justamente por não priorizar os debates teóricos nas suas páginas, o COMBATE, ao contrário da maior parte da imprensa de esquerda partidária, nos apresenta uma outra análise da "revolução" e das lutas sociais pela voz dos/as trabalhadores/as, autênticos protagonistas do processo revolucionário.

Mas, será que toda a mobilização social da classe trabalhadora serviu apenas para a remodelação do sistema capitalista? Em geral, as demandas que surgiram para os/as trabalhadores/as não se restringiram a aspectos econômicos. Foi possível que se desenvolvesse uma luta também contra a cultura capitalista. A revolução trouxe consigo a possibilidade de as pessoas vislumbrarem relações sociais diferentes.

Não haviam creches no tempo do fascismo, nem parques infantis. A criação das creches foi uma iniciativa de mulheres de um mesmo bairro, muitas vezes ajudadas por professores/as progressistas e por jovens militantes, mediadas pelas comissões de moradores. Nas fábricas e nas cooperativas em autogestão, as relações de trabalho alteraram-se de forma significativa, em muitos casos os/as trabalhadores entenderam que era preciso acabar com a mentalidade capitalista.

86 João Bernardo, José Elísio Melo e Silva, José Paulo Serralheiro, Phil Mailer e Rita Delgado. <http://pimentanegra.blogspot.com/2009/04/o-jornal-combate-que-se-publicou-entre.html>

4.1. Por que *perdemos*⁸⁷?

*“No processo de descontinuidade
as rupturas são desdobramentos dos acontecimentos no agora”.*
Walter Benjamin

No dia 13 de janeiro de 1975, militantes do recém criado Movimento de Libertação da Mulher realizavam em Lisboa (Parque Eduardo VII) um "auto-de-fé" no qual pretendiam queimar o código civil e penal, a legislação do trabalho, revistas pornográficas, tachos, vassouras, panos de pó etc; essas mulheres foram brutalmente atacadas por cerca de dois mil homens que “bateram, espancaram e arrancaram as roupas das mulheres”⁸⁸. Esse acontecimento nos deixa ver claramente as contradições em que estava enraizada culturalmente a sociedade portuguesa.

Enquanto que, como vimos ao longo deste capítulo, transformações importantes eram desencadeadas pelas lutas dos/as trabalhadores/as por todo o país, era evidente que a revolução não alterara a maneira de viver de um dia para outro. Para seguir nesta análise, como em qualquer análise histórica das lutas sociais, é necessário acabar com o tom elogioso que não vê as contradições nestes processos. Não pode haver um significativo levantamento revolucionário sem o fim das opressões que marcam o cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores fora das fábricas. Como diz MAILER, *É muito mais fácil mudar regimes do que modificar maneiras de viver* (1978:153). Certamente temos de levar em conta as contradições dum movimento social e do peso do passado sobre as ações e as mentalidades.

A estrutura patriarcal e católica impediu que as mulheres pudessem beneficiar-se de uma situação social de liberdade, chegada com a “revolução”:

apesar de toda a liberdade de se manifestarem e irem a comícios, as

87 Seguindo a perspectiva dos/as trabalhadores/as, a qual norteou toda essa investigação, uso o plural *perdemos* para referir nomeadamente aos trabalhadores/as responsáveis pela criação, no período da revolução, de relações sociais novas em antagonismo às relações capitalistas então predominantes. Dentre as causas da derrota, em resumo abordamos: a falta de articulação autônoma das lutas na cidade e no campo; o mercado mundial como limite das lutas autogestionadas; os técnicos e gestores que intermediaram a ação direta dos/as trabalhadores/as, impedindo-os de avançarem na ruptura com o muro do conhecimento, seja técnico, administrativo, etc.; a intervenção no interior das lutas pelos partidos políticos e sindicatos no sentido da construção e do reforço do Estado; finalizamos esse capítulo tentando identificar outros elementos que contribuíram para a derrota da “revolução”.

88 Jornal República, 14 de Janeiro de 1975. Além desta notícia na República, é profundo o silêncio sobre este acontecimento na imprensa. Tempos depois as militantes do MLM são noticiadas ao ocuparem um prédio para alojar a sede do seu movimento, mas não se tem conhecimento de terem tentado realizar outras manifestações em espaço público. Citado por SARDÁ, 2005 p.243.

atitudes e as relações diárias não se alteravam grandemente. Os homens continuavam a ir para as tascas (botecos), e as mulheres, embora agora fossem aos comícios, ficavam normalmente em casa (Idem: 153).

Dentre as *maneiras de viver* que precisavam ser modificadas para acompanhar as lutas dos/as trabalhadores/as contra o capital, abrimos para a reflexão em torno da opressão social das mulheres e do modelo de família capitalista⁸⁹.

A organização da sociedade está intimamente ligada às necessidades do modo de produção. O avanço do capitalismo trouxe um aprofundamento na divisão social do trabalho, o que reflete diretamente uma divisão desse trabalho entre os sexos. Ligada à preservação da estrutura familiar, à mulher destinou-se o trabalho gratuito de lavagem de roupa, cuidado com a alimentação, cuidado com os filhos, etc; liga-se diretamente à reprodução da força de trabalho. Além disso, seria a guardiã da casa enquanto o “*chefe*” da família (não por acaso assim chamado) ia trabalhar nas empresas⁹⁰. Por meio dessas circunstâncias, afirma o COMBATE, a família passou a cumprir um papel ideológico central na reprodução física e moral do sistema capitalista; nas suas palavras,

é através da família que se faz a reprodução das relações sociais. Por outro lado, as relações sociais de produção reflectem-se na família: hierarquia, autoridade do chefe, obediência e respeito dos que lhe estão subordinados. A família é assim um factor de estabilidade da sociedade capitalista e de controlo da força de trabalho: desenvolve nas crianças a submissão e a obediência à autoridade; a mulher por sua vez obedece ao marido e a opressão que o operário sofre na fábrica é descarregada nos outros membros mais fracos da família⁹¹

89 Essa discussão aparece no nº38 do COMBATE, 19/03/76, que têm como título: Família – repressão, repressão da família. Acompanha este número um suplemento que aborda o tema do aborto e uma entrevista com mulheres de uma cooperativa rural, além de um texto sobre a venda de mulheres na Índia e a sua condição em geral. O suplemento foi produzido por “pessoas e grupos (principalmente mulheres) que não pertencem aos colectivos do jornal”.

90 Obviamente o capitalismo recrutava mão de obra feminina desde há muito tempo. Em Portugal, no início da década de 60 a contratação de mulheres nas fábricas teve um grande acréscimo, para o sistema capitalista, o trabalho feminino garantiu uma aumento da produtividade pois a elas pagavam-se salários muito baixos.

91 A opressão da disciplina capitalista gera um clima social de fragilidade para a classe trabalhadora. Ninguém ignora como o álcool está enraizado na condição operária. Não podemos aprofundar uma discussão aqui a este respeito, porém, a Polónia é um excelente exemplo de que também nos capitalismos de Estado o álcool cumpre uma função degradante. Provavelmente em 1981, a Editora Contra-a-Corrente publicou um texto de Charles REEVE com o título: *Polónia 1980-81 – Solidariedade Domesticada*. Neste texto, o autor destaca que, “nas sociedades comunistas, o consumo de álcool constitui uma verdadeira toxicomania. O aumento do consumo entre 1971 e 1975 foi dos mais fortes e as estatísticas mostram que o consumo de bebidas alcoólicas é cada vez maior nos locais de trabalho e entre os jovens operários, sendo o alcoolismo uma das principais fontes de criminalidade”. REEVE aborda mais adiante que, em 1980, “durante a greve generalizada na região urbana de Gdansk, se constata uma completa ausência de casos de alcoolismo, uma travagem da criminalidade, dos suicídios e das crises de loucura! E em seis meses, entre Agosto de 1980 e Janeiro de 1981, o consumo de álcool teria diminuído de 30% no conjunto

(COMBATE, Editorial, nº38).

É visível pela documentação utilizada a participação das mulheres em diversos processos de luta e em muitos destes, elas tomaram atitudes radicalizadas: a Sogantal, como vimos, foi a primeira empresa a entrar em autogestão e era composta exclusivamente por mulheres. Há vários casos em que as mulheres tomaram a frente nas lutas, sempre enfrentando dificuldades maiores⁹². Levanta-se aí, além da demanda imediata da melhoria nas condições de vida, problemas outros advindos dos padrões culturais e sociais predominantes: ergueram-se contra os abusos sexuais nas fábricas; fomentaram a construção de creches e parques infantis nos bairros; puseram em questão a dupla exploração da mulher, a necessidade da legalização do aborto e a sua participação política nas decisões⁹³.

Voltando-se para a reflexão da situação das mulheres, o COMBATE (nº51, p.24) conversou com um trabalhador da cooperativa agrícola de S. Manços que lhe falava sobre a necessidade de superação dos preconceitos que impediam a mulher de participar das decisões relativas à sua própria condição de cooperativada. Para este trabalhador, era preciso criar refeitórios coletivos e creches que pudessem realizar essas tarefas e com isso, para a mulher sobraria mais tempo livre. A perspectiva encontrada nesta fala é uma evidência de que chegou-se muito perto de uma vida diferente. De fato, no campo as relações alteraram-se de maneira mais significativa. Na assembleia geral dos

do país. Enquanto milhares de trabalhadores ocupavam as suas empresas e se lançavam numa luta que havia de mudar muita coisa, as “salas de recuperação” ficavam vazias”.

Em Portugal, segundo Mailer (1978:155), é volumosa a produção caseira tanto de vinho como aguardente e a maior parte do vinho é consumido no campo. Nas cooperativas perto de Évora, muitos homens consumiam 5 litros por dia, alguns até mais. Em Torre Bela, na região de Azambuja, as mulheres reuniram-se para discutir o problema da embriagues, já que, a bebedeira muitas vezes carregava consigo a violência e a agressão às mulheres. Ficou decidido que eles bebiam muito, e finalmente chegou-se a um acordo: o limite seria **4 litros por dia e por trabalhador!**

92 Há relatos de empresas em que todas as mulheres decidiram parar a produção e enfrentaram a oposição dos trabalhadores homens. O nº17 do COMBATE traz uma experiência na Inglaterra que é bem sugestiva a esse respeito. Da ocupação da S.E.I (Salford Electrical Instrument) as mulheres entraram em greve por 11 semanas; “a greve falhou, diz uma trabalhadora. A acção das mulheres foi sabotada pelos homens, seus companheiros de trabalho, a sua união não foi possível” p.8. Noutro relato, é um trabalhador que aponta alguns obstáculos enfrentados pelas mulheres: De início as mulheres vinham, a idéia inicial era a de criar condições para as mulheres estarem aqui com os homens. Mas nós temos atrás de nós cinquenta anos de fascismo e uma sociedade traumatizada, que faz com que homens casados tenham medo de que as mulheres venham aqui e olhem para outros. Isto é um problema social (Entrevista com trabalhador rural de S. Manços, COMBATE: nº51 p.25).

93 Na Cantina da *Comuna* (um solar antigo ocupado pelos/as trabalhadores/as que incluía uma biblioteca, salas de reunião, uma escola e um centro médico), um leiteiro dizia: *Aquele que deixar os pratos sujos no lava-louças para que outra pessoa lhos lave deixa para trás o seu socialismo*. Numa reunião tinha sido criticada a falta de iniciativa dos homens, e uma greve das mulheres tinha obrigado a que o trabalho fosse dividido mais equitativamente. Apesar disto e apesar das suas queixas, as mulheres continuavam a fazer a lida da casa e a lavar a louça. In. MAILER, Phil. *A revolução impossível?* 1978, p.155.

trabalhadores rurais de Torre Bela, decidiu-se criar a cooperativa que contava com 32 homens e 8 mulheres, somando 40 cooperados/as no total. Aí também os/as trabalhadores/as elegeram uma comissão de trabalhadores e redigiram as normas pelas quais se passou a ser regida a cooperativa; destas, a primeira, mesmo contando com uma minoria de mulheres, declarava que *"acabar com a exploração do homem exige acabar com a exploração da mulher"* (COMBATE: nº46 p.2).

Contudo, os problemas das mulheres não passaram a ter a visibilidade necessária com a revolução. Segundo o depoimento de Mária Amélia da Silva, operária da Messa, aí não houve afirmação nenhuma da mulher:

Quando passou o 25 de Abril, foram abolidas as chapas, foram saneados os directores, os chefes passaram a ter medo e deixaram de policiar. A questão do 'salário igual para trabalho igual' nunca se pôs em prática, era treta, só se falava cá fora. É preciso que se diga que na Messa não houve afirmação alguma da mulher. Produziam muito mais que os homens mas continuaram a ganhar menos e apesar de serem 85% do pessoal só houve uma mulher na comissão de trabalhadores⁹⁴.

Havia uma importante contradição no fato de que, as novas relações sociais que iam se desenvolvendo no campo, nos bairros e dentro das fábricas, na grande maioria dos casos, não tinha continuidade dentro de casa e às mulheres restava cumprir a dupla exploração do trabalho. Dessa maneira, após a jornada de trabalho nas empresas ou no campo, há uma condição concreta para a ausência das mulheres nas reuniões: elas estão cansadas. Uma trabalhadora fala ao COMBATE sobre o seu dia:

Levanto-me às cinco da manhã. Faço o comer para levar. Lavo alguma louça suja, varro a casa às pressas, trato dos animais que há e depois são horas para ir trabalhar e aí eu vou (...) quase a noite, venho para casa com o corpo tão enfadado. O que é que eu tenho vontade de fazer depois? Nada (Suplemento do COMBATE nº38, p. 4).

Na quase totalidade dos casos, os homens não se dispunham a compartilhar com as mulheres as obrigações cotidianas e as relações nesse sentido não se alteraram. Uma trabalhadora da Cooperativa Agrícola Aveiras de Cima, contou em entrevista ao COMBATE que:

os homens nesta cooperativa pensam que as mulheres devem ser criadas deles, e no entanto, há muito homem que se fosse lavar pratos

94 RODRIGUES, Francisco Martins. *O Futuro era Agora!* (1994:79)

achava mal ou coisa idêntica... as mulheres deixam-se cair e deixam-se levar pelos homens, porque já estão habituadas desde o tempo do fascismo a fazerem tudo pelos homens e fazem tudo o que os homens lhe dizem... (nº47 p.5).

A emancipação da classe trabalhadora perpassa a inclusão de todas as pessoas, não pode ser uma “*revolução*” para os homens⁹⁵. As mulheres compunham a metade da população portuguesa, quer dizer, a permanência da condição de mais-explorada condiz com a derrota da revolução. Não se pode esperar que o progresso social e as mudanças nos períodos se dêem se se mantiver a mesma estrutura social que forma a cultura do capitalismo, nem a exploração do empregado pelo patrão, nem a exploração da mulher pelo homem.

O processo português encontrou muitos limites nos padrões culturais e nas mentalidades herdadas do passado. Da mesma forma, as estruturais sociais antigas foram determinantes no desmoronamento das novas relações criadas pelos/as trabalhadores/as. A educação, o conhecimento técnico e a compreensão política da classe explorada integraram-se como fatores decisivos para o êxito, ou, no caso, para a derrota de um processo revolucionário. A tecnologia capitalista aprofunda a divisão do trabalho manual e intelectual, cisão que determina a separação entre os que planejam, organizam e decidem, e aqueles que apenas executam. Nesse caso, quando os/as trabalhadores/as ocupavam as fábricas e decidiam continuar a produzir em autogestão, imediatamente deparavam-se com a necessidade de conhecimentos técnicos, administrativos, jurídicos, contabilísticos, etc., conhecimentos com os quais nunca haviam sido contemplados. Há casos no jornal que demonstram a preocupação dos trabalhadores referentes a essa questão. Na vigorosa luta dos/as trabalhadores da construção civil, está presente a preocupação com a questão do conhecimento técnico, assim, declaram necessário: *organizar dentro das empresas quadros técnicos da nossa confiança capazes de apossarem das mesmas na altura adequada* (COMBATE, nº5 p.1).

Por parte dos partidos não se estimulou o desenvolvimento da educação ou

95 Os partidos da esquerda não levaram em consideração esses aspectos (ainda que muitos falassem sobre a exploração da mulher, não havia nenhuma das mulheres nos cargos principais dos partidos). Para o COMBATE, a disciplina partidária, um dos pilares da preservação dos partidos, encontra um bom suporte na família; não só conservam a instituição família como alguns condenam completamente as relações sexuais fora do aparelho familiar (Editorial, nº38). Principalmente os maoístas, que, nos diz MAILER, idealizando o ascetismo e a monogamia, eram muito rigorosos quanto a relações extra-conjugais (1978:156). Para uma discussão mais aprofundada a esse respeito, ver a Brochura de Maurice BRINTON: *Condicionamento autoritário, repressão sexual e o irracional em política*. Publicada pela Contra-a- Corrente, provavelmente em 1975.

mesmo de cursos técnicos para que os/as trabalhadores/as pudessem aprofundar a sua autonomia; pelo contrário, como vimos, os técnicos eram fornecidos pelo Estado (ou pelos partidos), o que prolongava a dependência quanto aos detentores do conhecimento profissional. Às mulheres também se destinavam os trabalhos mais simples, que exigiam menor ou nenhum conhecimento, e que lhes condicionava ainda maior alienação quanto ao processo do trabalho. Nas áreas rurais, onde as taxas de analfabetismo eram mais altas, isso se torna evidente; nas palavras de ESTRELA,

Se tomarmos em consideração que, por exemplo, no distrito de Évora 51% dos trabalhadores integrados nas Unidades de Produção são completamente analfabetos e só 2,9 % têm mais do que a 4ª classe da instrução primária, entenderemos que era mais provável que se formasse uma elite de dirigentes (1978:249).

Os trabalhadores conviviam de perto com a necessidade de instrução, ficando em muitas situações dependentes dos funcionários do Estado ou dos sindicatos⁹⁶, quando, por exemplo, precisavam redigir uma carta ou cadernos reivindicativos aos Ministérios e tinham de chamar alguém para escrever. Além do grande obstáculo para a autonomia das pessoas, não saber escrever implicava na articulação das lutas, onde a imprensa escrita têm papel fundamental. No COMBATE há um grande volume de publicações da imprensa produzida pelos/as trabalhadores/as, principalmente boletins e jornais das lutas nas fábricas e nos bairros. Mas o mesmo não acontece com o campo, onde textos escritos por trabalhadores rurais aparecem com menos frequência⁹⁷.

Abrimos para outra questão muito importante nessa discussão: a gestão da comunicação. No processo da luta, a imprensa operária tem um papel fundamental como ferramenta de denúncia e de articulação de lutas diferentes, possibilita realidades em contato. Além disso, fomenta que as pessoas envolvidas diretamente nas lutas

⁹⁶ Em uma entrevista com trabalhadores rurais, o COMBATE pergunta a um trabalhador da Cooperativa 06 de Agosto: *Combate - Quando têm necessidade de apoio técnico, como o conseguem? Trabalhador - O apoio que mais necessitamos é o da escrita. Às vezes é pessoal do sindicato, a outras pedimos, outras pagamos* (nº51 p.14).

⁹⁷ Claro que a menor presença de textos escritos por trabalhadores rurais no COMBATE não se dá somente pelo fato da baixa instrução desses trabalhadores. O próprio COMBATE declara em certa altura que não deu maior atenção as lutas no campo, por motivos diversos. Mas, é importante ressaltar que, mesmo diante as dificuldades quanto a instrução da maior parte da classe trabalhadora, especialmente no campo, foram produzidos relatos importantes (os trabalhadores da Cooperativa Agrícola Popular de Torre Bela publicaram uma brochura a respeito da experiência da sua luta com o título: *O nosso contributo para a história da Reforma Agrária em Portugal. Uma experiência mais*. O COMBATE publica um dos capítulos dessa brochura no seu nº 46, p. 2). Em Évora, na Aldeia de Aguiar, um grupo Pró-sindicato de trabalhadores editou o jornal *A Foice*, que era feito a partir de depoimentos orais, registados em gravador na sede da comissão, uma vez que quase ninguém sabia escrever. In. In. *O Futuro era Agora! O movimento popular do 25 de Abril*. Edições Dinossauro (1994: 93).

produzam materiais informativos sobre os seus processos. A importância da contra-informação produzida pelos/as trabalhadores/as carregam em si a própria contestação dos meios de comunicação vigentes, como podemos ver num trecho do jornal da associação de moradores de Parreira-Antunes, denominado *A nossa luta*:

Acaso alguma vez viste os teus problemas focados em jornais burgueses? Não, e porquê? Porque aos jornais burgueses não lhes interessa contribuir para aumentar a nossa consciência de classe, a nossa consciência de exploração a que estamos sujeitos, não lhes interessa divulgar os nossos problemas, as nossas lutas, as nossas conquistas, as nossas vitórias, pois sabem que quanto mais formos conscientes, quanto mais reconhecerem que temos força, mais perigo representamos para a conservação dos privilégios e domínio deles (COMBATE: nº31 p.1).

A revolução foi impactante para os meios de comunicação em Portugal. Não apenas fervilhava a imprensa operária, resultado das lutas em ascensão, como também importantes lutas se desenvolveram na imprensa oficial. A *Rádio Renascença*, o *Jornal do Comércio*, a *Capital* e o *República* constituem casos em que, a começar pelas lutas de saneamento das direções, pressões internas e mobilizações populares, "muitos jornalistas conseguiram abrir os órgãos de informação à expressão popular"⁹⁸. Conforme SARDÁ, desde o início da Revolução dos Cravos os meios de comunicação foram um campo de agitações e conflitos intensos dos trabalhadores. Logo no início de maio de 74, os trabalhadores da Rádio Renascença ocupam as instalações, elegem nova direção, formam uma comissão de trabalhadores e falam em autogestão (2005, p.229). No Manifesto da Rádio Renascença, datado de 11 de junho de 1975, disponibilizam as suas estruturas aos trabalhadores,

Nós, trabalhadores do “República”, somos conscientes de que estamos numa sociedade a que falta ciência e educação, a que falta, portanto, uma política de informação que em vez de mutilar as classes trabalhadoras exploradas e pobres, lhes dê o poder da inteligência e da economia. [...] É esta a ocasião propícia de proceder a uma remodelação completa da nossa política de informação, criando uma informação nas mãos das classes trabalhadoras, independente de todos os compromissos e de todas as solidariedades partidárias, inaugurando uma informação de desforra e de reabilitação, nas mãos dos explorados e dos pobres. [...] Declaramos a todos os trabalhadores portugueses que lutamos para que a classe trabalhadora possa

98 Num artigo recente publicado no jornal português *Mudar de Vida* (Abril/Maio 2008), João Bernardo fala sobre a imprensa neste período, onde afirma que, em algumas rádios e jornais, “os jornalistas acolheram nas suas páginas ou nos seus microfones os comunicados das empresas e dos bairros, entrevistaram os trabalhadores em luta e deram um conteúdo real à liberdade de expressão”.

controlar o poder da informação⁹⁹.

Diante a posição dos trabalhadores da Rádio Renascença, o Partido Socialista, que dominava a direção do jornal, promulgou uma campanha de calúnias e mobilizou a repressão contra os jornalistas e os tipógrafos. Segundo João BERNARDO, quando os jornalistas e demais trabalhadores da Rádio Renascença se recusaram a obedecer às ordens do governo de devolver as instalações à Igreja católica, o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo mandou as suas tropas dinamitar o posto emissor, numa curiosa demonstração de terrorismo de Estado¹⁰⁰.

A imprensa nas mãos dos trabalhadores era inconcebível para os partidos de esquerda que logo se apressaram em controlá-la. Dessa maneira, os meios de comunicação foram uma das mais poderosas armas no ataque às lutas dos trabalhadores, após novembro de 1975. As lutas na Rádio Renascença, como em outros órgãos da imprensa portuguesa, parecem ter seguido o mesmo destino de grande parte das lutas desenvolvidas em outros âmbitos: de iniciativas autônomas dos/as trabalhadores/as, aos poucos as lutas foram tornando-se palco para as manobras dos vários grupos e partidos de esquerda; os problemas iniciais eram sufocados pelas querelas ideológicas. A Rádio Renascença lançou o slogan “poder popular”, entretanto, nos diz MAILER,

Não era mais do que vento. Discutiam-se pouco as suas implicações. Nenhuma tentativa se fez para combater as ansiedades e os medos do povo face ao desconhecido. Questões fundamentais como a estrutura do trabalho, a internacionalização da hierarquia, as relações entre o trabalho manual e intelectual e vários outros problemas que se poriam a uma sociedade comunista, tudo foi evitado. Em vez disso, só toques de trombeta revolucionária (...) Era pena, porque apesar das suas falhas, atacava duramente os tecnocratas e os governantes do País. Tão duramente que a única solução que estes utilizaram foi fazer explodir a estação (1979:173).

A massificação e crescente monopólio dos meios de informação foram os verdadeiros vitoriosos e continuam a sê-lo no objetivo que cumprem para o sistema; nos diz João BERNARDO,

⁹⁹ Retiro esse trecho ainda do Jornal *Mudar de Vida*, Abril/Maio de 2008.

¹⁰⁰ Do artigo *Liberdade de Imprensa*. A ação era dirigida não só contra a Rádio Renascença, mas também a Rádio Clube Português, que tinha aberto os seus canais aos deficientes das Forças Armadas quando, em defesa das suas reivindicações, tinham ocupado a ponte sobre o Tejo. Forças do COPCON receberam ordens para executar as ocupações dessa rádio, porém, o regimento de Infantaria RIOQ recusou-se a executar essa ordem. Primeiro ocuparam, mas depois se retiraram da Rádio Clube Português. Ver MAILER obra já citada, p.170.

os ouvintes de rádio e, depois, os espectadores de televisão não se relacionam mutuamente, e cada um limita-se a receber mensagens emanadas de uma origem comum (...) A extrema pessoalização e a dependência comum de um centro de emissão único reproduzem fielmente o sistema da disciplina capitalista (1991: 331).

O fim das iniciativas dos/as trabalhadores/as e das suas formas de expressão não permaneceram com a derrota da revolução;

era necessário que a classe trabalhadora criasse e gerisse seus próprios meios de comunicação e informação, que montasse as suas rádios, que montasse a sua TV, que reconstruísse os sistemas de inter-relacionamento social (BERNARDO, *Ibidem*: p.330).

Há um outro elemento que pela sua importância não poderia deixar de ser apresentado. Nos meses a seguir o 25 de Abril, houve uma forte pressão popular contra a PIDE e contra as instituições policiais do fascismo. Num comunicado do Movimento dos Bairros Camarários do Porto, publicado pelo COMBATE em julho de 1974, podemos ver claro essa questão:

(...) Os moradores querem eles próprios controlar a vida interna dos Bairros e através das Assembleias e Comissões. Não são menores mentais, não querem mais o fiscal que é o bufo da Câmara e a ponta de lança da divisão e do terror dentro dos bairros. O povo não quer polícias (COMBATE: n°2 p.7).

Noutros casos, sem falar da presença de uma série de militares anticapitalistas, nos meses imediatos ao golpe de Abril foi o povo a pressionar que se prendessem os elementos da polícia política (ex-PIDE), como nos conta Jorge Simões, numa ocasião, *os populares começaram a gritar: Olha o capitão Maltês, aquele assassino! Viu-se logo ali dois poderes: o povo queria chegar a roupa ao pêlo ao capitão Maltês, e os fuzileiros protegiam-no*¹⁰¹. Há exemplos suficientes a demonstrar que o Movimento das Forças Armadas priorizou o caminho da conciliação: seja através da aliança entre os partidos políticos e o MFA, ou da aliança entre o povo e o exército.

Para Manuel VAZ, a manifestação de 1º de Maio de 1974 deveria resultar 'num ajuste de contas' com os órgãos de repressão do Estado fascista. Nas suas palavras,

o cerco espontâneo da sede da PIDE pela massa apontava o caminho acertado para possibilitar o triunfo do futuro do movimento

101 In. *O Futuro era Agora! O movimento popular do 25 de Abril*. Edições Dinossauro (1994: 21).

revolucionário: extirpar pela raiz os órgãos repressivos, completamente desorientados pela fraqueza política momentânea da classe dirigente. Nem era demasiado cedo nem demasiado tarde. Era o momento que se desperdiçou (In. ROGRIGUES, 1994:216).

O mérito de ter realizado o golpe que pôs fim ao fascismo, aliado com o reforço pelos partidos políticos da imagem do MFA enquanto 'salvador do povo português', coloca-se mais uma contradição: a crítica à estrutura do exército foi formulada por muitos milicianos no interior das Forças Armadas, ocorreram muitos casos de deserção¹⁰²; contudo, a crítica à hierarquia do exército não se desenvolveu no seio do movimento popular. A perspectiva de autogerir a segurança, no interior das fábricas, nas terras ocupadas ou nos bairros, não se consolidou. Por isso, os operários que no dia 25 de Novembro foram aos quartéis pedindo armas, já se sabiam derrotados.

Buscamos ver neste capítulo a processualidade das lutas autônomas desencadeadas no campo, nas fábricas e nos bairros portugueses, principalmente entre 1974 e 1975. Parte das análises feitas aqui foram baseadas nas falas dos/as trabalhadores/as publicadas no COMBATE sob a forma de entrevistas, mesas-redondas ou textos de jornais. Em geral, tentamos mostrar algumas causas fundamentais do porquê perdemos, e, dentre várias, a que aparece com mais frequência é a da falta de união das lutas, como diz um trabalhador da Cooperativa Novo Rumo: *Faltou a unidade de muitas empresas. Mas a unidade a todos os níveis, tanto no aspecto técnico, como fabril, como ideológico* (COMBATE: nº38 p. 5). Entretanto, para grande parte dos autores que tive acesso durante essa pesquisa, a derrota da revolução se deu pela ausência um partido que realmente representasse as massas e que pudesse conduzi-las à sociedade comunista¹⁰³. Pela leitura das fontes, principalmente nas entrevistas feitas

102 Houve muitos casos em que organizações de militares desertores apresentaram radicalidade expressiva, como no comunicado publicado no COMBATE do *Colectivo Desertores da Ordem Social Reinante*, os milicianos assim apresentam as suas perspectivas: “A nossa deserção e recusa de incorporação têm um conteúdo essencialmente ANTICAPITALISTA. A consequência deste acto, que mesmo em certos casos nos transformou em trabalhadores, levou-nos a ultrapassar o nosso caso individual: a recusa das FA; para se chegar a crítica da sociedade tal como ela está organizada: sobre a exploração do trabalho assalariado. Vivendo parasitariamente da exploração das classes trabalhadoras o Exército é, em todas as sociedades *sem excepção*, uma máquina trituradora de homens, tendo por função a manutenção da ordem social existente, a defesa da classe dirigente de cada país e os seus interesses nacionais no confronto com as classes dirigentes dos restantes países”. Ver COMBATE: nº5, p. 5 e 6. Talvez o mais importante e conhecido destes relatos se refere à Prisão dos milicianos Anjos e Marvão, detidos por “insubordinação” ao recusarem-se reprimir a greve dos operários do CTT. Segundo um comunicado de um grupo de milicianos, “Marvão e Anjos foram presos por acreditar que a transformação passa pelo reconhecimento incondicional da liberdade dos trabalhadores de lutarem pelos seus direitos”. Ver COMBATE: nº3, p.1.

103 Para COSTA, o movimento operário e popular foi incapaz de avançar até a conquista do poder, e, tendo o PCP desviado o caminho de condução das massas, deixou o proletariado sem uma direcção consequente e revolucionária (1978: 293).

com os/as trabalhadores/as, não há uma reclamação no sentido de que faltou um verdadeiro partido operário; o desânimo que as pessoas aparentavam diante as suas organizações burocratizadas apareceu com muito mais frequência do que a falta de um grande partido de massas, e a desilusão, nos diz Bernardo, "converte-se em desinteresse, que é o quadro da apatia e do individualismo, a base da disciplina capitalista na empresa, a condição do fracionamento dos trabalhadores e da sua integração nas cadeias de comando"(1991: 344).

A experiência portuguesa mostra que a classe trabalhadora perdeu no momento em que deixou as instituições externas (partidos e dirigentes sindicais) decidirem e agirem por si, quando mostrou-se passiva diante a burocratização das suas organizações. Na perspectiva do COMBATE a questão central está no fato de que

Não há ninguém que possa libertar os trabalhadores a não ser os próprios trabalhadores. Não assiste à liberdade pela televisão, nem a revolução pelos audio-visuais. O critério é simples neste mundo aparentemente complicado da luta das classes: ou são as massas trabalhadoras que conduzem elas próprias a luta, desenvolvendo na sua prática as novas formas de organização social, ou então se os trabalhadores permanecerem passivos ou afastados da decisão dos aspectos fundamentais da luta, a libertação da vida social não se dará, e nada se passará além da mudança de uma forma de Estado e de exploração para novas formas de exploração e de opressão (Editorial, nº9, 25/10/74).

Havia grandes obstáculos a serem superados para que a autogestão das lutas se esparramasse para a autogestão da sociedade. Nesse sentido, além da negação aos trabalhadores da sua própria defesa, os trabalhadores não poderiam manter-se autônomos politicamente de um partido sem disfrutarem da autonomia no conhecimento, na produção da sua própria comunicação, e sem as mulheres gozarem-se das mesmas possibilidades que os homens no seu processo de libertação. A autogestão das lutas sociais no caminho da autogestão da sociedade perpassa pela autonomia das pessoas no processo da luta. Não será possível uma transformação que não leve em conta a emancipação total da classe trabalhadora.

Conclusão

“(...) *E se a força é tua ela um dia é nossa*
Você me prende vivo eu escapo morto,
De repente, olha eu de novo,
Perturbando a paz exigindo o troco”.
 Paulo César Pinheiro

Foram as guerras coloniais em África que impediram que em Portugal se realizasse a transição *moderada* à democracia capitalista, como foi na Espanha franquista. O golpe que derrubou o regime fascista foi impulsionado por um grupo de oficiais das Forças Armadas que exigiram o fim do regime colonialista português. A seguir o golpe em 25 de Abril, uma verdadeira revolução operária se desenvolveu nos espaços de produção, nas cidades e nos campos. Tampouco o fim do processo revolucionário em Portugal se deu pela interrupção de uma ditadura nos moldes do Chile em 1973.

Em Portugal, nos tempos do salazarismo, o Estado garantiu a reprodução ampliada do capital pelo controle policial, prisão e ilegalidade; porém, esse processo se modificou com a “revolução” de 1974, onde o modo de garantir a reprodução foi pela recuperação do conflito social, pela exploração da mais-valia relativa facilitada pelos sindicatos e partidos “operários” e pela cooptação ideológica das lutas sociais. Segundo Júlio Henriques¹⁰⁴,

O discurso do capitalismo em Portugal, após ter sido eliminada a irrupção das classes de *baixo* na direcção histórica, pôde, entretanto tornar-se, sob a adequada capa democrática, claramente mais despótico, assente agora num consenso que faz da alienação do trabalho uma virtude, proclamada através do leque mediático em que se apoia e das crendices que pode promover: a moderna democracia (heterônimo do velho capitalismo renovado).

A transição do regime fascista para o modelo de democracia capitalista europeia teve como marco a *Revolução dos Cravos*. Durante esse processo, pudemos ver pelas análises do COMBATE que a estatização da economia em nenhum momento buscou pôr fim à exploração capitalista, mas adequá-la a novas formas de gestão do capital. A esse respeito, afirmou um trabalhador da EFACEC-INEL: *Passamos de uma situação de*

104 In. *O Futuro era Agora! O movimento popular do 25 de Abril*. Edições Dinossauro (1994: 53).

fome para uma situação em que podemos dizer que temos fome (COMBATE: nº4, p.5).

A nacionalização da economia foi apenas um meio de assegurar o funcionamento fácil dos setores fundamentais, como transportes, eletricidade, distribuição das matérias-primas, em suma, o Estado continuou a garantir as Condições Gerais da produção capitalista e o desenvolvimento geral das forças produtivas.

É certo que a "revolução" pôs em evidência as demandas das classes trabalhadoras, assim como expressou a sua criatividade e a tendência autônoma dos movimentos operários que, como em outros países, em Portugal, nas décadas de 60 e 70, identificou-se nos partidos e sindicatos os meios burocráticos de desvio das lutas no interior da hierarquia capitalista. Para MAILER (1978: 212), a experiência portuguesa é moderna em todos os sentidos. Moderna não só nas atitudes dos trabalhadores a na natureza das suas reivindicações, mas também no modelo de contra-ataque do capitalismo de Estado que as práticas da classe trabalhadora desencadearam. É um movimento que transcedeu as polémicas teóricas entre os comunistas, leninistas, socialistas, etc. Nessa dinâmica, os partidos de vanguarda operária foram forçados a negar a própria essência das suas convicções e a dizer que não eram partidos.

Da "revolução" portuguesa nasce a democracia capitalista: pela recuperação das lutas o capitalismo democrático renovou os seus quadros de gestão e organização do processo produtivo; inaugurou a "sociedade do consumo" e a democracia eleitoral como seu modelo político. O sistema democrático consolidado a partir de 1976 aos dias atuais restringiu ao voto a participação política da população e, à sociedade, restou resignação e desencantamento político.

A experiência histórica do coletivo COMBATE está derrotada historicamente. Quer dizer, na dinâmica da história, pelas transformações ocorridas após 1976, não haverá uma revolução que se processe nos moldes da revolução portuguesa de 1974/78. Porém, enquanto historiadores/as, o que nos interessa é ver em que medida as lutas portuguesas entre 1974 e 1975 deixaram-nos lições importantes para lutas posteriores: autonomia política das lutas sociais, autogestão, anti-hierarquia, democracia direta e poder popular. O presente desafio é o de continuara a buscar na tradição das práticas sociais anticapitalistas referencias que possam contribuir para o presente das lutas e para o futuro não-capitalista almejado pelas classes exploradas.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim (coordenação). **O Império Africano, séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo. Na encruzilhada da ordem e da revolta**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

_____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. **Marx crítico de Marx: Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital**. Volume III, Livro Primeiro. Porto: Afrontamento, 1977.

_____. **Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. PEREIRA, Luciano. **Capitalismo Sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.

BARRADAS, Ana. **As clandestinas**. Lisboa: Ela por Ela, 2004.

BRINTON, Maurice. **Condicionamento autoritário, repressão sexual e o Irracional em Política**. Lisboa: Contra-a-Corrente, 1975.

BRUNO, Lúcia. **Portugal: O "COMBATE" Pela Autonomia Operária**. Dissertação de Mestrado Ciências Sociais, PUC-SP, 1983.

_____. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAETANO, Marcello. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

COMBATE. **Capitalismo Privado ou Capitalismo de Estado Não É Escolha!** (Manifestos e Editorias do *Combate*). Porto: Afrontamento, 1975.

COSTA, Ramiro da. **Elementos para a história do movimento operário em Portugal**. [2o Volume – 1930-1975]. Lisboa: Assírio & Alvim, 1979.

CUNHAL, Álvaro. **O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista**. Edições Avante! Lisboa, 1975.

DREYFES, Michel. GROPPPO, Bruno. INGERFLOM, Claudio. LEW, Roland, PENNETIER, Claude. PUDAL, Bernard. WOLIKOW, Serge. **O século dos Comunismos**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

ESTRELA, A. de Vale. **A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses: uma revisão crítica**. Revista *Análise Social*, vol. XIV (54), 1978 – 2, 219-263.

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, Colección popular, 1961.

FARINHA, José Luís. **De camuflado no peito e na cabeça**. Lisboa: Edições Contra-a-Corrente, Maio de 1978.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no contexto da “transição para o socialismo”: história de um equívoco**. Blumenau: Editora da FURB, 1997.

FERNANDES, Carlos Roma. **Portugal a Europa e o Terceiro Mundo**. Lisboa: Editorial Pórtico, 1980.

LEITÃO, DIAS, MANUEL E DIANOUX, **Movimentos Urbanos e Comissões de Moradores – Portugal (1974-76)**. Lisboa: Editora Contra-a-Corrente, março de 1980.

LÉONARD, Yves. **Salazarismo e Fascismo**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1996.

MADEIRA, João. **Os engenheiros de Almas – O partido Comunista e os Intelectuais**. Lisboa: Editora Estampa, 1996.

MACQUEEN, Norrie. **A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1997.

MAILER, Phil. **Portugal: a revolução impossível?** Porto: Afrontamento, 1978;

MATTOSO, José (Coordenador). **Portugal em Transe: Sociedade e economia na revolução (1974-1985)**. Lisboa: Editorial Estampa, s/d.

MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado – Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NASCIMENTO, Cláudio. **Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestivárias)**. Brasília, Senaes, abril de 2005. [mimeo.].

NETTO, José Paulo. **Portugal: do fascismo à Revolução**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

NEVES, Artur J. Castro. **Contribuição para a percepção da cultura (política) em Portugal**. Lisboa: Editora Contra-a-Corrente, 1976.

PANNEKOEK, Anton. **A Revolução dos Trabalhadores**. Editora Barba Ruiva, 2007.

_____. **Sobre a organização dos trabalhadores**. Lisboa: Textos Contra-a-Corrente, s/d.

PINTO, João Alberto da Costa. **As origens políticas do marxismo de João Bernardo (Portugal/França: 1965-1974)**.

http://www.espacoacademico.com.br/063/63esp_pinto.htm#_ftn2 Acessado em 05 de outubro de 2009.

PINTO, João Alberto da Costa. **A propósito do marxismo de João Bernardo.** In. *Revista Espaço Acadêmico* N° 43, dezembro de 2004. Acessado em 27 de outubro de 2008. <http://www.espacoacademico.com.br/043/43cpinto.htm>

PINTO, João. **França: lutas sociais anticapitalistas no maio de 68.** *Revista Espaço Acadêmico*, nº 85, junho de 2008 www.espacoacademico.com.br/085/85pinto.pdf, acessado em Outubro de 2009.

PIRES, José. **Greves e o 25 de Abril.** Lisboa: Edições BASE, s/d.

REEVE, Charles. **Polónia, 1980-81: Solidariedade Domesticada.** Lisboa: Edições Contra-a-Corrente, junho de 1981.

RODRIGUES, Francisco Martins (coordenador). **O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril.** Lisboa: Dinossauro Edições, s/d.

RODRIGUES, Francisco Martins. **Abril Traído.** Lisboa: Edições Dinossauro, 1999.

ROSAS, Fernando. **Pensamento e Acção Política.** Lisboa: Notícias Editorial, 2004.

ROSAS, Fernando. OLIVEIRA, Pedro Aires (coordenação.). **A Transição Falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974).** Lisboa: Notícias Editorial, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988).** Porto: Afrontamento, 1990.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vitor Matias. **O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas.** Porto: Afrontamento, 1976. (3 Volumes).

SARDÁ, Maurício de Faria. **AUTOGESTÃO, COOPERATIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA: avatares do trabalho e do capital.** Tese de doutoramento em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis-SC, 2005.

SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos.** São Paulo: Alameda, 2004

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre socialismo.** São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, Nildo. **A Comuna de Paris Segundo Marx e Bakunin.** <http://www.scribd.com/doc/18928385/A-Comuna-de-Paris-Segundo-Marx-e-Bakunin-Nildo-Viana>. Acessado em 18/04/10.

FONTES

Coleção impressa de todos os números do Jornal COMBATE, do nº1 ao nº 51.

Jornal *Mudar de Vida*, Abril/Maio de 2008.

<http://pimentanegra.blogspot.com/2009/04/o-jornal-combate-que-se-publicou-entre.html>

http://www.igf.minfinancas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/DL_406_A_75.htm

<http://jeocaz.livejournal.com/43924.html>.

TEXTOS COLETIVOS

(Brochuras da Editora Contra-a-Corrente sem referências de publicação):

Rússia, 1923. Apelo do Grupo **Verdade Operária** ao proletariado revolucionário, s/d.

Tortura e Repressão na Social-Democracia: Irlanda e Alemanha. s/d.

Portugal: a questão da organização revolucionária. Uma posição de trabalhadores imigrantes, s/d.

Luta nos Portos, Roterdã 1979, Barcelona 1980-81.